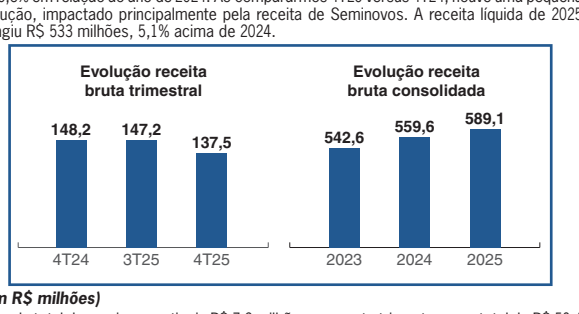
Voke S.A.

CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração

Em síntese, em 2025 a Companhia avançou de forma consistente na execução de seu plano estratégico, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por elevada volatilidade e condições de crédito mais restritivas. Entregamos crescimento aquém de nosso potencial, uma vez que o mercado endereçável é muito grande e ainda sub-explorado; por outro lado, focamos em disciplina financeira e redução de custos, priorizando crescimento sustentável com rentabilidade e entregas de projetos importantes ao longo do ano, reforçando a solidez do modelo de negócios e a capacidade de adaptação da Companhia. Encerramos o ano de 2025 com receita bruta de R$ 589,1 milhões, crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2024. Ao compararmos 4T25 versus 4T24, houve uma pequena redução, impactado principalmente pela receita de Seminovos. A receita líquida de 2025 atingiu R$ 533 milhões, 5,1% acima de 2024.

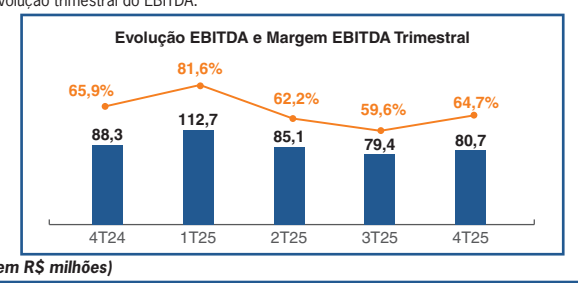


(em R$ milhões)

A venda total de seminovos atingiu R$ 7,3 milhões no quarto trimestre e um total de R$ 50,4 milhões em 2025. Embora o desempenho trimestral esteja abaixo do mesmo período de 2024, o resultado reflete uma estratégia deliberada de priorização da venda de equipamentos oriundos do retorno de contratos de locação (versus o trade-in, estratégia de compra e revenda de seminovos), iniciativa que proporciona maior geração de caixa e otimização do capital empregado para a Companhia.

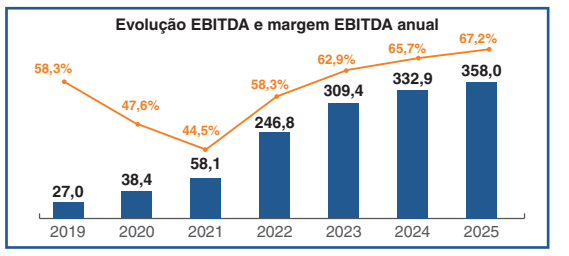
(em R$ milhões)

O EBITDA alcançou R$ 80,7 milhões no trimestre e R$ 358,0 milhões no acumulado do exercício, um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior, refletindo uma margem operacional de 67,2%, a mais elevada da história da Companhia. Cabe destacar que o resultado de 2025 contempla R$ 11,0 milhões em créditos fiscais extemporâneos, cujo efeito positivo já está refletido no fluxo de caixa da Voke. O gráfico a seguir apresenta a evolução trimestral do EBITDA:



(em R$ milhões)

Esse desempenho reforça a evolução consistente da nossa performance operacional e evidencia a efetividade das iniciativas estruturais implementadas ao longo dos últimos anos, com investimentos em tecnologia e automação para tornar os fluxos de atividades mais ágeis e as estruturas de times mais eficientes. Em resumo, temos conseguido fazer mais, com menos.



Como exemplos, fizemos investimentos relevantes em tecnologia, armazéns e operações desde 2020, e a redução da margem EBITDA à época foi causada, propositalmente, pelo aumento estratégico e planejado dessas despesas gerais e administrativas; estes investimentos agora estão sendo concluídos (ao longo de 2024, 2025 e 2026) o que permitiu que tivéssemos menos despesas fixas e maior eficiência operacional. Ao longo de 2025, concluímos também a integração das aquisições realizadas em 2024. Nossas Despesas comerciais, gerais e administrativas sobre Receita Líquida evoluíram de 23,4% em 2024, para 21,3% em 2025. Conseguimos integrar sistemas de diferentes áreas e CNPJs, decomissionando sistemas legados e reduzindo o custo com licenças. Também temos capturado economias com a implementação de iniciativas de inteligência artificial generativa, em áreas como marketing, jurídico e atendimento ao cliente; ainda assim, acreditamos que estamos ainda no começo, e que há inúmeras possibilidades que ainda não exploramos. Em 2025, otimizamos o número de armazéns, reduzindo a quantidade de unidades, o que se traduziu em mais equipamentos por metro quadrado. Também deixamos nossos processos mais simples, mantendo a centralidade no cliente – ao longo do ano, evoluímos em Qualidade e o SLA de atendimento a clientes melhorou, mesmo com a redução do *custo de servir o cliente* (COS) – nosso COS tem melhorado ao longo do ano, e conseguimos atender mais clientes e uma base de ativos maior, com menor custo operacional. Como consequência da nossa qualidade, renovamos e/ou estendemos contratos com nomes relevantes da nossa base de clientes. Também trouxemos "*novos logos*", como Agibank, Sotreq, Defensorias Públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, Ocyan entre outros. Ainda assim, priorizamos nossa base de clientes – em alguns casos, inclusive, conquistamos clientes de concorrentes. Temos focado em contratos rentáveis, e por isso nosso yield mensal (mensalidade/valor do equipamento) tem subido de forma vigorosa, estando acima de 6% em novas vendas realizadas ao final de 2025. Nossos esforços em crescimento sustentável, e os investimentos para garantir a escalabilidade criaram uma ótima capacidade de servir o cliente, e por isso a Voke é sempre lembrada por clientes e potenciais novos clientes. Também investimos muito para criação de *awareness* – em 2025, fizemos muitos esforços em marketing, com a visão de ser uma empresa top of mind em tecnologia: anunciamos em rádio e TV; patrocinamos um time de futebol; investimos em branding em diferentes frentes, desde influenciadores digitais, a canais do Youtube. Com isso, temos uma forte demanda comercial. Um dos principais movimentos estratégicos que fizemos em 2025 foi a evolução de nossa área de serviços de TI – começamos a divulgar mais, e vender projetos de serviços "*standalone*", isto é, serviços que não incluem a locação do equipamento de TI. Essa linha de negócio ainda é pequena dentro do total da Companhia, mas tem crescido de forma consistente – além de ser uma demanda de nossa base de clientes, é uma forma de gerar caixa sem a necessidade de investimentos em Capex. O conceito de "one-stop-shop" tem sido cada vez mais demandado pelo mercado, e a Voke está bem posicionada para atender essa demanda. Poderíamos estar crescendo mais, mas preferimos garantir disciplina financeira. Por isso, reduzimos nossos investimentos em Capex em 2025, e temos priorizado manutenção de caixa para garantir liquidez, principalmente no curto prazo. No final de 2025, a Companhia realizou a captação de R$ 353 milhões, por meio da emissão de debênture privada, e também com a captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal; com os recursos, realizamos o pré-pagamento da 3ª Nota Comercial – uma emissão mais antiga e com overcollateral –, e também fizemos reforço de caixa. A posição de Caixa e Equivalentes e aplicação financeira ao final de 2025 atingiu R$ 195,6 milhões, reforçando a liquidez em um momento ainda incerto do ponto de vista macroeconômico. Nossa alavancagem no 4T25 atingiu 3,35x, distante do *covenant* de 4x, o mais comum entre as dívidas da Companhia. Temos trabalhado para reduzir ainda mais nossa alavancagem. Além disso, trabalhamos para manter boa bancabilidade – temos linhas de crédito pré-aprovadas, como R$ 50 milhões junto ao BNDES; também tivemos cadastro aprovado no FINEP e estamos trabalhando em projeto para captação de recursos junto à entidade. Em 2025, trabalhamos mais ativamente junto a bancos de desenvolvimento. Temos discutido, também, de forma recorrente, novas emissões de dívida junto ao mercado. A Companhia permanece comprometida em crescer de forma sustentável, inovar e assegurar sua longevidade financeira no longo prazo. Seguimos direcionando esforços para ampliar margens por meio de vendas mais rentáveis, redução de custos e despesas, além da condução de uma agenda contínua de *liability management*. Em atendimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), especificamente ao disposto no art. 133, § 6º, incluído pela Lei nº 15.177, de 2025, a Voke presta as seguintes informações:

1 – Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

	2025		2024	
Nível	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Diretor	2	33%	2	40%
Gerente	13	43%	21	43%
Coordenador	24	57%	30	58%
Supervisor	16	53%	21	54%
Especialista	2	29%	2	18%
Team Leader	17	41%	21	44%
Executivo de Vendas	19	54%	24	45%
Comprador	2	50%	3	60%
Analista	103	57%	133	60%
Técnico	6	5%	4	3%
Assistente	63	52%	84	56%
Auxiliar	–	0%	1	20%
Total	**267**	**42%**	**346**	**45%**

2 – Mulheres no conselho da companhia

	2025		2024	
Nível	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Board	–	0%	–	0%

3 – Demonstrativo de remuneração fixa por sexo em cargos equivalentes

	2024	2025
Categoria funcional	**Razão do salário-base**	**Razão do salário-base**
Diretor	1,29	1,2
Gerente	0,93	0,93
Coordenador	0,82	1,03
Supervisor	0,94	0,9
Especialista	1,37	1,14
Team Leader	1,02	0,99
Executivo de Vendas	1,08	0,86
Comprador	0,91	0,92
Analista	1,04	1,04
Técnico	1,03	1,19
Assistente	1,17	1,04
Auxiliar	1,95	0,84

Nenhuma de nossas conquistas teria sido possível sem o trabalho e a dedicação de nosso time. Agradecemos aos nossos colaboradores por todo o trabalho realizado no ano de 2025. Nosso obrigado, também, aos nossos *stakeholders* pela confiança e parceria ao longo de nossa trajetória.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	154.810	152.184	158.368	158.041
Aplicações financeiras	5.1	37.256	30.697	37.256	30.697
Contas a receber de clientes	6.1	94.600	87.458	124.662	125.660
Estoques	7.1	1.018	1.058	8.173	13.936
Adiantamentos a fornecedores		3.902	835	4.747	1.858
Impostos a recuperar		13.116	9.705	17.044	18.357
Despesas antecipadas		6.558	2.060	6.672	2.114
Adiantamentos a funcionários		416	457	452	500
Outros ativos	8.1	61.419	22.796	61.934	30.983
Total dos ativos circulantes		**373.095**	**307.250**	**419.308**	**382.146**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6.1	2.380	2.380	25.670	20.416
Impostos a recuperar		8.387	7.750	9.509	8.766
Depósitos judiciais e cauções		1.013	912	1.279	1.215
Despesas antecipadas		11.144	255	11.152	255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	–	3.242	–	2.799
Ativo de indenização	18.1	25.827	65.271	25.827	65.271
Instrumentos derivativos ativo	3.2.1	–	–	–	1.299
Outros ativos	8.1	86.785	51.737	27.638	41.247
Total do realizável a longo prazo		**135.536**	**131.547**	**101.075**	**141.268**
Investimentos	9.1.1	190.974	253.135	–	–
Imobilizado	10.1	697.844	680.176	849.090	825.582
Direito de uso	12.1	5.954	14.819	6.547	16.280
Intangível	11.1	184.022	160.253	248.785	244.110
Total dos ativos não circulantes		**1.214.330**	**1.239.930**	**1.205.497**	**1.227.240**
Total do ativo		**1.587.425**	**1.547.180**	**1.624.805**	**1.609.386**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.1	342.663	255.225	346.540	263.650
Instrumentos derivativos passivo	3.2.1	220	38	254	38
Fornecedores	13.1	37.341	56.872	52.069	77.204
Obrigações tributárias		8.589	5.599	9.358	6.762
Imposto de renda e contribuição social		–	–	2.091	2.282
Obrigações trabalhistas e sociais	15.1	19.063	14.975	20.500	16.795
Passivo de arrendamento	12.2	3.330	6.712	3.563	7.458
Aquisição de controladas a pagar	16.1	56.648	40.739	56.648	40.739
Outras obrigações a pagar	17.1	34.884	20.386	21.611	16.432
Total dos passivos circulantes		**502.738**	**400.546**	**512.634**	**431.360**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.1	929.486	848.723	929.486	852.447
Passivo de arrendamento	12.2	3.676	10.130	4.036	10.794
Obrigações tributárias		494	1.855	494	1.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	–	–	11	–
Provisão para contingências	18.1	25.652	64.956	25.780	64.975
Aquisição de controladas a pagar	16.1	53.797	88.050	53.797	88.050
Dividendos a pagar		–	–	26.971	26.971
Outras obrigações a pagar	17.1	4.414	19.394	4.428	19.408
Total dos passivos não circulantes		**1.017.519**	**1.033.108**	**1.045.003**	**1.064.500**
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	105.671	105.671	105.671	105.671
Transações de capital com os sócios		(7.527)	(7.527)	(7.527)	(7.527)
Reserva legal		–	1.136	–	1.136
Ajustes de avaliação patrimonial		(56)	952	(56)	952
Reserva de lucros		–	13.294	–	13.294
Prejuízos acumulados		(30.920)	–	(30.920)	–
Total do patrimônio líquido		**67.168**	**113.526**	**67.168**	**113.526**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.587.425**	**1.547.180**	**1.624.805**	**1.609.386**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas líquidas	22.1	418.251	416.301	532.959	506.909
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(186.717)	(175.698)	(244.768)	(220.061)
Lucro bruto		**231.534**	**240.603**	**288.191**	**286.848**
Despesas administrativas e gerais	23	(87.816)	(86.850)	(111.637)	(112.770)
Despesas comerciais	23	(358)	(5.579)	(1.847)	(6.099)
(Perda)/Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	23	(1.264)	86	(4.728)	(612)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1.1	15.462	15.551	–	–
Outras receitas, líquidas	23	32.221	30.226	33.221	35.755
(Despesas) operacionais, líquidas		**(41.755)**	**(46.566)**	**(84.991)**	**(83.726)**
Lucro operacional		**189.779**	**194.037**	**203.200**	**203.122**
Receitas financeiras	24	24.816	29.693	26.220	32.520
Despesas financeiras	24	(243.647)	(190.648)	(249.711)	(195.395)
Resultado financeiro, líquido		**(218.831)**	**(160.955)**	**(223.491)**	**(162.875)**
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social		**(29.052)**	**33.082**	**(20.291)**	**40.247**
Imposto de renda e contribuição social – corrente		(99)	–	(8.860)	(7.165)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	19.1	(2.910)	(10.372)	(2.910)	(10.372)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos		**(3.009)**	**(10.372)**	**(11.770)**	**(17.537)**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(32.061)**	**22.710**	**(32.061)**	**22.710**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(32.061)**	**22.710**	**(32.061)**	**22.710**
Resultado líquido por ação – básico e diluído – em R$	**20.5**			**(1,1821)**	**0,8373**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

			Reservas de lucros				
	Capital social	**Transações de capital com os sócios**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**105.671**	**(7.527)**	**–**	**–**	**(15)**	**(180)**	**97.949**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.710	22.710
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido dos tributos	–	–	–	–	859	–	859
Ajuste acumulado de conversão de balanço da controlada Voke LLC no exercício	–	–	–	–	108	–	108
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**967**	**22.710**	**23.677**
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Distribuição de dividendos	–	–	–	(8.100)	–	–	(8.100)
Constituição de reservas	–	–	1.136	21.394	–	(22.530)	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	**–**	**–**	**1.136**	**13.294**	**–**	**(22.530)**	**(8.100)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**105.671**	**(7.527)**	**1.136**	**13.294**	**952**	**–**	**113.526**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	(32.061)	(32.061)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido dos tributos	–	–	–	–	(840)	–	(840)
Ajuste acumulado de conversão de balanço da controlada Voke LLC no exercício	–	–	–	–	(168)	–	(168)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.008)**	**(32.061)**	**(33.069)**
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Distribuição de dividendos do exercício anterior	–	–	–	(13.289)	–	–	(13.289)
Reversão de reserva	–	–	(1.136)	(5)	–	1.141	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	**–**	**–**	**(1.136)**	**(13.294)**	**–**	**1.141**	**(13.289)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**105.671**	**(7.527)**	**–**	**–**	**(56)**	**(30.920)**	**67.168**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado líquido do exercício	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710
Outros resultados abrangentes				
Ganho (Perda) sobre hedge de fluxo de caixa	(1.272)	1.302	(1.272)	1.302
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	432	(443)	432	(443)
Ajuste acumulado de conversão de balanço da controlada Voke LLC no exercício	(168)	108	(168)	108
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social	**(1.008)**	**967**	**(1.008)**	**967**
Total do resultado abrangente do exercício	**(33.069)**	**23.677**	**(33.069)**	**23.677**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(33.069)	23.677	(33.069)	23.677
Total do resultado abrangente do exercício	**(33.069)**	**23.677**	**(33.069)**	**23.677**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Atividades operacionais					
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social		(29.052)	33.082	(20.291)	40.247
Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa e equivalentes:					
Depreciação e amortização	9.1, 10.1 e 11.1	125.669	107.374	147.031	121.383
Amortização de arrendamentos	12.1	6.732	7.543	7.742	8.395
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(15.462)	(15.551)	–	–
Compra vantajosa	23	(20.657)	(29.520)	(20.657)	(29.520)
Resultado na venda do ativo imobilizado	10.1	11.161	18.151	14.041	23.416
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6.2	1.264	(86)	4.729	612
Variação cambial	14.2	–	510	–	510
Juros provisionados sobre empréstimos, dívida de aquisição de controladas, arrendamentos e empréstimos com ex-acionistas	24	232.221	179.250	233.594	181.291
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	24	1.253	485	1.981	627
Juros aplicações financeiras e mútuos		(22.585)	(28.056)	(22.636)	(28.611)
Créditos extemporâneos	23	(9.740)	(683)	(10.853)	(6.353)
Provisão para contingências		163	–	281	151
Outras movimentações que não afetam caixa		(833)	93	(835)	96
(Aumento) redução de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		(5.536)	(1.478)	(8.985)	(16.426)
Estoques		40	(637)	5.763	(765)
Adiantamentos a fornecedores		(3.060)	379	(2.889)	1.609
Impostos a recuperar		9.581	2.461	11.423	1.025
Outros ativos		(1)	11	–	619
Despesas antecipadas		(15.387)	(260)	(15.455)	(288)
Adiantamento a funcionários		52	6	48	30
Depósitos judiciais e cauções		(10)	(398)	(64)	(434)
Fornecedores		(20.181)	37.434	(25.135)	50.421
Obrigações trabalhistas		4.088	(632)	3.705	(2.018)
Outras obrigações a pagar		2.396	(4.458)	2.274	(5.590)
Obrigações tributárias		1.827	1.037	1.567	623
Aquisições de itens do ativo imobilizado para locação	10.1	(88.982)	(158.121)	(157.387)	(195.530)
Pagamento de provisão de reestruturação		(24)	–	(33)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(741)	–	(9.051)	(6.804)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		164.196	147.936	139.908	138.716
Atividades de investimento					
Aquisição de investimentos líquido de caixa adquirido		3.730	(64.291)	–	(62.707)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas		13.269	–	13.269	–
Mútuos com partes relacionadas		(58.361)	(17.227)	(20.210)	(11.274)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10.1	(114)	(1.409)	(1.053)	(1.982)
Aquisições de itens do ativo intangível	11.1	(9.216)	(13.281)	(10.159)	(16.674)
Aplicações financeiras, líquida de resgate		5.625	(3.621)	5.676	(3.066)
Aumento de capital em controladas		(838)	(25.130)	–	–
Dividendos recebidos de controladas		–	9.764	–	–
Pagamentos por aquisição de controladas	16.2	(23.100)	(33.600)	(23.100)	(33.600)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(69.005)	(148.795)	(35.577)	(129.303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	14.2	542.494	702.333	542.494	710.466
Instrumentos financeiros derivativos		(1.071)	(1.281)	(1.738)	(1.420)
Pagamento de duplicatas descontadas		–	–	–	(2.946)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	14.2	(369.119)	(464.468)	(377.652)	(475.427)
Juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos pagos	12.2, 14.2 e 16.2	(232.639)	(163.686)	(233.751)	(166.325)
Pagamentos de arrendamento mercantil	12.2	(7.703)	(6.644)	(8.662)	(7.547)
Pagamento de empréstimos com antigos acionistas	17.1	(11.238)	(8.822)	(11.238)	(8.822)
Dividendos pagos	20.4	(13.289)	(8.100)	(13.289)	(8.100)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		(92.565)	49.332	(103.836)	39.879
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		–	–	(168)	108
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.626	48.473	327	49.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.1	152.184	103.711	158.041	108.641
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício	5.1	154.810	152.184	158.368	158.041
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.626	48.473	327	49.400

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	418.251	416.301	532.959	506.909
Outras receitas	32.222	30.459	33.361	36.133
(Perdas) Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.264)	86	(4.729)	(612)
	449.209	**446.846**	**561.591**	**542.430**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.568)	(21.236)	(43.616)	(44.456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.769)	(47.224)	(66.371)	(61.414)
Outras	(1)	(233)	(140)	(378)
	(68.338)	**(68.693)**	**(110.127)**	**(106.248)**
Valor adicionado bruto	**380.871**	**378.153**	**451.464**	**436.182**
Depreciação e amortização				
Depreciações e amortizações	(132.401)	(114.917)	(154.773)	(129.778)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**248.470**	**263.236**	**296.691**	**306.404**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	15.462	15.551	–	–
Receitas financeiras	24.816	29.693	26.220	32.520
	40.278	**45.244**	**26.220**	**32.520**
Valor adicionado total a distribuir	**288.748**	**308.480**	**322.911**	**338.924**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**58.332**	**68.739**	**73.463**	**84.017**
Remuneração direta	35.035	36.752	45.798	47.516
Benefícios	17.873	26.760	21.170	30.349
F.G.T.S	5.424	5.227	6.495	6.152
Impostos, taxas e contribuições	**17.648**	**25.159**	**29.216**	**34.568**
Federais	17.175	24.741	28.588	34.093
Estaduais	472	407	626	464
Municipais	1	11	2	11
Remuneração de capitais de terceiros	**244.829**	**191.872**	**252.293**	**197.629**
Juros	232.221	179.250	233.594	181.291
Aluguéis	1.036	1.215	2.143	1.638
Outras	11.572	11.407	16.556	14.700
Remuneração de capitais próprios	**(32.061)**	**22.710**	**(32.061)**	**22.710**
Dividendos	–	8.100	–	8.100
Lucros retidos do exercício	**(32.061)**	14.610	**(32.061)**	14.610
	288.748	**308.480**	**322.911**	**338.924**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Voke S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Voke"), é uma Companhia aberta de capital fechado, com sede na Av. Guido Caloi nº 1.985, Galpão 23, Bairro Jardim São Luis, São Paulo-SP, com filiais em Belo Horizonte-MG, Fortaleza-CE e Rio de Janeiro-RJ. A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como atividade a prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia, incluindo a locação de equipamentos de tecnologia da informação, o conserto e manutenção de equipamentos, o comércio varejista de equipamentos da área de informática e eletrônicos, e a realização de serviços de suporte de tecnologia. Como consequência e visando a consecução das atividades de locação, o Grupo compra equipamentos novos e realiza a locação destes em contratos tanto de longo prazo, superiores a 12 meses, quanto de curto prazo, inferiores a 12 meses. Ao final da sua vida econômica de locação, o Grupo realiza a venda dos equipamentos para pessoas físicas e jurídicas, após processo de reforma e formatação destes. Em complemento, o Grupo também realiza serviços de tecnologia em geral, como *help desk*, *body shop*, e a revenda de licenças de softwares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de aluguel contratada com seus clientes foi de R$ 1.021.028. A carteira, com mais de 2000 clientes de todo o Brasil, apresenta baixa concentração, sendo que o cliente com maior representatividade corresponde por menos de 8% do total contratado. Essa diversificação reduz a dependência de clientes específicos e contribui para a previsibilidade da realização da receita futura, mesmo considerando os riscos de inadimplência previstos na política de crédito da Companhia. Além da geração de caixa operacional, a Administração considera a captação de novas dívidas, ao longo dos próximos doze meses, para fazer frente ao pagamento de juros e ao endividamento apresentado nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Adicionalmente, novos empréstimos estão considerados nas projeções com o objetivo de viabilizar investimentos em equipamentos de informática destinados à locação, bem como suportar a execução do plano de crescimento da Companhia. No que tange à captação de novas dívidas, a Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas junto a bancos de primeira linha. A Companhia possui receitas contratadas no montante de R$ 430,3 milhões para os próximos 12 meses. Esse volume, entretanto, ainda não está refletido na rubrica de Contas a Receber, em razão do regime de competência aplicável ao reconhecimento contábil dessas receitas. Considerando esse fluxo contratado, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras de curto prazo. **1.1. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as operações da Controladora e das suas Controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços está assim resumida:

Razão social	País sede	% Participação direta 31/12/2025	% Participação direta 31/12/2024
Voke Seminovos Ltda. ("Voke Seminovos" ou "Seminovos")	Brasil	100%	100%
Convex Locações de Produtos de Informática Ltda. ("Convex")	Brasil	100%	100%
Suprisul Locação e Serviço Ltda. ("Suprisul") (a)	Brasil	Incorporada	100%
CSI Loctech Ltda. ("CSI")	Brasil	100%	100%
Renter Informática Ltda. ("Renter")	Brasil	100%	100%
Atta Tecnologia S.A. ("Atta")	Brasil	100%	100%
VOKE USA, LLC ("Voke LLC")	Estados Unidos	100%	100%

(a) Em 01 de julho de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a incorporação da Suprisul que ocorreu na mesma data, como parte do planejamento estrutural, e tem como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a simplificação operacional e financeira no qual acarretará a redução de custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas sociedades. **1.2. Combinação de negócios: 1.2.1. Aquisição Suprisul:** (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Descrição	Balanço a valor justo 30/04/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Ativo circulante	**12.497**	**–**	**12.497**
Caixa e equivalentes de caixa	1.201	–	1.201
Contas a receber	2.476	–	2.476
Tributos a recuperar	2	–	2
Adiantamentos	22	–	22
Retiradas antecipadas de lucros	8.796	–	8.796
Ativo não circulante	**72.856**	**11.432**	**84.288**
Outros ativos	91	–	91
Ativo de indenização	14.860	–	14.860
Direito de uso	880	–	880
Imobilizado	36.795	–	36.795
Intangíveis	**20.230**	**11.432**	**31.662**
Carteira de clientes	19.605	11.432	31.037
Marca	625	–	625
Total do ativo	**85.353**	**11.432**	**96.785**

Descrição	Balanço a valor justo 30/04/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Passivo circulante	**7.102**	**–**	**7.102**
Fornecedores	1.302	–	1.302
Empréstimos e financiamentos	4.022	–	4.022
Obrigações trabalhistas	533	–	533
Obrigações tributárias	904	–	904
Passivo de arrendamento	341	–	341
Passivo não circulante	**16.290**	**–**	**16.290**
Empréstimos e financiamentos	891	–	891
Contingências	14.860	–	14.860
Passivo de arrendamento	539	–	539
Total líquido ao valor justo	**61.961**	**11.432**	**73.393**

(ii) **Compra vantajosa:** Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração da Companhia apurou um valor de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes dentro do período de mensuração. O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição foi de R$ 28.507, sendo o valor de R$ 17.075 reconhecidos em 2024 e R$ 11.432 em 2025 na linha de Outras receitas líquidas. Também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo o valor de R$ 5.806 em 2024 e R$ 3.887 em 2025 correspondendo ao valor de receita reconhecido em cada período. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Suprisul estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Alocação no exercício 2025	31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	61.961	11.432	73.393
Compra vantajosa	17.075	11.432	28.507
Mais/(Menos valia)	**31/12/2024**	**Alocação no exercício 2025**	**31/12/2025**
Imobilizado (i)	20.622	–	20.622
Intangíveis (ii)	20.230	11.432	31.662
Contingências (iii)	14.860	–	14.860
Ativo de indenização (iii)	(14.860)	–	(14.860)

(i) Ativos compostos majoritariamente por computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. (iii) A Companhia reconheceu na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, o valor total apurado de contingências possíveis no montante de R$ 14.860. A Companhia também reconheceu valor referente ao ativo indenizatório para cobertura de valor equivalente ao dos riscos fiscais e trabalhistas contingentes, conforme previsto no contrato. O resultado do ganho por compra vantajosa na transação, deve-se ao fato da administração anterior não ter alcançado resultados operacionais positivos, associado ainda a dificuldade de se alavancar com taxas atrativas de modo a permitir investimentos na aquisição de novos equipamentos, combinado com a perceção de restrição/falta de interesses dos concorrentes neste negócio. A Companhia incorporou a controlada Suprisul em julho de 2025. **1.2.2. Aquisição CSI:** (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Descrição	Balanço a valor justo 31/08/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Ativo circulante	**1.923**	**–**	**1.923**
Caixa e equivalentes de caixa	(5)	–	(5)
Contas a receber	1.850	–	1.850
Tributos a recuperar	75	–	75
Outros ativos	3	–	3
Ativo não circulante	**34.788**	**1.276**	**36.064**
Ativo de indenização	3.777	–	3.777
Imobilizado	28.430	–	28.430
Intangíveis	**2.581**	**1.276**	**3.857**
Carteira de clientes	2.335	1.106	3.441
Marca	192	170	362
Software	54	–	54
Total do ativo	**36.711**	**1.276**	**37.987**

Descrição	Balanço a valor justo 30/08/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Passivo circulante	**2.393**	**–**	**2.393**
Fornecedores	1.576	–	1.576
Obrigações tributárias	197	–	197
Imposto de renda e contribuição social	321	–	321
Obrigações trabalhistas	33	–	33
Outras obrigações a pagar	266	–	266
Passivo não circulante	**3.917**	**–**	**3.917**
Obrigações tributárias	140	–	140
Contingências	3.777	–	3.777
Total líquido ao valor justo	**30.401**	**1.276**	**31.677**

(ii) **Compra vantajosa:** A Companhia apurou um valor de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes dentro do período de mensuração. O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição foi de R$ 13.721, sendo o valor de R$ 12.445 reconhecidos em 2024 e R$ 1.276 em 2025 na linha de Outras receitas líquidas. Também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R$ 4.231 em 2024 e R$ 434 em 2025 correspondendo ao valor de receita reconhecido em cada período. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da CSI estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Alocação no exercício 2025	31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	30.401	1.276	31.677
Compra vantajosa	12.445	1.276	13.721
Mais/(Menos valia)	**31/12/2024**	**Alocação no exercício 2025**	**31/12/2025**
Imobilizado (i)	17.205	–	17.205
Intangíveis (ii)	2.527	1.276	3.803
Contingências (iii)	3.777	–	3.777
Ativo de indenização (iii)	(3.777)	–	(3.777)

(i) Ativos composto majoritariamente por computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. (iii) O adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) um valor justo assumido na negociação na pressuposição de liquidação da provisão para contingência. O valor total apurado de contingências possíveis é de R$ 3.777. A Companhia também reconheceu valor referente ao ativo indenizatório para cobertura de valor equivalente ao dos riscos fiscais e trabalhistas contingentes, conforme previsto no contrato. O resultado do ganho por compra vantajosa na transação, deve-se ao fato da administração anterior não ter alcançado resultados operacionais positivos, associado ainda a dificuldade de se alavancar com taxas atrativas de modo a permitir investimentos na aquisição de novos equipamentos, combinado com a perceção de restrição/falta de interesses dos concorrentes neste negócio. A Companhia tem a intenção de realizar a incorporação da controlada CSI no segundo semestre de 2026. **1.2.3. Aquisição Atta**: (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir.

Descrição	Balanço a valor justo 31/10/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Ativo circulante	**2.692**	**–**	**2.692**
Caixa e equivalentes de caixa	631	–	631
Contas a receber	2.058	–	2.058
Adiantamentos a fornecedores	3	–	3
Ativo não circulante	**22.988**	**7.948**	**30.936**
Ativo de indenização	6	–	6
Imobilizado	12.743	1.165	13.908
Direito de uso	15	–	15
Intangíveis	**10.224**	**6.783**	**17.007**
Carteira de clientes	10.224	6.169	16.393
Marca	–	614	614
Total do ativo	**25.680**	**7.948**	**33.628**

Descrição	Balanço a valor justo 31/10/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Passivo circulante	**5.221**	**–**	**5.221**
Empréstimos e financiamentos	2.826	–	2.826
Fornecedores	229	–	229
Obrigações tributárias	123	–	123
Imposto de renda e contribuição social	507	–	507
Obrigações trabalhistas	407	–	407
Passivo de arrendamento	15	–	15
Outras obrigações a pagar	1.114	–	1.114
Passivo não circulante	**5.608**	**–**	**5.608**
Empréstimos e financiamentos	5.608	–	5.608
Total líquido ao valor justo	**14.851**	**7.948**	**22.799**

(ii) **Compra vantajosa:** A Companhia apurou um valor de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes dentro do período de mensuração. O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição foi de R$ 7.948 reconhecidos em 2025 na linha de Outras receitas líquidas, também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R$ 2.702. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Atta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Alocação no exercício 2025	31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	14.851	7.948	22.799
Compra vantajosa	–	7.948	7.948
Mais/(Menos valia)	**31/12/2024**	**Alocação no exercício 2025**	**31/12/2025**
Imobilizado (i)	–	1.165	1.165
Intangíveis (ii)	10.224	6.783	17.007

(i) Ativos compostos majoritariamente por tablets, computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. O

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

resultado do ganho por compra vantajosa na transação, deve-se ao fato da administração anterior não ter alcançado resultados operacionais positivos, associado ainda a dificuldade de se alavancar com taxas atrativas de modo a permitir investimentos na aquisição de novos equipamentos, combinado com a perceção de restrição/falta de interesses dos concorrentes neste negócio. A Companhia tem a intenção de realizar a incorporação da controlada Atta no segundo semestre de 2026. **1.2.4. Aquisição Renter:** (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir.

Descrição	Balanço a valor justo 31/10/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Ativo circulante	**1.148**	**–**	**1.148**
Caixa e equivalentes de caixa	52	–	52
Contas a receber	636	–	636
Outros ativos	460	–	460
Ativo não circulante	**18.012**	**(5.549)**	**12.463**
Imobilizado	2.166	2.942	5.108
Intangíveis	**15.846**	**(8.491)**	**7.355**
Carteira de clientes	15.846	(8.612)	7.234
Marca	–	121	121
Total do ativo	**19.160**	**(5.549)**	**13.611**

Descrição	Balanço a valor justo 31/10/2024	Alocação no exercício 2025	Balanço a valor justo
Passivo circulante	**511**	**–**	**511**
Fornecedores	258	–	258
Obrigações tributárias	38	–	38
Imposto de renda e contribuição social	33	–	33
Obrigações trabalhistas	131	–	131
Outras obrigações a pagar	51	–	51
Passivo não circulante	**–**	**–**	**–**
Total líquido ao valor justo	**18.649**	**(5.549)**	**13.100**

(ii) **Ágio:** A Companhia apurou um valor de ágio com aquisição de negócios no montante de R$ 5.549. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Atta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Alocação no exercício 2025	31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	18.649	(5.549)	13.100
Ágio	–	(5.549)	(5.549)
Mais/(Menos valia)	**31/12/2024**	**Alocação no exercício 2025**	**31/12/2025**
Imobilizado (i)	–	2.942	2.942
Intangíveis (ii)	15.846	(8.491)	7.355

(i) Ativos compostos majoritariamente por computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. A Companhia tem a intenção de realizar a incorporação da controlada Renter no segundo semestre de 2026. **1.2.5. Mensuração a valor justo dos ativos identificados em combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos nas combinações de negócios foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Metodologia de avaliação
Imobilizado	Comparativo direto de dados de mercado e quantificação do custo: O modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível – Marcas	O método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das marcas adquiridas.
Intangível – Carteira de Clientes	O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributários.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos de mensuração do intangível são:

Premissas Suprisul	**% aa.**
Taxa de desconto nominal	16,24%
Taxa de realização anual de receita contratada (*churn* anual)	3,11%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,47%
Premissas CSI	**% aa.**
Taxa de desconto nominal	14,57%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	4,20%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%
Premissas Atta	**% aa.**
Taxa de desconto nominal	17,54%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,92%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%
Premissas Renter	**% aa.**
Taxa de desconto nominal	17,54%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,90%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas IFRS): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.1. A emissão das demonstrações financeiras, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelo CPC 21 aplicáveis às empresas sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, sendo apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Moeda estrangeira:** Transação em moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o real, que é a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. Operações no exterior: Os saldos de ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio extraídas do site do Banco Central do Brasil, apuradas na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas como ajuste acumulado de conversão de balanço em outros resultados abrangentes em ajuste de avaliação patrimonial nas demonstrações do patrimônio líquido. **2.5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais foram mensurados pelo valor justo. **2.6. Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um mercado ativo, para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da Companhia na Nota 3.2. **2.7. Uso de estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.7.1. Incertezas sobre premissas e estimativas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: i) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – Nota 19.1; ii) Imobilizado para locação (definição do valor residual e da vida útil) – Nota 3.1.5 e 10; iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida útil indefinida: principais premissas em relação aos valores recuperáveis – Nota 3.1.7 e 11; iv) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos – Nota 18.1; v) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos – nota explicativa 3.2.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **3.1.1. Base de consolidação: 3.1.1.1. Combinação de negócios:** Reconhecimento: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativo e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável conforme nota explicativa 3.1.7. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **3.1.1.2 Consolidação:** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de investidas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial: De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Participação de acionistas não-controladores: A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Perda de controle: Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da investida, bem como, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias da data de aquisição, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.1.3. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de máquinas e equipamentos, prestação de serviços e pela venda de máquinas e equipamentos e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **3.1.4. Estoque:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições e local atual de venda. **3.1.5. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é formado por dois grupos distintos, considerando os objetivos e a destinação dos itens, sendo: • Imobilizado para locação, os bens adquiridos e mantidos com o objetivo de obter rendas com locação e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços. • Imobilizado para uso, bens tangíveis utilizáveis por mais do que um ano e que sejam detidos para uso interno ou para fins administrativos. Ambos os grupos de ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis para alocar o ativo no cliente em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, fato gerador do início da cobrança da locação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os custos capitalizados, diretamente atribuíveis para alocar o ativo no cliente nas condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida, compreendem os eventos abaixo; a) Custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da preparação ou aquisição de item do ativo imobilizado. b) Custos de preparação das máquinas; c) Custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação); d) Custos de instalação e montagem; e) Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente; e f) Honorários profissionais. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. Baixas: Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, com os respectivos valores residuais. Terrenos não são depreciados. A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo no mercado atual, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Todos os impactos na estimativa de recuperabilidade terão efeitos prospectivos a sua avaliação. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado de 2025 e 2024 da Companhia são:

Descrição	% – Taxa anual de depreciação 2025	% – Taxa anual de depreciação 2024
Edifícios	4%	4%
Veículos	20%	20%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Computadores e periféricos	13%	13%
Moveis, utensílios e instalações	10%	10%
Equipamentos de comunicação	33%	33%
Sobressalente e ferramentas	20%	20%
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	10%

Valor residual: Abaixo estão apresentados por tipo de produto, os valores percentuais que a Companhia utiliza como valor residual. Este valor residual representa a estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo ao final de sua vida útil de locação para clientes da Companhia. Este valor é equivalente ao valor pago por ativos seminovos se comprados de terceiros.

Grupo de ativos	Residual 2025	Residual 2024
Desktop	22%	22%
Docking station	15%	15%
Monitor	10%	10%
Notebook e Netbook	25%	25%
Smartphone	15%	15%
Smartwatch	10%	10%
Tablet	15%	15%

3.1.6. Intangível: I) Ágio: O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Companhia. O ágio de aquisições de Controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Os testes de impairment são realizados anualmente e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não podem mais ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de impairment o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **II) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa ou custo, conforme incorridos. **III) Marcas e patentes:** Os gastos subsequentes com as marcas patentes, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, uma vez que não se consegue separá-los de outros gastos incorridos no desenvolvimento do negócio como um todo. As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. A amortização das marcas são mensuradas pelo método linear sobre a vida útil estimada. **IV) Contratos com clientes:** Os contratos com clientes adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento, carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **V) Amortização:** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. As taxas médias anuais ponderadas de amortização aplicadas para 2025 e 2024 foram:

Descrição	% – Taxa anual de amortização 31.12.2025	% – Taxa anual de amortização 31.12.2024
Licença de uso de *software*	50%	50%
Mais valia alocada		
• Carteira de clientes	13,3%	10%
• Não competição	20%	20%
• Marcas e patentes	10,6%	6,66%

3.1.7. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (impairment): O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente. Em 31 de dezembro de 2025, a administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo. ***Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros*****Descrição**A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda esperada do contas a receber através dos ratings de risco atrelados a cada cliente. Os ratings são classificados em quatro níveis, que variam de A até D, sendo os clientes classificados como rating A refletindo o melhor perfil de risco apurado e os clientes classificados com rating D refletindo o perfil de maior risco apurado. Os fatores qualitativos são monitorados mensalmente pelo departamento financeiro de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera realizar recuperação significativa do valor baixado, no entanto, estes ainda podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***Redução ao valor recuperável (impairment) – Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, ativos fiscais correntes e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O Valor do ágio é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxo de caixa futuro estimado, descontado a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Administração considerou, em seus testes de valor em uso, orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade contemplando os períodos de dezembro de 2026 a dezembro de 2030. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia realizou o seu teste de impairment, conforme abaixo: a) Ativo imobilizado operacional: A Companhia fez avaliação sobre a existência de indícios de perda dos valores recuperáveis (impairment) dos ativos imobilizados, que incluem os ativos operacionais que geram receita de locação para a Companhia. A análise de indicativos observou não somente os impactos econômico-financeiros, mas também os valores atuais e esperados de mercado desses ativos e a geração de caixa pelos mesmos. A perda é calculada entre o maior valor recuperável entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender o ativo. A Companhia não identificou indicativos de perda em seus ativos operacionais. b) Ativos de vida útil indefinida: A Companhia efetua anualmente testes de impairment, atualizando os com as premissas, indicadores e expectativas mensuráveis atuais e não identificou perdas sobre os valores de ágio contabilizados. A administração da Companhia considera a entidade Voke como sendo uma única unidade geradora de caixa, denominada "UGC Voke". As premissas-chave utilizadas nos cálculos desta UGC, do valor em uso em 31 de dezembro de 2025, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Premissa	%
Taxa de desconto nominal (WACC) líquido dos impostos	13.5%
Taxa de crescimento anual LAJIR (EBIT) – % (5 anos)	11,4%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,6%

Adicionalmente ao acima, as principais premissas foram: • Método de Fluxo de Caixa Descontado, com projeções realizadas com bases nas premissas operacionais disponibilizadas pela Administração; • Projeções dos fluxos de caixa desalavancados e em termos nominais, pelos próximos 5 anos, contemplando os períodos de dezembro de 2026 a dezembro de 2030; • Os fluxos de caixa livre futuros são descontados pelo custo médio ponderado do capital (WACC) para o cálculo do seu valor presente; e • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a premissa que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano ("mid period"). Com base nas premissas e metodologia acima, os valores em uso estimados para as unidades geradoras de caixa foram superiores aos seus valores contábeis, tornando desnecessário qualquer impairment no valor dos ativos. **3.1.8. Direito de uso e passivo de arrendamento:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas" "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". Na avaliação, são desconsiderados do escopo, conforme permitido pela norma, os arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses) e contratos com bens de baixo valor. Na identificação dos ativos de direito de uso nos contratos identificados como dentro do escopo são desconsiderados: • Parcela variável de pagamentos. • Contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável. • Contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo. • Contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancialmente sobre a definição do uso do ativo. Os arrendamentos que não se enquadram no escopo da norma são contabilizados mensalmente na competência da utilização do direito de uso arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como de arrendamentos mercantis, a Companhia registra um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. A amortização do ativo ocorre de acordo com o prazo de arrendamento, definido com base entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental que deve refletir o custo de aquisição em operações similares e aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que se refere ao prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. **3.1.9. Benefícios a empregados:** i) Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta os indicadores financeiros e o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago aos empregados. **3.1.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) há obrigação presente ou não formalizada como resultado de

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelos valores que devem ser necessários para liquidar a obrigação ou contingência, inclusive de gastos com assessoria jurídica e encargos legais bem como correção monetária, quando aplicável. **3.1.11. Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas normas e alíquotas previstas na legislação vigente atribuída a cada apuração tributário, Voke e Seminovos sendo lucro real, as investidas Convex, CSI, Atta, Renter são apuradas sobre o lucro presumido e a Voke USA tem sua estrutura tributária baseada nos impostos federais e estaduais dos EUA. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (mil) anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Com exceção as Controladas Convex, CSI, Atta e Renter, que apuramos o lucro seguindo a legislação de lucro presumido e Voke LLC que tem sua estrutura tributária baseada nos impostos federais e estaduais dos EUA. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz a incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. **3.1.12. Receitas das locações, de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como as eliminações de receitas entre partes relacionadas e o ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes do reconhecimento de receita: Receita de locação de equipamentos: A receita de locação de equipamentos para a qual a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamento operacional. A receita de locação de equipamentos é reconhecida mensalmente pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Receita com prestação de serviços: A receita de prestação do serviço de TI – Serviço de tecnologia contratado é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações do progresso do trabalho realizado. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços e ressarcimentos: A receita com venda e ressarcimento de produtos (imobilizado) é reconhecida quando prováveis benefícios econômicos fluirão para entidade e as obrigações de desempenho do controle de tais ativos são transferidos para o cliente final. A entrega não ocorre até que o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia e suas controladas tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **3.1.13. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com tarifas, descontos concedidos, juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures entre outras despesas financeiras e são reconhecidos pela sua competência no resultado. A despesa de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.1.14. Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e análise de informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. **3.2. Instrumentos financeiros – 3.2.1. Ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **I) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, ou seja, no faturamento do período de locação utilizado e serviços de TI prestados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes, sem um componente significativo de financiamento, é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os passivos financeiros estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **II) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado). Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos ou passivos financeiros, e neste caso todos os ativos ou passivos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou justo por meio dse outros resultados abrangentes (VJORA): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR ou VJORA. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo ou passivo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR ou VJORA se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos e passivos financeiros a VJR	Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja divulgação na nota explicativa 3.2.6 para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos e passivos financeiros VJORA	Esses ativos e/ou passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • O desempenho da carteira que é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **III) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.2.2. Compensações:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.3. Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia contrata, ocasionalmente, instrumentos financeiros derivativos não especulativos, unicamente para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos e financiamentos. Adicionalmente a Companhia optou pela contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, a variação do valor justo é contabilizada no resultado do exercício e o item protegido (dívida) é mensurado também ao valor justo por meio do resultado. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo e reconhecida em outros resultados abrangentes é apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado, como resultado financeiro. O valor acumulado no ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados no ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **3.2.4. Instrumentos financeiros por categoria:** A categoria dos instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	**162.083**	**168.759**	**162.744**	**171.409**
Aplicações financeiras	162.083	168.759	162.744	170.110
Instrumentos derivativos ativo	–	–	–	1.299
Custo amortizado	**276.180**	**179.405**	**274.063**	**238.149**
Caixa e bancos	29.983	14.122	32.880	18.628
Contas a receber de clientes	96.980	89.838	150.332	146.076
Depósitos judiciais e cauções	1.013	912	1.279	1.215
Outros ativos	148.204	74.533	89.572	72.230
Total	**438.263**	**348.164**	**436.807**	**409.558**
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	**220**	**38**	**254**	**38**
Instrumento derivativo passivo	220	38	254	38
Outros passivos financeiros	**1.459.233**	**1.329.389**	**1.464.579**	**1.357.930**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.103.948	1.276.026	1.116.097
Fornecedores	37.341	56.872	52.069	77.204
Aquisição de controladas a pagar	110.445	128.789	110.445	128.789
Outras obrigações a pagar	39.298	39.780	26.039	35.840
Total	**1.459.453**	**1.329.427**	**1.464.833**	**1.357.968**

3.2.5. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e bancos	29.983	29.983	14.122	14.122
Aplicações financeiras	162.083	162.083	168.759	168.759
Contas a receber de clientes	96.980	96.980	89.838	89.838
Depósitos judiciais e cauções	1.013	1.013	912	912
Outros ativos	148.204	148.204	74.533	74.533
Total	**438.263**	**438.263**	**348.164**	**348.164**
Passivos				
Fornecedores	37.341	37.341	56.872	56.872
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.404.861	1.103.948	1.158.489
Instrumento derivativo passivo	220	220	38	38
Aquisição de controladas a pagar	110.445	110.445	128.789	128.789
Outras obrigações a pagar	39.298	39.298	39.780	39.780
Total	**1.459.453**	**1.592.165**	**1.329.427**	**1.383.968**

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e bancos	32.880	32.880	18.628	18.628
Aplicações financeiras	162.744	162.744	170.110	170.110
Contas a receber de clientes	150.332	150.332	146.076	146.076
Instrumento derivativo ativo	–	–	1.299	1.299
Depósitos judiciais e cauções	1.279	1.279	1.215	1.215
Outros ativos – Partes relacionadas	89.572	89.572	72.230	72.230
Total	**436.807**	**436.807**	**409.558**	**409.558**
Passivos				
Fornecedores	52.069	52.069	77.204	77.204
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.276.026	1.408.758	1.116.097	1.194.895
Instrumento derivativo passivo	254	254	38	38
Aquisição de controladas a pagar	110.445	110.445	128.789	128.789
Outras obrigações a pagar	26.039	26.039	35.840	35.840
Dividendos a pagar	26.971	26.971	26.971	26.971
Total	**1.491.804**	**1.624.536**	**1.384.939**	**1.463.737**

Para as operações de arrendamento mercantil passivo, a Companhia entende que o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros corresponde ao seu valor contábil. Os mesmos são contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente, e são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus. Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias a seguir: ▪ Nível 1 – Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e ▪ Nível 2 – Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. ▪ Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Controladora – Nível 2		Consolidado – Nível 2	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Total	Total	Total	Total
Ativo				
Aplicações financeiras	162.083	168.759	162.744	170.110
Instrumento derivativo ativo	–	–	–	1.299
Total	**162.083**	**168.759**	**162.744**	**171.409**
Passivo				
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.103.948	1.276.026	1.116.097
Instrumento derivativo passivo	220	38	254	38
Total	**1.272.369**	**1.103.986**	**1.276.280**	**1.116.135**

O contas a receber de clientes, outros ativos, fornecedores, arrendamento, aquisição de controladas a pagar, dividendos, e outras obrigações a pagar não estão incluídos na tabela acima. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **3.2.6. Gerenciamento de riscos: Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito e de aplicações de recursos, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Companhia possui operações de proteção com instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado abaixo. a) Risco de crédito e de aplicações de recursos: É o risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de terceiros e aplicação de recursos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas corrente	29.983	14.122	32.880	18.628
Aplicações financeiras de liquidez imediata	124.827	138.062	125.488	139.413
Aplicações financeiras de curto prazo	37.256	30.697	37.256	30.697
Contas a receber de clientes	104.290	96.022	163.560	154.001
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(7.310)	(6.184)	(13.228)	(7.925)
Instrumento derivativo ativo	–	–	–	1.299
Depósitos judiciais e cauções	1.013	912	1.279	1.215
Outros ativos	148.204	74.533	89.572	72.230
Total	**438.263**	**348.164**	**436.807**	**409.558**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela área de tesouraria e supervisionado pela diretoria financeira da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por políticas específicas de aceitação de clientes. O crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, sujeito aos procedimentos, controles e práticas estabelecidas em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber é analisada mensalmente. A provisão para perda esperada do contas a receber é mensurada através dos ratings de risco atrelados a cada cliente. Os ratings são classificados em quatro níveis, que variam de A até D, sendo os clientes classificados como rating A refletindo o melhor perfil de risco apurado e, os clientes classificados com rating D refletindo o perfil de maior risco apurado. A área de análise de crédito avalia a qualidade creditícia dos clientes levando em consideração, dentre outros fatores, sua posição financeira e experiência passada de negócios já realizados com a Companhia. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas e externas baseadas em ratings de sistemas de classificação de crédito e de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 8% das receitas da Companhia. Ademais, a Companhia tem mecanismos de bloqueio de serviços e de equipamentos no caso de inadimplência de clientes, e atua ativamente para evitar situações de atraso no pagamento. b) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta ao risco de variação de taxa de juros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. ▪ **Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre as operações com aplicações financeiras, outros ativos a receber, aquisição de controladas a pagar, outras obrigações a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures cuja remuneração é vinculada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia não realiza hedge para pré-fixar seus instrumentos financeiros, mas entende que parte do risco é mitigado pela correção da inflação em sua receita contratada com clientes. A Companhia precifica cada novo contrato ou carta-chamada de acordo com a taxa de juros efetiva no momento da cotação. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelos especialistas financeiros, e são aprovadas pela diretoria financeira. Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos. Análise de sensibilidade: A Companhia efetuou análise de sensibilidade a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros. O cenário provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação ao CDI para os próximos 12 meses sendo que a Administração adotou para este cenário as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Controladora					
			Cenários					
			Base	I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**31/12/2025**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Total de ativos	**237.415**	**–**	**–**	**35.375**	**44.219**	**53.062**	**26.531**	**17.687**
Aplicações financeiras	162.083	CDI	14,90%	24.150	30.188	36.226	18.113	12.075
Depósitos judiciais e cauções	1.013	CDI	14,90%	151	189	226	113	75
Outros ativos	74.319	CDI	14,90%	11.074	13.842	16.610	8.305	5.537
Total de passivo	1.372.612	**–**	**–**	(204.519)	(255.649)	(306.779)	(153.389)	(102.260)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.239.166	CDI	14,90%	(184.636)	(230.795)	(276.954)	(138.477)	(92.318)
Aquisição de controladas	110.445	CDI	14,90%	(16.456)	(20.570)	(24.684)	(12.342)	(8.228)
Outras obrigações com ex-acionistas	23.001	CDI	14,90%	(3.427)	(4.284)	(5.141)	(2.570)	(1.714)
		Efeito		**(169.144)**	**(211.430)**	**(253.717)**	**(126.858)**	**(84.573)**

			Consolidado					
			Cenários					
			Base	I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**31/12/2025**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Total de ativos	**238.857**	**–**	**–**	**35.590**	**44.487**	**53.384**	**26.693**	**17.794**
Aplicações financeiras	162.744	CDI	14,90%	24.249	30.311	36.373	18.187	12.124
Depósitos judiciais e cauções	1.279	CDI	14,90%	191	238	286	143	95
Outros ativos	74.834	CDI	14,90%	11.150	13.938	16.725	8.363	5.575
Total de passivo	1.376.503	**–**	**–**	(205.098)	(256.374)	(307.648)	(153.824)	(102.550)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.243.043	CDI	14,90%	(185.213)	(231.517)	(277.820)	(138.910)	(92.607)
Aquisição de controladas	110.445	CDI	14,90%	(16.456)	(20.570)	(24.684)	(12.342)	(8.228)
Outras obrigações com ex-acionistas	23.015	CDI	14,90%	(3.429)	(4.287)	(5.144)	(2.572)	(1.715)
		Efeito		**(169.508)**	**(211.887)**	**(254.264)**	**(127.131)**	**(84.756)**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

▪ **Risco de variação de taxa de câmbio:** A Companhia possui exposição baixa à variação da taxa de câmbio. A maioria dos equipamentos comprados pela empresa são fabricados no Brasil, e precificados em Reais (R$). Ainda assim, como parte dos componentes são importadas (principalmente da China), a variação da taxa de câmbio pode impactar o valor do equipamento. Entretanto, a Companhia não sofre impacto, pois repassa integralmente o valor do equipamento ao cliente. A Companhia possui dois instrumentos derivativos sendo; Swap de fluxo de pagamento com o Banco Votorantim para garantir que o spread final contratado pela Companhia seja de CDI + 3,7% a.a no 1º ano, CDI + 3,6% a.a. no 2º ano, CDI + 3,5% a.a no 3º ano e CDI + 3,3% nos últimos 6 meses. Swap de fluxo de pagamento com o Banco Safra para garantir que o spread final contratado pela Companhia seja de CDI + 3 % a.a. A tabela a seguir detalha os instrumentos de *swap* hoje existentes na Companhia:

			Remuneração	Posição Consolidado em 31/12/2025			
Empresa	**Produto**	**Data de vencimento**	**Cliente recebe**	**Valor base R$**	**Valor base atualizado (Companhia recebe) R$**	**Valor base atualizado (Companhia paga)**	**Valor bruto do ajuste**
Voke	*Swap* com fluxo de pagamento	04/05/2028	15,49% a.a. – Exposição 360 dias	50.000	51.153	51.373	(220)
Seminovos	*Swap* com fluxo de pagamento	22/06/2026	7,259% a.a. – Exposição 360 dias	3.750	3.763	3.797	(34)
			Subtotal	**53.750**	**54.916**	**55.170**	**(254)**

			Remuneração	Posição Consolidado em 31/12/2024			
Empresa	**Produto**	**Data de vencimento**	**Cliente recebe**	**Valor base R$**	**Valor base atualizado (Companhia recebe) R$**	**Valor base atualizado (Companhia paga)**	**Valor bruto do ajuste**
Voke	*Swap* com fluxo de pagamento	04/05/2028	15,49% a.a. Exposição 360 dias	50.000	51.115	51.153	(38)
Seminovos	*Swap* com fluxo de pagamento	22/06/2026	7,259% a.a. – Exposição 360 dias	11.250	12.830	11.531	1.299
			Subtotal	**61.250**	**63.945**	**62.684**	**1.261**

c) Risco de liquidez: O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de monitoramento constante, que considera a avaliação para manutenção da liquidez e solvência das operações, entre outros fatores. Esse processo assegura que a Companhia consiga realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Além desse controle, a gestão da Companhia busca continuamente as melhores condições nas operações para reduzir os custos de captação. Dessa forma, a Companhia tem fortalecido seus retornos e sua capacidade de melhorar os indicadores de capital circulante, sem expor-se a riscos relevantes para a continuidade operacional. A Companhia mantém, em seu ativo, saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários para aquisição de imobilizado para locação, de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. Nos últimos anos, a Companhia demonstrou um forte crescimento da sua receita oriunda de sua estratégia de crescimento orgânico e inorgânico. Para realizar tal crescimento, a Companhia aumentou seu endividamento para que pudesse financiá-lo. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

Controladora – 31/12/2025

Passivos financeiros:	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	37.341	37.341	37.341	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.776.533	521.925	580.038	674.570
Instrumento derivativo passivo	220	220	220	–	–
Aquisição de controladas a pagar	110.445	126.972	57.240	43.531	26.201
Outras obrigações a pagar	39.298	41.793	34.884	6.909	–
Total	**1.459.453**	**1.982.859**	**651.610**	**630.478**	**700.771**

Consolidado – 31/12/2025

Passivos financeiros:	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	52.069	52.069	52.069	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.276.026	1.780.682	526.074	580.038	674.570
Instrumento derivativo passivo	254	254	254	–	–
Aquisição de controladas a pagar	110.445	126.972	57.240	43.531	26.201
Dividendos a pagar	26.971	26.971	–	–	26.971
Outras obrigações a pagar	26.039	28.520	21.611	6.909	–
Total	**1.491.804**	**2.015.468**	**657.248**	**630.478**	**727.742**

4 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente: As alterações de normas e novas normas, descritas abaixo e, que entraram em vigor em 2025 não tiveram impactos materiais para a Companhia, para a preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. **Outras normas, interpretações e alterações às normas:** Uma série de novas normas e/ou alterações de normas são efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum novo pronunciamento e/ou alteração de norma na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Não se espera que as novas ou alteradas normas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas: ▪ Reconhecimento de Perda de Conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e ▪ Aplicação da Perda de Conversibilidade (alterações ao CPC 37/IFRS 1); A Administração não identificou impactos relevantes até o momento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, na aplicação das alterações das normas mencionadas acima.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Composição do caixa, equivalentes de caixa e aplicações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas corrente	29.983	14.122	32.880	18.628
Aplicações financeiras de liquidez imediata	124.827	138.062	125.488	139.413
Total de caixa e equivalentes de caixa	**154.810**	**152.184**	**158.368**	**158.041**
Aplicações financeiras de curto prazo [i]	37.256	30.697	37.256	30.697
Total de aplicações financeiras	**37.256**	**30.697**	**37.256**	**30.697**

(i) São aplicações financeiras mantidas como garantia de empréstimos com realização prevista no curto prazo.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Composição das contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber de clientes	74.054	75.812	122.816	135.163
Clientes a faturar	24.205	18.838	40.744	18.838
Contas a receber – partes relacionadas	6.031	1.372	–	–
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(7.310)	(6.184)	(13.228)	(7.925)
Total	**96.980**	**89.838**	**150.332**	**146.076**
Contas a receber – circulante	94.600	87.458	124.662	125.660
Contas a receber – não circulante	2.380	2.380	25.670	20.416
Total	**96.980**	**89.838**	**150.332**	**146.076**

6.2. Apuração das perdas esperadas de contas a receber de clientes: A tabela abaixo detalha a linha de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com abertura dos títulos por dias em atraso:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Títulos a vencer	**65.981**	**61.381**	**111.275**	**110.517**
Vencidos em até 30 dias	7.925	3.520	8.786	4.840
Vencidos de 31 a 60 dias	1.891	1.012	2.656	4.012
Vencidos de 61 a 90 dias	1.269	835	2.144	1.492
Vencidos de 91 a 120 dias	1.459	3.346	1.810	1.147
Vencidos há mais de 120 dias	25.765	25.928	36.889	31.993
Títulos vencidos	**38.309**	**34.641**	**52.285**	**43.484**
Total	**104.290**	**96.022**	**163.560**	**154.001**

A tabela abaixo detalha a linha de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e o provisionamento de perdas esperadas para estes exercícios considerando a nova metodologia adotada:

Controladora

Classificação de rating	31/12/2025				31/12/2024			
Clientes privados	**Contas a receber**	**PECLD**	**% Provisão**	**Total**	**Contas a receber**	**PECLD**	**% Provisão**	**Total**
A	70.998	(1)	0,0%	70.997	31.994	(1)	0,0%	31.993
B	8.875	(65)	0,7%	8.810	31.615	(231)	0,7%	31.384
C	2.479	(50)	2,0%	2.429	14.567	(291)	2,0%	14.276
D	9.865	(6.491)	65,8%	3.374	9.003	(5.616)	62,4%	3.387
Total – Clientes privados	**92.217**	**(6.607)**	**7,2%**	**85.610**	**87.179**	**(6.139)**	**7,0%**	**81.040**
Público	12.073	(703)	5,8%	11.370	8.843	(45)	0,5%	8.798
Total	**104.290**	**(7.310)**	**7,0%**	**96.980**	**96.022**	**(6.184)**	**6,4%**	**89.838**

Consolidado

Classificação de rating	31/12/2025				31/12/2024			
Clientes privados	**Contas a receber**	**PECLD**	**% Provisão**	**Total**	**Contas a receber**	**PECLD**	**% Provisão**	**Total**
A	69.501	(1)	0,0%	69.500	38.932	(1)	0,0%	38.931
B	10.317	(75)	0,7%	10.242	32.706	(238)	0,7%	32.468
C	4.064	(81)	2,0%	3.983	15.985	(320)	2,0%	15.665
D	13.236	(9.748)	73,6%	3.488	9.878	(6.032)	61,1%	3.846
Total – Clientes privados	**97.118**	**(9.905)**	**10,2%**	**87.213**	**97.501**	**(6.591)**	**6,8%**	**90.910**
Público	52.977	(3.314)	6,3%	49.663	40.664	(1.323)	3,3%	39.341
Seminovos	13.465	(9)	0,0%	13.456	15.836	(11)	0,1%	15.825
Total	**163.560**	**(13.228)**	**8,1%**	**150.332**	**154.001**	**(7.925)**	**5,1%**	**146.076**

Os clientes são classificados em quatro níveis de ratings, que variam de A até D, sendo os clientes classificados como rating A refletindo o melhor perfil de risco apurado e os clientes classificados com rating D refletindo o perfil de maior risco apurado.

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(6.306)**	**(7.892)**
(-) Adições	–	(741)
(+) Reversões	86	129
(+) Perdas com créditos incobráveis [i]	36	579
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(6.184)**	**(7.925)**
(-) Adições	(1.264)	(5.515)
(+) Reversões	–	786
(+) Perdas com créditos incobráveis/(-) Recuperação de créditos baixados para perda [i]	138	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(7.310)**	**(13.228)**

(i) Trata-se de títulos baixados para perda que foram recuperados pela Companhia. As perdas com créditos incobráveis referem-se aos títulos já reconhecidos como perda que a Companhia não tem a expectativa de recebimento. Sua movimentação não afeta o resultado e trata-se apenas de uma movimentação entre contas da rubrica de ativo, visto que o mesmo já foi provisionado para perda em períodos anteriores.

7 ESTOQUES

7.1. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Mercadorias para revenda	222	262	7.292	12.943
Estoque de equipamentos em poder de terceiros	795	795	880	992
Almoxarifado	1	1	1	1
Total	**1.018**	**1.058**	**8.173**	**13.936**

8 OUTROS ATIVOS

8.1. Composição de outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Conta corrente 220 Capital Investimentos (Nota 21.1) (ii)	74.319	60.892	74.834	60.892
Crédito com ex-acionista Suprisul (iii)	8.187	–	8.187	8.187
Conta corrente Voke com Voke Seminovos (Nota 21.1) (i)	18.289	4.637	–	–
Conta corrente Voke com Convex (Nota 21.1) (i)	36.155	–	–	–
Conta corrente Voke com Atta (Nota 21.1) (i)	–	2.463	–	–
Conta corrente Voke com Renter (Nota 21.1) (i)	1.814	25	–	–
Conta corrente Voke com Renov (iv)	6.550	3.150	6.550	3.150
Conta corrente Voke com Suprisul (Nota 21.1) (i)	–	3.141	–	–
Conta corrente Voke com CSI (Nota 21.1) (i)	2.889	225	–	–
Outros créditos	1	–	1	1
Total	**148.204**	**74.533**	**89.572**	**72.230**
Circulante	61.419	22.796	61.934	30.983
Não circulante	86.785	51.737	27.638	41.247
Total	**148.204**	**74.533**	**89.572**	**72.230**

(i) O saldo a receber da das controladas, são oriundos de custos compartilhados bem como venda de equipamentos seminovos e conta corrente entre as investidas para qual a Controladora mantêm a intenção de aumento de capital. (ii) O montante junto a controladora 220 Capital Investimentos ("220 Capital") em sua grande maioria refere-se ao mútuo que será pago em parcelas trimestrais, no dia 6 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Sobre o valor de principal, incidirá remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) ao ano, calculada desde a data da assinatura deste contrato de 18 de setembro de 2023 com quitação em setembro de 2026. Além do mútuo citado, a Companhia tem a receber de sua controladora o montante de R$ 24.432 decorrente dos custos compartilhados. (iii) O montante a receber junto ao ex-acionista da controlada Suprisul, refere-se a um crédito devido à Voke decorrente de transações com antigos acionistas, com data anterior a aquisição da investida. (iv) A Voke firmou um contrato com a empresa Renov, que prevê o direito de conversão em ações a partir de setembro de 2026. A Renov é especializada em soluções de *trade-in* que impulsionam as vendas no varejo de smartphones, tablets e outros eletrônicos. Para a Voke, o *trade-in* de equipamentos eletrônicos representa uma importante fonte de reposição de estoque, ampliando nossa capacidade de revenda e fortalecendo o ciclo de comercialização de produtos. Durante o exercício de 2025, foram realizadas movimentações financeiras da Controladora para suas controladas, resultando na formação de saldos a receber ao término do período. A Administração esclarece que tais montantes não possuem expectativa de liquidação financeira no curso normal dos negócios, uma vez que há a intenção de regularização desses saldos por meio de movimentações societárias, incluindo futuros aumentos de capital nas respectivas controladas após a compensação de eventuais saldos a pagar às suas controladas.

9 INVESTIMENTOS

9.1. Composição dos investimentos: Em 01 de julho de 2025 a Controladora incorporou sua investida Suprisul. As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme a seguir:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou (prejuízo) líquido**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou (prejuízo) líquido**
Seminovos	28.613	36.325	8.375	(16.087)	37.942	28.727	23.072	(13.857)
Convex	112.137	42.822	52.875	16.440	95.470	42.597	30.237	22.636
Voke LLC	603	–	2.308	(1.705)	1.672	38	2.563	(929)
Suprisul	–	–	–	3.200	37.707	6.602	24.609	6.496
CSI	15.513	4.192	12.630	(1.309)	15.095	2.465	12.963	(333)
Atta	30.623	2.706	14.481	13.436	18.782	4.301	13.081	1.400
Renter	7.129	3.062	2.580	1.487	2.940	361	2.441	138

9.1.1. Movimentação dos investimentos

	Seminovos	**Convex**	**Voke LLC**	**Suprisul**	**CSI**	**Atta**	**Renter**	**Ágio e mais valia**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.405**	**40.001**	**426**	**–**	**–**	**–**	**–**	**46.783**	**100.615**
Resultado de equivalência patrimonial	(13.857)	22.636	(929)	6.496	(333)	1.400	138	–	15.551
Combinação de negócios – Patrimônio líquido	–	–	–	21.109	10.670	4.581	2.441	–	38.801
Mais valia e ágio sobre novas aquisições	–	–	–	–	–	–	–	87.062	87.062
Aumento de capital	8.808	–	2.029	3.500	2.293	8.500	–	–	25.130
Distribuição de dividendos para controladores	–	(9.764)	–	–	–	–	–	–	(9.764)
(-) Amortização de mais valia	–	–	–	–	–	–	–	(5.227)	(5.227)
Outras movimentações	859	–	108	–	–	–	–	–	967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.215**	**52.873**	**1.634**	**31.105**	**12.630**	**14.481**	**2.579**	**128.618**	**253.135**
Resultado de equivalência patrimonial	(16.087)	16.440	(1.705)	3.200	(1.309)	13.436	1.487	–	15.462
Aumento de capital	–	–	838	–	–	–	–	–	838
(-) Baixa por incorporação	–	–	–	(34.304)	–	–	–	(50.259)	(84.563)
Mais valia sobre a reavaliação dos PPAs	–	–	–	–	–	–	–	20.657	20.657
(-) Amortização de mais valia	–	–	–	–	–	–	–	(13.548)	(13.548)
Ajustes de avaliação patrimonial	(840)	–	(168)	–	–	–	–	–	(1.008)
Outras movimentações	–	2	4	(1)	–	–	1	(5)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(7.712)**	**69.315**	**603**	**–**	**11.321**	**27.917**	**4.067**	**85.463**	**190.974**

10 IMOBILIZADO

10.1. Composição do ativo imobilizado

Controladora	**Veículos**	**Máquinas e equipamentos**	**Computadores e periféricos**	**Moveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de comunicação**	**Benfeitorias imóveis de terceiros**	**Total imobilizado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13**	**3.698**	**591.119**	**12.684**	**15.086**	**3.901**	**626.501**
Adições	–	3.970	148.684	459	5.467	950	159.530
Baixas	–	(3)	(17.707)	(3)	(438)	–	(18.151)
Depreciação	(13)	(747)	(82.731)	(530)	(3.512)	(171)	(87.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**6.918**	**639.365**	**12.610**	**16.603**	**4.680**	**680.176**
Transferência	–	(8)	101	–	(93)	–	–
Adições por incorporação	33	–	36.700	37	–	–	36.770
Adições	–	715	85.834	45	2.433	69	89.096
Baixas	–	(5)	(10.667)	(158)	(283)	(48)	(11.161)
Depreciação	(33)	(915)	(90.031)	(574)	(5.280)	(204)	(97.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**6.705**	**661.302**	**11.960**	**13.380**	**4.497**	**697.844**

Consolidado	**Veículos**	**Máquinas e equipamentos**	**Computadores e periféricos**	**Moveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de comunicação**	**Benfeitorias imóveis de terceiros**	**Total imobilizado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**45**	**3.737**	**635.811**	**13.231**	**15.112**	**5.019**	**672.955**
Transferência	–	(80)	(35)	(3)	118	–	–
Combinação de negócios Suprisul	60	–	16.057	56	–	–	16.173
Combinação de negócios CSI	60	263	10.901	1	–	–	11.225
Combinação de negócios Atta	–	6	12.686	51	–	–	12.743
Combinação de negócios Renter	19	–	2.143	4	–	–	2.166
Mais valia de ativos		26	37.764	37	–	–	37.827
Adições	2	4.021	186.040	709	5.467	1.273	197.512
Baixas	–	(5)	(22.970)	(3)	(438)	–	(23.416)
Depreciação	(43)	(775)	(96.375)	(606)	(3.513)	(291)	(101.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**143**	**7.193**	**782.022**	**13.477**	**16.746**	**6.001**	**825.582**
Transferência	–	(8)	101	–	(93)	–	–
Mais valia de ativos	–	–	4.107	–	–	–	4.107
Adições	–	828	147.306	51	9.253	1.002	158.440
Baixas	(5)	(5)	(13.544)	(158)	(281)	(48)	(14.041)
Depreciação	(44)	(966)	(117.794)	(616)	(5.290)	(288)	(124.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**94**	**7.042**	**802.198**	**12.754**	**20.335**	**6.667**	**849.090**

Em 31 de dezembro de 2025, o custo líquido reconhecido no valor contábil dos ativos imobilizados durante o processo de sua ativação foi de R$ 41.738 (31 de dezembro de 2024, R$ 26.391).

11 INTANGÍVEL

11.1. Composição do intangível

Controladora

	Software	**Marcas e patentes**	**Carteira de clientes**	**Ágio**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	7.413	6.555	75.277	72.170	161.415
Adições	13.281	–	–	–	13.281
Amortizações	(3.184)	(505)	(10.754)	–	(14.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**17.510**	**6.050**	**64.523**	**72.170**	**160.253**
Adições	9.216	–	–	–	9.216
Adições por incorporação	–	513	29.124		29.637
Amortizações	(2.945)	(561)	(11.578)	–	(15.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**23.781**	**6.002**	**82.069**	**72.170**	**184.022**

Consolidado

	Software	**Marcas e patentes**	**Não competição**	**Carteira de clientes**	**Ágio**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**8.197**	**8.010**	**277**	**109.215**	**72.170**	**197.869**
Combinação de negócios	56	817	–	48.418	–	49.291
Adições	16.730	–	–	–	–	16.730
Amortizações	(3.324)	(668)	(107)	(15.681)	–	(19.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**21.659**	**8.159**	**170**	**141.952**	**72.170**	**244.110**
Mensuração PPA Suprisul	–	–	–	11.432	–	11.432
Mensuração PPA CSI	–	170	–	1.106	–	1.276
Mensuração PPA Atta	–	614	–	6.169	–	6.783
Mensuração PPA Renter	–	121	–	(8.612)	5.549	(2.942)
Adições	10.159	–	–	–	–	10.159
Amortizações	(3.044)	(855)	(107)	(18.027)	–	(22.033)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**28.774**	**8.209**	**63**	**134.020**	**77.719**	**248.785**

Em 31 dezembro de 2025, a Companhia não identificou indícios que levassem a redução do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Para os ativos com vida útil indefinida, a Companhia efetuou teste anual de recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

12 DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

12.1. Composição dos ativos de direito de uso

Direto de uso sobre contratos de arrendamento	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**15.821**	**16.597**
Atualização de valor contratual	2.900	4.438
Adições de novos contratos	3.736	3.736
Amortização do direito de uso	(7.543)	(8.395)
Outras movimentações	(95)	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**14.819**	**16.280**
Atualização/(-) Reversão de valor contratual	(2.133)	(1.991)
Amortização do direito de uso	(6.732)	(7.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.954**	**6.547**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o saldo consolidado é composto por R$ 5.221 (R$ 12.045 em 31 de dezembro de 2024) de arrendamento de imóveis e R$ 1.326 (R$ 4.235 em dezembro de 2024) de arrendamentos de máquinas, equipamentos e veículos.

12.2. Composição dos passivos de arrendamento

Direto de uso sobre contratos de arrendamento	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**16.850**	**17.625**
Atualização de valor contratual	2.900	4.438
Adições de novos contratos	3.736	3.736
Principal pago	(6.644)	(7.547)
Juros pagos	(2.652)	(2.809)
Juros apropriados	2.652	2.809
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**16.842**	**18.252**
Atualização/(-) Reversão de valor contratual	(2.133)	(1.991)
Principal pago	(7.703)	(8.662)
Juros pagos	(1.412)	(1.715)
Juros apropriados	1.412	1.715
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.006**	**7.599**
Total de arrendamento a pagar – circulante	3.330	3.563
Total de arrendamento a pagar – não circulante	3.676	4.036
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.006**	**7.599**

Os contratos de operações de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. A taxa média de desconto nominal para os contratos de arrendamento em 31 de dezembro 2025 e 2024 é de 18,65% a.a.

12.3. Cronograma de vencimentos

Período	Controladora	Consolidado
01/01/2026 à 31/12/2026	3.330	3.563
01/01/2027 à 31/12/2027	1.424	1.609
01/01/2028 à 31/12/2028	1.112	1.252
01/01/2029 à 31/12/2029	1.034	1.069
01/01/2030 à 31/12/2030	106	106
Total	**7.006**	**7.599**

12.4. Fluxo de amortização do direito de uso e arrendamento a pagar considerando a inflação do período: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	Controladora				Consolidado			
Controladora	**2025**	**2026**	**2027**	**2028 ou mais**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028 ou mais**
Direito de uso	5.954	2.877	1.856	845	6.547	3.193	2.031	880
Fluxo com projeção de inflação	6.095	3.006	1.930	879	6.702	3.337	2.112	915
Variação – IGP-M	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**
Passivo de arrendamento	8.305	4.283	2.753	1.237	8.984	4.722	2.997	1.286
Fluxo com projeção de inflação	8.502	4.476	2.863	1.286	9.197	4.934	3.117	1.337
Variação – IGP-M	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**
Despesas com juros	(703)	(427)	(263)	(96)	(768)	(482)	(318)	(109)
Fluxo com projeção de inflação	(720)	(446)	(274)	(100)	(786)	(504)	(331)	(113)
Variação – IGP-M	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**
Amortização	(3.077)	(1.021)	(1.011)	(845)	(3.354)	(1.162)	(1.151)	(880)
Fluxo com projeção de inflação	(3.193)	(1.082)	(1.058)	(879)	(3.495)	(1.232)	(1.204)	(915)
Variação – IGP-M	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**	**2,37%**	**4,50%**	**4,00%**	**4,00%**

13 FORNECEDORES

13.1. Composição de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores nacionais	37.341	56.872	52.069	77.204
Total	**37.341**	**56.872**	**52.069**	**77.204**

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado	
Banco	**Modalidade**	**Taxas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo de captações realizadas em 2025			497.879	–	497.879	–
Risco sacado [i]	Risco Sacado	18,68% aa	4.996	–	4.996	–
Banco HPFS	Leaseback	14,60% aa	15.947	–	15.947	–
7ª NC Banco C6	Nota comercial	CDI + 4,65% a.a	8.154	–	8.154	–
Bocom BBM	4131	CDI + 4,25% a.a	2.631	–	2.631	–
Banco Safra	Nota Comercial	CDI + 3,32% a.a	10.286	–	10.286	–
Banco BNDES	Empréstimo	IPCA + 8,16%	50.160	–	50.160	–
8ª NC ABC	Nota Comercial	CDI + 4,25% a.a	9.957	–	9.957	–
Banco do Brasil	Empréstimo	CDI + 4,5% a.a	3.786	–	3.786	–
9ª NC BDMG	Nota Comercial	CDI + 4% a.a	31.737	–	31.737	–
11ª NC Conta Simples	Nota Comercial	8%	5.000	–	5.000	–
Banco BMG	Empréstimo	IPCA + 7,61% + 3,94% a.a	11.081	–	11.081	–
Banco CEF	Empréstimo	CDI + 3,66% a.a	53.206	–	53.206	–
Banco ABC	Conta Garantida	CDI + 4,91% a.a	3.000	–	3.000	–
4ª Deb	Debêntures	CDI + 6,00% a.a	283.347	–	283.347	–
12ª NC BMP	Debêntures	CDI + 12,68% a.a	4.591	–	4.591	–
Saldo de captações realizadas até 31 de dezembro de 2024			774.270	1.103.948	778.147	1.116.097
Banco do ABC	Empréstimo	CDI+7,60% a.a	–	–	–	661
Banco do Brasil	Empréstimo	CDI + 4,30% a.a	170.968	187.471	170.968	187.471
Banco Bradesco	Empréstimo	CDI + 5,61% a.a	–	5.368	–	5.368
Banco BNDES	Empréstimo	IPCA + 7,62% a.a	51.165	49.977	51.165	49.977
Banco CEF	Empréstimo	CDI + 3,73% a.a	51.745	67.352	51.745	67.352
Banco Daycoval	Empréstimo	19,17% a.a	2.655	4.321	2.655	4.321
Banco DLL	Empréstimo	20,56% a.a	4.385	7.361	4.385	7.361
Banco HPFS	Empréstimo	14,60% a.a	–	530	–	530
Banco Itaú	Empréstimo	CDI + 3,99% a.a	–	10.931	–	10.931
Banco Santander	Empréstimo	CDI + 3,72% a.a	2.871	6.221	2.871	6.221
Banco Sicoob	Empréstimo	CDI + 4,00% a.a	53.380	71.356	53.380	71.356
Banco Safra	Empréstimo	CDI + 4,40% a.a	2.577	12.381	6.454	23.581
Banco Safra	Empréstimo	14,85% a.a	–	–	–	288
1º NC BTG	Nota comercial	CDI + 5,75% a.a	–	27.911	–	27.911
3ª NC	Nota comercial	CDI + 5,25% a.a	–	210.271	–	210.271
AGAU13	Debêntures	CDI + 4,5% a.a	260.244	258.010	260.244	258.010
5ª NC Santander	Nota comercial	CDI +3,5% a.a	123.147	133.506	123.147	133.506
6ª NC BV	Nota comercial	CDI + 3,70% a.a	51.133	50.981	51.133	50.981
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.272.149**	**1.103.948**	**1.276.026**	**1.116.097**
Circulante			342.663	255.225	346.540	263.650
Não circulante			929.486	848.723	929.486	852.447
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.272.149**	**1.103.948**	**1.276.026**	**1.116.097**

(i) Dado que os acordos de risco sacado alteram os vencimentos das notas fiscais, a administração optou por classificar esses valores como empréstimos no balanço patrimonial. Para fins de fluxo de caixa, tais valores não são considerados parte do capital de giro operacional, sendo os pagamentos à instituição financeira tratados como atividade de financiamento. A instituição atua como agente de pagamento da Companhia, liquidando o fornecedor. Assim, os pagamentos ao fornecedor são registrados como saída operacional e entrada de financiamento, em valores iguais. Quando a Companhia quita o valor com a instituição, há uma saída de caixa na atividade de financiamento. Esses passivos são incluídos na reconciliação da dívida líquida.

14.2. Movimentação do saldo	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo a Pagar em 31/12/2023	**842.121**	**844.347**
Captações	702.333	723.813
Amortização	(464.468)	(475.427)
Juros pagos	(133.777)	(136.259)
Juros provisionados	157.229	159.113
Variação cambial	510	510
Saldo a pagar em 31/12/2024	**1.103.948**	**1.116.097**
Captações	542.494	542.494
Amortização	(369.119)	(377.652)
Juros pagos	(218.124)	(218.933)
Juros provisionados	212.950	214.020
Saldo a pagar em 31/12/2025	**1.272.149**	**1.276.026**

14.3. Fluxo de amortização previsto

Período	Controladora	Consolidado
01/01/2026 à 31/12/2026	342.663	346.540
01/01/2027 à 31/12/2027	449.801	449.801
01/01/2028 à 31/12/2028	256.216	256.216
Acima de 01/01/2029	223.469	223.469
Total	**1.272.149**	**1.276.026**

14.4. Transações financeiras: Em janeiro de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado da 1ª emissão de notas comerciais escriturais no montante de R$ 26.222. Em março de 2025, a Companhia captou junto ao Banco HPFS o montante de R$ 10.572 através de uma operação de *leaseback*, ao custo de 18,73% ao ano, com prazo total de 3 anos. Em março de 2025, a Companhia captou via emissão de notas comerciais junto ao Banco C6 o montante de R$ 10.000, ao custo de CDI + 4,65% ao ano, com prazo total de 3 anos. Em abril de 2025, a Companhia captou, junto ao BNDES, recursos no montante de R$ 49.616, dentro da linha FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos). A operação tem custo de IPCA + 8,06% ao ano, com prazo total de 16 anos e carência nos 3 primeiros anos Em abril de 2025, a Companhia realizou a captação de R$ 12.000 junto ao Banco Safra mediante a emissão de notas comerciais privadas. A operação tem um custo de CDI + 3,32% ao ano, com prazo total de 3 anos e amortização semestral. Em abril de 2025, a Companhia captou um empréstimo no valor de R$ 5.000 junto ao Banco BOCOM BBM. O empréstimo tem um custo de CDI + 4,25% ao ano, com prazo total de 18 meses e amortização mensal. Em junho de 2025, a Companhia realizou uma operação de *leaseback* no valor de R$ 8.834 junto à HPFS com custo de 9,98% ao ano com prazo total de 36 meses. Em julho de 2025, a Companhia captou recursos da linha BNDES FINAME no valor de R$ 10.702 junto ao Banco BMG. O empréstimo tem custo de IPCA + 11,85% ao ano, com prazo total de 42 meses e carência nos 6 primeiros meses. Em julho de 2025, a Companhia realizou a captação de R$ 10.000 junto ao Banco ABC mediante a emissão de notas comerciais privadas. A operação tem custo de CDI + 4,25% ao ano, com prazo total de 36 meses e carência nos 6 primeiros meses. Em julho de 2025, a Companhia realizou a liberação de R$ 3.000 junto ao Banco ABC via o contrato de conta garantida. A liberação tem o custo de CDI + 4,91% ao ano. Em setembro de 2025, a Companhia captou um empréstimo no valor de R$ 5.000 junto ao Banco do Brasil. O empréstimo tem custo de CDI + 4,5% ao ano, com prazo total de 12 meses. Em setembro de 2025, a Companhia realizou a captação de R$ 31.000 junto ao BDMG mediante a emissão de notas comerciais privadas. As notas comerciais têm custo de CDI + 4% ao ano, com prazo total de 42 meses. Em outubro de 2025, a Companhia realizou a captação de R$ 5.000 junto a Red Asset mediante a emissão de notas comerciais privadas. As notas comerciais têm custo de CDI + 12,68% ao ano, com prazo total de 12 meses. Em novembro de 2025, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 300.000. A operação possui prazo total de 48 meses, com remuneração correspondente a CDI + 6,00% ao ano nos primeiros 12 meses e CDI + 10,00% ao ano nos 36 meses subsequentes. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou um empréstimo de R$ 53.000 junto à Caixa Econômica Federal. O empréstimo tem custo de CDI + 3,66% ao ano, com prazo total de 48 meses, sendo 6 meses de carência e 42 meses de amortização do principal + encargos financeiros. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado da 3ª emissão de notas comerciais escriturais, no montante de R$ 156.503. **14.5. Cláusulas restritivas – *Covenants:*** Os contratos de arrendamento estão garantidos por alienação fiduciária dos bens adquiridos com estes recursos, e alguns contratos de capital de giro são garantidos por aval dos controladores. A Companhia detém diversas linhas de crédito com *covenants* financeiros e não-financeiros, assim como cláusulas de *cross-default*. Os endividamentos listados abaixo, obrigam a Companhia a respeitar as seguintes *covenants* financeiros, para que não ocorra qualquer tipo de vencimento: ▪ ***3ª emissão de debêntures:*** Dívida líquida consolidada/EBITDA: (i) menor ou igual a 4x ou (ii) o menor nível previsto nas dívidas vigentes ou em novos endividamentos da Companhia, incluindo quaisquer empréstimos, financiamentos, dívidas bilaterais ou a mercado que venham a ser emitidos, contratados ou garantidos pela Companhia após a data de emissão. ▪ ***4ª emissão de debêntures:*** A partir do trimestre fiscal findo em 31 de dezembro de 2025 e até a data de vencimento a emissora deve calcular e apresentar a) Dívida Líquida/EBITDA LTM: deve ser igual ou inferior a 3,5x, verificada trimestralmente em até 90 dias após cada data-base. b) A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá observar limite máximo para realização de investimentos em Capex, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas e considerando o investimento médio mensal realizado nos 12 meses anteriores. Os limites estabelecidos correspondem a R$ 8 milhões mensais para o exercício de 2026 e R$ 18,5 milhões mensais para o exercício de 2027. ▪ **5ª emissão de notas comerciais:** Dívida Líquida Consolidada/EBITDA: (I) menor ou igual a 4x; ou (II) o menor nível previsto nas Dívidas Vigentes ou em novos endividamentos da Companhia, incluindo quaisquer empréstimos, financiamentos, dívidas bilaterais ou a mercado que venham a ser emitidos, contratados ou garantidos pela emitente após a data de emissão; ▪ **6ª emissão de notas comerciais:** Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual do que 4x. ▪ **9ª emissão de notas comerciais:** Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual do que 4x. ▪ **Dívida com Banco do Brasil:** A razão entre a dívida financeira líquida/EBITDA de até 4x, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, até o vencimento final. A apuração do indicador deverá ser realizada pelo menos anualmente, a partir do exercício de 2024. ▪ **Dívida com Caixa Econômica Federal:** Em 23 de julho de 2025, a Companhia aditou o contrato que tinha com a Caixa Econômica Federal onde a razão entre a dívida financeira líquida/EBITDA que era de 3,25x passou para 4x até o vencimento final. A apuração do indicador é realizada semestralmente. ▪ **Dívida com Banco Safra:** A razão entre a dívida financeira líquida/EBITDA de até 4x, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, até o vencimento final. A apuração do indicador deverá ser realizada pelo menos anualmente, a partir do exercício de 2024. ▪ **Dívida com Bocom BBM:** A razão entre a dívida líquida consolidada/EBITDA trimestral de até 4x, a partir do trimestre encerrado em 30 de junho de 2025, até o vencimento final. Até a publicação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Companhia cumpre com todos os seus *covenants* financeiros e não-financeiros de suas dívidas atuais.

15 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

15.1. Composição das obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
FGTS	321	442	339	507
INSS	1.466	1.335	1.585	1.539
IRRF sobre a folha a pagar	1.034	825	1.082	896
Férias, 1/3 constitucional e encargos	6.961	6.116	7.398	7.144
Participação no resultado	9.188	4.753	9.988	5.141
Salários a pagar	2	1.463	2	1.519
Outras obrigações trabalhistas	91	41	106	49
Total	**19.063**	**14.975**	**20.500**	**16.795**

16 AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS A PAGAR

16.1. Composição a pagar por aquisição de controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Microcity	52.370	71.104	52.370	71.104
Convex	27.935	24.130	27.935	24.130
Suprisul	12.529	16.519	12.529	16.519
CSI	5.223	5.107	5.223	5.107
Atta e Renter	12.388	11.929	12.388	11.929
Total	**110.445**	**128.789**	**110.445**	**128.789**
Circulante	56.648	40.739	56.648	40.739
Não circulante	53.797	88.050	53.797	88.050
Total	**110.445**	**128.789**	**110.445**	**128.789**

O saldo acima refere-se ao contas a pagar pela aquisição de novas empresas e será liquidado conforme abaixo. ▪ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Microcity Computadores e Sistemas Ltda., adquirida em 4 de janeiro de 2022 será corrigido com base na taxa de CDI + 0,2% ao mês até o seu efetivo pagamento, a ser realizado em 20 parcelas trimestrais e sucessivas iniciadas em 30 de setembro de 2022. Em agosto de 2025, as partes acordaram a postergação das parcelas originalmente vencíveis em setembro e dezembro de 2025, passando ambas a ter novo vencimento em 2 de janeiro de 2026. ▪ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Convex, em 01 de setembro de 2022 será corrigido com base na taxa de CDI + 1% ao ano até o seu efetivo pagamento, a ser realizado em 20 parcelas trimestrais e sucessivas iniciadas em 01 de setembro de 2023. ▪ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Suprisul, adquirida em 30 de abril de 2024 será liquidado em 5 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI nos respectivos períodos. ▪ O saldo a pagar pela aquisição da empresa CSI, adquirida em 30 de agosto de 2024 será liquidado em 3 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI + 1,5% ao mês nos respectivos períodos. Em agosto de 2025, as partes acordaram pela postergação da primeira parcela, originalmente com vencimento previsto para agosto de 2025, que passou a ter nova data de vencimento em 2 de janeiro de 2026. ▪ Saldo a pagar pelas aquisições das empresas Atta e Renter, ambas adquiridas em 01 de novembro de 2024 serão liquidadas em 5 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI até a data de seu efetivo pagamento. Em outubro de 2025, as partes acordaram pela postergação da primeira parcela, originalmente com vencimento previsto para novembro de 2025, que passou a ter nova data de vencimento em 01 de abril de 2026.

16.2. Movimentação do saldo

	Combinação de negócios – M&A					
	Atta e Renter	**CSI**	**Suprisul**	**Microcity**	**Convex**	**Total**
1º de janeiro de 2024	**–**	**–**	**–**	**116.730**	**21.496**	**138.226**
Combinação de negócios	11.725	4.905	15.421	–	–	32.051
Juros provisionados	204	201	1.098	10.193	2.634	14.330
Pagamento de principal	–	–	–	(33.600)	–	(33.600)
Pagamento de juros	–	–	–	(22.218)	–	(22.218)
31 de dezembro de 2024	**11.929**	**5.106**	**16.519**	**71.105**	**24.130**	**128.789**
Juros provisionados	459	115	(692)	9.625	3.805	13.312
Ajuste no preço de aquisição	–	–	–	(9.761)	–	(9.761)
Pagamento de principal	–	–	(3.115)	(10.224)	–	(13.339)
Pagamento de juros	–	–	(183)	(8.373)	–	(8.556)
31 de dezembro de 2025	**12.388**	**5.221**	**12.529**	**52.372**	**27.935**	**110.445**

A Companhia, apoiada nos mecanismos existentes no Contrato de Compra e Venda referente à aquisição da empresa Convex, suspendeu os pagamentos das parcelas vencidas entre 1º de outubro de 2023 e 31 de dezembro de 2025. As suspensões foram amparadas por decisão judicial em caráter liminar. Determinados temas relacionados ao Contrato de Compra e Venda estão em discussão no âmbito de uma arbitragem, em que a Voke está no polo ativo. Em 31 de dezembro de 2025 os pagamentos continuam suspensos.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

17.1. Composição de outras obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Outras obrigações com ex-acionistas [i]	23.001	34.239	23.015	34.253
Superveniências ativas – PPA Convex	–	837	–	837
Adiantamentos de clientes	889	76	1.124	359
Conta corrente – Renter (Nota 21.1)	3.191	–	–	–
Conta corrente – Atta (Nota 21.1)	6.540	–	–	–
Conta corrente – CSI (Nota 21.1)	4.004	–	–	–
Conta corrente – Convex (Nota 21.1)	–	4.538	–	–
Seguro seller note	1.673	–	1.673	–
Outras contas a pagar	–	90	227	391
Total	**39.298**	**39.780**	**26.039**	**35.840**
Circulante	34.884	20.386	21.611	16.432
Não circulante	4.414	19.394	4.428	19.408
Total	**39.298**	**39.780**	**26.039**	**35.840**

(i) Refere-se a um saldo a pagar que a empresa Microcity, adquirida e incorporada, possuía com seu antigo acionista controlador. O saldo será pago em 60 parcelas mensais, com previsão de término em abril de 2027 com atualização por CDI + 2,43% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou e pagou juros no montante de R$ 4.547 (em 31 dezembro de 2024 R$ 5.039) e amortizou o principal no montante de R$ 11.238 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024, R$ 8.822).

18 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

18.1. Provisões contingentes

	Controladora			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributário**	**Total**
31 de dezembro 2023	**14.695**	**–**	**39.817**	**54.512**
(+) Adição por combinação de negócios (nota 1.2)	8.599	–	10.038	18.637
(+) Atualização processual (i)	–	295	3.466	3.761
(+) Atualização monetária (i)	1.532	–	879	2.411
(-) Baixas por reavaliação (ii)	(5.788)	–	(8.577)	(14.365)
31 de dezembro 2024	**19.038**	**295**	**45.623**	**64.956**
(+) Adição	28	135	–	163
(+) Atualização processual (i)	–	–	1.137	1.137
(+) Atualização monetária (i)	1.487	–	1.767	3.254
(-) Baixas por pagamento	(24)	–	–	(24)
(-) Baixas por reavaliação (ii)	(8.388)	(8)	(35.438)	(43.834)
31 de dezembro 2025	**12.141**	**422**	**13.089**	**25.652**

	Consolidado			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributário**	**Total**
31 de dezembro 2023	**14.704**	**15**	**39.817**	**54.536**
(+) Adição por combinação de negócios (nota 1.2)	8.599	–	10.038	18.637
(+) Atualização processual (i)	206	295	3.466	3.967
(+) Atualização monetária (i)	1.532	–	879	2.411
(-) Baixas por pagamento	(154)	(3)	–	(157)
(-) Baixas por reavaliação (ii)	(5.837)	(5)	(8.577)	(14.419)
31 de dezembro 2024	**19.050**	**302**	**45.623**	**64.975**
(+) Adição	145	136	–	281
(+) Atualização processual (i)	–	–	1.137	1.137
(+) Atualização monetária (i)	1.487	–	1.767	3.254
(-) Baixas por pagamento	(24)	(9)	–	(33)
(-) Baixas por reavaliação (ii)	(8.388)	(8)	(35.438)	(43.834)
31 de dezembro 2025	**12.270**	**421**	**13.089**	**25.780**

(i) As atualizações não impactam resultado por serem compensadas do montante apurado como ativo de indenização constituído na combinação de negócios das investidas. (ii) As baixas por reavaliação não impactam resultado por serem compensadas do montante apurado como ativo de indenização constituído na combinação de negócios das investidas. No segundo trimestre de 2025, a Voke aderiu a um programa de parcelamento tributário referente a processo relacionado à dedutibilidade fiscal de ágio para fins de apuração do IRPJ e CSLL, o qual se encontrava classificado como contingência passiva e devidamente provisionado no balanço patrimonial. Com a adesão ao parcelamento, o valor de R$ 27.890, anteriormente registrado na rubrica de provisão para contingências, foi baixado contra o ativo de indenização, refletindo a extinção do passivo com o ingresso no programa. O valor total parcelado foi de R$ 9.761, reconhecido na rubrica de obrigações tributárias a pagar. Como esta obrigação é de responsabilidade dos antigos acionistas da investida Microcity, conforme previsto contratualmente na operação de aquisição desta investida, o referido montante foi retido da dívida que a Voke possuía com os antigos acionistas, a título de ajuste no preço de aquisição (nota 16.2). Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora mantém registrado como ativo de indenização o montante de R$ 25.827 (em 31 de dezembro de 2024 R$ 65.271). O ativo de indenização tem sua origem no contrato de compra e venda das empresas Microcity (incorporada), Suprisul e CSI, e tem como objetivo reembolsar a Companhia de eventuais perdas contingentes. À medida que em que as contingências passivas são realizadas, o ativo de indenização é compensado na mesma proporção. Existem outros processos de âmbito cível e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco *possível* de perda, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As informações estão mensuradas pelo valor de risco informado pelos assessores jurídicos e estão apresentadas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Cível	182	334	325	362
Trabalhista	443	250	715	291
Total	**625**	**584**	**1040**	**653**

19 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

19.1. Composição do imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. Suas origens estão apresentadas a seguir:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Voke S.A.

	Controladora					
Imposto diferido ativo:	**31/12/2025**	**ORA (i)/Compensação**	**Resultado**	**31/12/2024**	**Resultado**	**31/12/2023**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social [ii]	109.377	(332)	19.140	90.569	38.654	51.915
Provisão para perdas esperadas (*impairment*)	2.533	–	383	2.150	(40)	2.190
Provisão de participação nos lucros	3.124	–	1.508	1.616	(176)	1.792
Provisão de comissão – Comercial	–	–	(499)	499	19	480
Provisão contingência	46	–	46	–	–	–
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16	5.287	–	597	4.690	2.426	2.264
Hedge – instrumento financeiro derivativo	126	–	114	12	(272)	284
Amortização de mais valia (Microcity)	1.409	–	(302)	1.711	(423)	2.134
Amortização de mais valia (Suprisul)	722	–	436	286	286	–
Amortização de mais valia (CSI)	136	–	136	–	–	–
Amortização de mais valia (Atta)	273	–	273	–	–	–
Amortização de mais valia (Renter)	140	–	140	–	–	–
Total imposto diferido ativo	**123.173**	**(332)**	**21.972**	**101.533**	**40.474**	**61.059**
Imposto diferido passivo:						
Depreciação econômica vs. fiscal	81.921	–	29.030	52.891	24.385	28.506
Imobilização *leasing* financeiro	–	–	(16.127)	16.127	9.811	6.316
Receita diferida de órgãos públicos	3.348	–	856	2.492	1.711	781
Amortização de ágio para fins fiscais – Microcity	16.769	–	4.908	11.861	4.908	6.953
Compra vantajosa (Convex) [ii]	4.883	–	–	4.883	–	4.883
Compra vantajosa (Suprisul)	9.693	–	3.887	5.806	5.806	–
Compra vantajosa (CSI)	3.423	–	(808)	4.231	4.231	–
Compra vantajosa (Atta)	3.136	–	3.136	–	–	–
Outros	–	–	–	–	(6)	6
Total imposto diferido passivo	**123.173**	**–**	**24.882**	**98.291**	**50.846**	**47.445**
Total líquido de IRPJ e CSLL diferidos	**–**	**(332)**	**(2.910)**	**3.242**	**(10.372)**	**13.614**

					Consolidado		
Imposto diferido ativo:	**31/12/2025**	**ORA (i)/Compensação**	**Resultado**	**31/12/2024**	**Ora (i)/Compensação**	**Resultado**	**31/12/2023**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social [ii]	109.377	(332)	19.140	90.569	–	38.654	51.915
Provisão para perdas esperadas (*impairment*)	2.533	–	383	2.150	–	(40)	2.190
Provisão de participação nos lucros	3.124	–	1.508	1.616	–	(176)	1.792
Provisão de comissão – Comercial	–	–	(499)	499	–	19	480
Provisão contingência	46	–	46	–	–	–	–
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16	5.287	–	597	4.690	–	2.426	2.264
Hedge – instrumento financeiro derivativo	126	–	114	12	–	(272)	284
Amortização de mais valia (Microcity)	1.409	–	(302)	1.711	–	(423)	2.134
Amortização de mais valia (Suprisul)	722	–	436	286	–	286	–
Amortização de mais valia (CSI)	136	–	136	–	–	–	–
Amortização de mais valia (Atta)	273	–	273	–	–	–	–
Amortização de mais valia (Renter)	140	–	140	–	–	–	–
Total imposto diferido ativo	**123.173**	**(332)**	**21.972**	**101.533**	**–**	**40.474**	**61.059**
Imposto diferido passivo:							
Depreciação econômica vs. Fiscal	81.921	–	29.030	52.891	–	24.385	28.506
Imobilização *leasing* financeiro	–	–	(16.127)	16.127	–	9.811	6.316
Receita diferida de órgãos públicos	3.348	–	856	2.492	–	1.711	781
Amortização de ágio para fins fiscais – Microcity	16.769	–	4.908	11.861	–	4.908	6.953
Compra vantajosa (Convex) [ii]	4.883	–	–	4.883	–	–	4.883
Compra vantajosa (Suprisul)	9.693	–	3.887	5.806	–	5.806	–
Compra vantajosa (CSI)	3.423	–	(808)	4.231	–	4.231	–
Compra vantajosa (Atta)	3.136	–	3.136	–	–	–	–
Hedge – Instrumento financeiro derivativo	11	(432)	–	443	443	–	–
Outros	–	–	–	–	–	(6)	6
Total imposto diferido passivo	**123.184**	**(432)**	**24.882**	**98.734**	**443**	**50.846**	**47.445**
Total líquido de IRPJ e CSLL diferidos	**(11)**	**100**	**(2.910)**	**2.799**	**(443)**	**(10.372)**	**13.614**

(i) ORA – Impostos diferidos constituídos sobre outros resultados abrangentes; (ii) Os saldos originalmente apresentados nas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram basicamente entre as naturezas: de "Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social" para "Compra vantajosa". As mudanças mencionadas não alteram o saldo líquido do imposto diferido.

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas, independentemente do seu reconhecimento como ativo no balanço patrimonial. Os prejuízos fiscais consolidados não estão sujeitos à prescrição e, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais em montante superior às diferenças temporárias tributáveis existentes na data-base. Ainda assim, há expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos pela geração de lucros tributáveis futuros e na reversão dos ativos e passivos que lhes deram origem. As estimativas de lucros tributáveis futuros baseiam-se no plano orçamentário e estratégico da Companhia, o qual considera premissas relacionadas ao crescimento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, refletindo as perspectivas da Administração quanto às condições econômicas e de mercado esperadas para os períodos subsequentes. **19.2. Conciliação das (despesas) créditos do imposto de renda e da contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição	**(29.052)**	**33.082**	**(20.291)**	**40.247**
Alíquotas nominais	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**9.878**	**(11.248)**	**6.899**	**(13.684)**
Equivalência patrimonial	5.257	5.287	–	–
Efeito de diferenças de alíquotas de imposto de entidades que não são lucro real	–	–	4.944	5.270
Diferido sobre prejuízo fiscal não constituído	(33.100)	–	(38.710)	(3.550)
Outras adições (exclusões) permanentes	14.956	(4.411)	15.097	(5.573)
IRPJ e CSLL apurados	**(3.009)**	**(10.372)**	**(11.770)**	**(17.537)**
IRPJ e CSLL Corrente	**(99)**	**–**	**(8.860)**	**(7.165)**
IRPJ e CSLL Diferido	**(2.910)**	**(10.372)**	**(2.910)**	**(10.372)**
Total de IRPJ e CSLL	**(3.009)**	**(10.372)**	**(11.770)**	**(17.537)**
Alíquota efetiva	(10%)	31%	(58%)	44%

As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não apurou resultado fiscal tributário na Controladora, o montante de R$ 99, apresentado refere-se ao complemento de imposto de renda apurado a menor sobre o resultado da investida Suprisul, incorporada em 01 de julho de 2025. No consolidado foi apurado o montante de imposto de renda e contribuição social R$ 8.860 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 7.165 em 31 de dezembro de 2024), pagos na data de vencimento. Não foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais acumulados apurados na controlada Voke e em sua controlada Voke Seminovos, nos valores demonstrados abaixo:

	Base	**Efeito tributário**
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos – 31/12/2023	**(26.874)**	**(9.137)**
Base negativa Voke Seminovos	**(10.441)**	**(3.550)**
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos – 31/12/2024	**(37.315)**	**(12.687)**
Base negativa Voke Seminovos	**(16.500)**	**(5.610)**
Base negativa Voke	**(97.353)**	**(33.100)**
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos – 31/12/2025	**(151.168)**	**(51.397)**

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas na política interna da Companhia. **21.1. Saldos ativos e passivos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

Controladora	Contas a receber		Outros ativos		Fornecedores		Outras obrigações a pagar	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos								
Transação com controladora								
220 Capital	–	–	74.319	60.892	–	–	–	–
Subtotal	**–**	**–**	**74.319**	**60.892**	**–**	**–**	**–**	**–**
Transação com controladas								
Convex [i]	941	562	36.155	–	656	–	–	4.538
Suprisul [iii]	–	–	–	3.141	–	–	–	–
CSI [iii]	319	5	2.889	225	–	–	4.004	–
Voke Seminovos [ii]	4.747	805	18.289	4.637	147	142	–	–
Renter [iii]	–	–	1.814	2.463	–	–	3.191	–
Atta [iii]	24	–	–	25	–	–	6.540	–
Subtotal	**6.031**	**1.372**	**59.147**	**10.491**	**803**	**142**	**13.735**	**4.538**
Ativos e passivos com partes relacionadas	**6.031**	**1.372**	**133.466**	**71.383**	**803**	**142**	**13.735**	**4.538**

Consolidado	Outros ativos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Ativos		
Transação com controladora		
220 Capital	74.319	60.892
Total de ativos com partes relacionadas	**74.319**	**60.892**

(i) Os saldos registrados como contas a receber e fornecedores com a controlada Convex refere-se a transações comerciais de compra e venda ou prestação de serviços entre as empresas. O saldo registrado como outras obrigações a pagar refere-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em dividendos. (ii) Os saldos registrados como contas a receber e fornecedores com a controlada Voke Seminovos refere-se a transações comerciais de compra e venda ou prestação de serviços entre as empresas. O saldo registrado como outras obrigações a receber refere-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em aumento de capital da controlada. (iii) O saldo registrado como outras obrigações a receber com as controladas Suprisul, CSI, Renter e Atta referem-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em aumento de capital da controlada. **21.2. Transações com partes relacionadas com efeitos na demonstração do resultado:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram realizadas transações de compra e venda de equipamentos e prestação de serviços de armazenagem entre empresas do grupo conforme demonstrado na tabela abaixo:

Vendedor	**Saldo realizado em 31/12/2025**	**Saldo realizado em 31/12/2024**
Voke	4.659	7.241
Convex	1.293	4.295
Seminovos	251	651
Total de vendas	**6.203**	**12.187**

21.3. Centralização de serviços administrativos: A Controladora faz rateios, com base em critérios definidos em estudos técnicos adequados sobre gastos compartilhados dentro da mesma estrutura e *"back office"*. O Centro de Serviços Administrativos (CSA) não cobra taxa de administração nem aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados, repassando apenas os custos. As despesas de compartilhamento de infraestrutura e estrutura administrativa da Companhia com suas controladas em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R$ 11.923 (R$ 11.994 em 31 de dezembro de 2024). **21.4. Remuneração com pessoal-chave da administração:** São consideradas pessoas chave todos os diretores que participam do processo decisório da Companhia. Importante destacar que a estrutura organizacional da Companhia não contempla cargos de Diretor Presidente ou Vice-Presidente.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ações ordinárias: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **20.1. Capital social:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 105.671 dividido em 27.123.015 (vinte e sete milhões, cento e vinte e três mil e quinze) ações ordinárias, sem valor nominal. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Acionista	**Capital R$**	**Ações ordinárias**	**(%)**	**Capital R$**	**Ações ordinárias**	**(%)**
220 Capital Investimentos e Participações S.A.	105.670.527	27.123.015	100,00%	105.670.527	27.123.015	100,00%
Total	**105.670.527**	**27.123.015**	**100,00%**	**105.670.527**	**27.123.015**	**100,00%**

20.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **20.3. Reserva de lucro:** Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas, competirá à Assembleia geral da Companhia decidir sobre a deliberação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **20.4. Dividendos:** O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações ao final de cada exercício. A parcela de dividendos que exceder ao previsto estatutariamente será mantida no patrimônio líquido, em conta específica de dividendo adicional proposto. O dividendo adicional não se caracteriza como obrigação presente na data do balanço, já que a assembleia geral de acionistas poderá deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento de valor diferente do proposto. Em setembro de 2024 foi aprovado em assembleia geral da Companhia a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 8.100, pagos em setembro de 2024. Em abril 2025 foi aprovado em assembleia geral da Companhia a distribuição de dividendos sobre o resultado do exercício de 2024 no montante de R$ 13.289, pagos em abril de 2025. **20.5. Resultado por ação básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado mediante a aprovação do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações. A Companhia não possuí instrumentos que, potencialmente poderiam diluir o resultado por ação. O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Numerador		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuídos a controladores	**(32.061)**	**22.710**
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	27.123.015	27.123.015
(Prejuízo) Lucro líquido por ação – básico e diluído – em R$	**(1,1821)**	**0,8373**

A remuneração das pessoas chave inclui salários fixos, benefícios, bônus e participações nos resultados da Companhia.

Controladora e consolidado	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Remuneração fixa	2.857	3.010
Remuneração variável	438	998
Benefícios	291	590
Total	**3.586**	**4.598**

22 RECEITAS LÍQUIDAS

22.1. Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita com prestação de serviços	**443.878**	**435.913**	**529.099**	**500.146**
Receitas – Locação de longo prazo	421.452	409.814	497.477	473.833
Receitas – Locação de curto prazo	13.504	16.937	22.475	16.937
Receitas de serviços	8.922	9.162	9.147	9.376
Receita com vendas de equipamentos	**8.580**	**14.564**	**50.417**	**50.215**
Outras receitas operacionais	**8.450**	**7.926**	**9.630**	**9.284**
Receita com ressarcimento por perda, furto ou extravio	7.115	6.567	7.115	6.567
Receita com ressarcimento por danos – peças e serviços	1.335	1.359	2.515	2.717
(-) Tributos incidentes sobre as vendas e serviços prestados	(42.657)	(42.102)	(51.020)	(49.661)
(-) Devoluções de vendas	–	–	(5.167)	(3.075)
Total	**418.251**	**416.301**	**532.959**	**506.909**

23 GASTOS POR NATUREZA E OUTRAS RECEITAS

A demonstração do resultado da Companhia é apresentada por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Créditos extemporâneos	9.740	683	10.853	6.353
Compra vantajosa	20.657	29.520	20.657	29.520
Folha de pagamento e benefícios	(72.005)	(71.526)	(89.614)	(90.363)
Serviços contratados (i)	(16.347)	(20.410)	(23.661)	(27.440)
Locações de pequeno valor [iii]	(1.036)	(2.232)	(2.146)	(2.917)
Manutenção [ii]	(3.058)	(3.290)	(3.724)	(3.843)
Transportes e correios	(6.433)	(6.517)	(10.960)	(9.439)
Eventos, propaganda e publicidade	(11.283)	(17.161)	(11.746)	(18.034)
Manutenção e conservação de máquinas e imóveis	(9.938)	(9.848)	(11.147)	(10.136)
Licença de software e acessórios de informática	(9.117)	(8.306)	(9.540)	(9.026)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(16.568)	(21.236)	(43.616)	(44.457)
Depreciação e amortização	(132.401)	(114.917)	(154.773)	(129.778)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	4.719	8.497	4.832	8.534
(Perda) Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.264)	86	(4.729)	(612)
Outros	400	(1.158)	(445)	(2.149)
Total de gastos por natureza e outras receitas	**(243.934)**	**(237.815)**	**(329.759)**	**(303.787)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(186.717)	(175.698)	(244.768)	(220.061)
Despesas administrativas e gerais	(87.816)	(86.850)	(111.637)	(112.770)
Despesas comerciais	(358)	(5.579)	(1.847)	(6.099)
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.264)	86	(4.728)	(612)
Outras receitas, líquidas	32.221	30.226	33.221	35.755
Total de gastos por natureza e outras receitas	**(243.934)**	**(237.815)**	**(329.759)**	**(303.787)**

(i) Serviços contratados são: serviços advocatícios, contábeis, auditoria, limpeza, segurança, informática e outras consultorias. (ii) Os gastos com manutenção e conservação de máquinas e imóveis são: reparos de manutenções realizados em imóvel, veículos, máquinas e equipamentos. (iii) Os gastos com locação são: locações de veículos, imóveis, máquinas e equipamentos, que não se enquadram como contratos de arrendamento tratados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos dado que são de pequeno valor e de curto prazo.

24 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas financeiras				
Juros ativos	12.300	9.545	13.593	11.767
Descontos obtidos	293	705	353	756
Multas contratuais ativas e outras	39	24	39	23
Juros sobre aplicação financeira e contrato de mútuo	12.184	19.419	12.235	19.974
Total das receitas financeiras	**24.816**	**29.693**	**26.220**	**32.520**
Despesas financeiras				
Resultado de instrumento derivativo	(1.253)	(485)	(1.981)	(627)
Imposto sobre operações financeiras	(2.681)	(2.726)	(3.076)	(2.566)
Juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos'	(214.362)	(159.881)	(215.735)	(161.922)
Juros sobre outras obrigações a pagar	(4.547)	(5.039)	(4.547)	(5.039)
Juros sobre dívida de aquisição de controladas	(13.312)	(14.330)	(13.312)	(14.330)
Seguro garantia financeira	(2.972)	(5.516)	(2.972)	(5.524)
Outras despesas financeiras	(4.520)	(2.671)	(8.088)	(5.387)
Total das despesas financeiras	**(243.647)**	**(190.648)**	**(249.711)**	**(195.395)**
Resultado financeiro, líquido	**(218.831)**	**(160.955)**	**(223.491)**	**(162.875)**

25 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração revisa a performance operacional e a alocação de recursos da Companhia, com foco principal na demonstração de resultados. Ao monitorar as operações, e na tomada de decisão, são levados em consideração os impactos na Companhia como um único grupo, e não como segmentos diferentes. A Administração entende que seu negócio envolve a gestão do ativo como um ciclo e que este deva ser analisado na sua integralidade: da compra do equipamento, alocação em projetos e a sua venda ao mercado secundário após finalização do ciclo de locação. As métricas de remuneração variável de todos os funcionários estão vinculadas às metas de maneira consolidada. A receita da Companhia, resultados e ativos podem ser determinados tomando-se como base as informações financeiras de maneira consolidada. A nota 22.1 detalha a receita por tipo, aberta entre receita de locação de curto e longo-prazo, receita de serviços, receita com venda de equipamentos e outras receitas operacionais.

26 SEGUROS

O Grupo contrata diversos seguros, cujas coberturas contratuais são consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Natureza	**Vigência**	**Cobertura Total**
Financeiro	22/04/2025 até 22/12/2029	94.099
Proteção de dados e responsabilidade cyberedge	08/09/2025 até 08/09/2026	5.000
Responsabilidade civil	23/05/2025 até 23/05/2026	50.000
Empresarial	29/01/2025 até 24/09/2026	108.542
Roubo e/ou furto qualificado de bens/mercadorias	13/01/2025 até 20/10/2026	70.603
Total		**328.244**

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 13.773 referente às parcelas vinculadas à aquisição da Microcity, reduzindo, nessa mesma proporção, o saldo devedor perante os ex-acionistas da adquirida. Em 2 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 1.953 referente às parcelas vinculadas à aquisição da CSI, reduzindo, nessa mesma proporção, o saldo devedor perante os ex-acionistas da adquirida. Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou contrato com a Empreendimentos Pague Menos S.A., no montante de R$ 229.323, referente à renovação e à expansão do contrato de locação de equipamentos de TI. O novo contrato possui prazo médio de 60 meses, sendo a aquisição dos equipamentos realizada de forma gradual, em consonância com o planejamento de demanda do cliente. A Companhia vem avaliando iniciativas voltadas à otimização de sua estrutura de custos e despesas. Nesse contexto, após a conclusão destas Demonstrações Financeiras, passou a discutir com acionistas e debenturistas a viabilidade de eventual fechamento de capital, e consequente o cancelamento do registro de companhia aberta na Categoria A da CVM. Essa iniciativa tem por finalidade exclusiva a redução de custos associados à manutenção da condição de companhia aberta. A eventual implementação da medida dependerá da conclusão das discussões com as partes interessadas e das aprovações aplicáveis, sendo que, se efetivada, acionistas e credores serão devidamente comunicados.

Diretoria

Rene Vaz de Almeida
Diretor Presidente

João Luis Pereira Lima Filho
Diretor Vice-Presidente

Chyou Pey Tyng
Diretora Financeira

Contador

Vinicius de Souza Santos
CRC-1SP 299.195/O-2

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

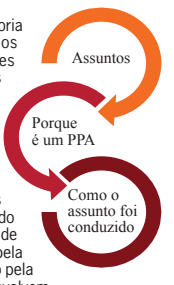
Voke S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Voke S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Voke S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA – Teste de valor recuperável (impairment) do ágio – Notas 3.1.7 e 11: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ágio (goodwill) de combinações de negócios totaliza R$ 77.719 mil. A Companhia efetua, anualmente, o teste do valor recuperável do ágio, calculado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa elaboradas pela Companhia para determinação do valor recuperável, determinado pela abordagem do valor em uso, incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como: taxas de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse tema foi considerado como um dos Principais Assuntos de Auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de ágio, bem como pelo fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente as estimativas dos fluxos de caixas projetados e a mensuração do valor recuperável do ágio e, por consequência, as demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável do ágio. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e negócios, analisamos a razoabilidade dos modelos de cálculo utilizados pela administração para preparar as projeções, além das principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com os orçamentos financeiros aprovados pelos responsáveis pela governança da Companhia, utilizados nas estimativas de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável. Por fim, efetuamos leitura das divulgações nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, na avaliação do valor recuperável para fins de teste impairment do ágio, são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador
CRC MG 091.301/O-2

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.883	38.479	59.017
Contas a receber de clientes	8	184.106	373.610	174.104
Tributos a recuperar	9	13.294	36.850	8.838
Partes relacionadas	27	13.303	13.303	17.874
Despesas antecipadas		7.749	7.749	5.959
Outros ativos circulantes		8.609	25.019	3.802
Total do ativo circulante		**242.944**	**495.010**	**269.594**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	9	–	–	971
Depósitos judiciais		369	369	253
IRPJ e CSLL diferidos	21	28.681	38.708	19.754
Outros ativos não circulantes		–	1.005	–
		29.050	**40.082**	**20.978**
Investimentos	10	273.890	–	–
Direito de uso de ativos	12	202.027	275.653	232.681
Imobilizado	11	98.693	185.874	88.036
Intangível	13	179.022	219.047	139.052
		753.632	**680.574**	**459.769**
		782.682	**720.656**	**480.747**
Total do ativo		**1.025.626**	**1.215.666**	**750.341**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Circulante				
Fornecedores	14	60.666	121.726	32.588
Empréstimos e financiamentos	15	15.254	15.254	–
Passivo de arrendamento	12	39.455	81.420	35.397
Salários e encargos sociais	16	25.831	57.936	26.108
Tributos a pagar	17	10.587	25.168	10.359
Dividendos a pagar	27	–	–	4.223
Receita diferida	18	288	288	3.576
Total do passivo circulante		**152.081**	**301.792**	**112.251**
Não circulante				
Fornecedores	14	–	–	3.228
Empréstimos e financiamentos	15	16.667	16.667	–
Debêntures a pagar	19	271.606	271.606	–
Passivo de arrendamento	12	203.711	242.231	234.657
Tributos a pagar	17	695	695	–
Receita diferida	18	361	361	5.888
Provisão para contingências	20	2.085	3.894	1.293
		495.125	**535.454**	**245.066**
Total passivo		**647.206**	**837.246**	**357.317**
Patrimônio líquido	22			
Capital social		295.268	295.268	209.563
Reserva de capital		332	332	332
Reserva legal		14.616	14.616	14.616
Reserva de lucros		68.204	68.204	168.513
Total do patrimônio líquido		**378.420**	**378.420**	**393.024**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.025.626**	**1.215.666**	**750.341**

Demonstração do Resultado

	Nota	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Receita líquida dos serviços prestados	23	631.451	822.452	595.912
Custo dos serviços prestados	24	(523.220)	(691.118)	(466.624)
Lucro bruto		**108.231**	**131.334**	**129.288**
Despesas gerais e administrativas	24	(66.720)	(106.066)	(51.028)
Despesas comerciais	24	(2.144)	(4.772)	(3.233)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(14.718)	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	25	**436**	**4.156**	**10.099**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**25.085**	**24.652**	**85.126**
Receitas financeiras	26	4.827	5.652	7.317
Despesas financeiras	26	(41.933)	(45.144)	(27.953)
Resultado financeiro, líquido		**(37.106)**	**(39.492)**	**(20.636)**
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(12.021)**	**(14.840)**	**64.490**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	21	(11.420)	(5.839)	(22.152)
Diferidos	21	8.927	6.165	2.814
		(2.493)	326	(19.338)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(14.514)**	**(14.514)**	**45.152**
(Prejuízo) lucro por ação atribuível aos acionistas (em reais)				
Básico	22	(0,0043)	(0,0043)	0,0936
Diluído	22	(0,0043)	(0,0043)	0,0936

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(14.514)	(14.514)	45.152
Outros resultados abrangentes com efeitos subsequentes no resultado:			
Efeito cambial de conversão de investimentos no exterior	(8.629)	(8.629)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(23.143)**	**(23.143)**	**45.152**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	**209.563**	**332**	**12.358**	**136.343**	**–**	**358.596**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	45.152	45.152
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal (5%)	–	–	2.258	–	(2.258)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–	–	–	(10.724)	(10.724)
Lucros retidos	–	–	–	32.170	(32.170)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**209.563**	**332**	**14.616**	**168.513**	**–**	**393.024**
Distribuição de dividendos (Nota 22)	–	–	–	(56.000)	–	(56.000)
Incorporação da Hakone (Nota 1)	85.705	–	–	(17.225)	–	68.480
Incorporação da Ipalog (Nota 1)	–	–	–	(3.941)	–	(3.941)
Efeito cambial de conversão de investimentos no exterior (Nota 10)	–	–	–	(8.629)	–	(8.629)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	–	(14.514)	14.514	–
Em 31 de dezembro de 2025	**295.268**	**332**	**14.616**	**68.204**	**–**	**378.420**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL		(12.021)	(14.840)	64.490
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11 a 13	71.407	98.808	68.503
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.718	–	–
Valor residual das baixas do ativo imobilizado e intangível	11	102	6.955	224
Impairment de ativo intangível	13	–	(14.487)	–
Constituição (reversão) de provisão para contingências	20	792	793	(1.289)
(Reversão) da provisão para perdas de crédito esperadas	8	(200)	665	(718)
Juros, variações monetárias e cambiais	12,15, 19,27	35.099	35.099	23.273
Redução (aumento) em ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(2.418)	(5.989)	(10.767)
Tributos a recuperar		(3.463)	(25.807)	(7.162)
Despesas pagas antecipadamente		(1.790)	1.818	(5.959)
Depósitos judiciais		(116)	(116)	(133)
Outros ativos operacionais		(4.800)	33.317	5.490
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Fornecedores		24.159	17.722	4.126
Salários e encargos sociais		(1.649)	988	3.001
Receita diferida		(8.815)	(8.815)	(1.558)
Tributos a pagar		355	16.535	763
Outros passivos operacionais		–	–	(1)
Juros pagos	12,15,19	(47.033)	(48.598)	(24.367)
IRPJ e CSLL pagos	21	(11.420)	(11.420)	(22.152)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**52.907**	**82.628**	**95.764**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Caixa e equivalentes de caixa – Incorporação da Hakone e Ipalog	1	12.940	12.940	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(19.815)	(28.657)	(16.186)
Aquisições de intangível	13	(8.740)	(56.230)	(9.766)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas	27	7.000	7.000	–
Concessão de mútuo a partes relacionadas, líquida	27	(15.967)	(15.967)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(24.582)**	**(80.914)**	**(25.952)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	15	25.000	25.000	–
Amortização de passivo de arrendamento	12	(39.906)	(56.085)	(35.593)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	(553)	(553)	–
Pagamento de dividendos	22	(56.000)	(56.000)	(34.853)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(71.459)**	**(87.638)**	**(70.446)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(43.134)**	**(85.924)**	**(634)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	59.017	124.403	59.651
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	**15.883**	**38.479**	**59.017**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais – A AGV Logística S.A. e suas controladas ("Companhia", "AGV" ou "Grupo AGV") localizada em Vinhedo-SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, inclusive medicamentos de uso veterinário e humano por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de produtos farmacêuticos de uso veterinário e humano, inclusive produtos biológicos; (f) a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista; (g) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (h) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (i) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (j) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. **Reestruturação societária:** Como parte do processo de reorganização dos negócios de logística do Grupo Solística, em 29 de junho de 2024, ocorreu a cisão dos investimentos da até então controladora FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi transferido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., ambas empresas do mesmo grupo econômico. Não houve alteração no capital social e a nova controladora CL Brasil passou a deter as ações ordinárias e preferenciais da Companhia (Nota 22(a)). Com esta movimentação societária, a Companhia passou, portanto, a ser controlada integralmente pela CL Brasil, que por sua vez, era controlada pela NK362 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK362"), que por fim, era controlada pela Hakone Participações Societárias S.A. ("Hakone"). Dando sequência à reestruturação societária iniciada em 2024, em 18 de setembro de 2025, tanto a CL Brasil quanto a sua controladora direta, a NK362, foram incorporadas pela Hakone, com base nos valores de livros contábeis. A partir destas incorporações, a Hakone passou a ser controladora direta da AGV, da 3PL Logística S.A. ("3PL"), da Tetris Logística S.A.S. ("Tetris"), da Ipalog Logística Ltda. ("Ipalog") e controladora indireta da Operaciones Nacionales de Mercadeo Ltda. ("Open Market"). Em 25 de setembro de 2025, a Hakone teve seu patrimônio líquido parcialmente cindido em favor da Hakone II Participações Societárias S.A. ("Hakone II"), que passou a deter um capital social na ordem de R$ 72.934, equivalente à participação societária na 3PL. Desta forma, a 3PL passou a ser controlada diretamente pela Hakone II, portanto, suas demonstrações financeiras são apresentadas em separado deste conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, já que a Hakone detém a participação societária direta na AGV, na Tetris, na Ipalog e, indiretamente, na Open Market. **Incorporação da Hakone:** Em 26 de setembro de 2025, a AGV incorporou de forma reversa a sua controladora Hakone, promovendo a redistribuição de suas ações ordinárias e preferenciais de forma proporcional às ações anteriormente detidas pelos acionistas da Hakone (Nota 22 (a)). A referida incorporação gerou um incremento patrimonial líquido na Companhia na ordem de R$29.964, equivalente ao acervo líquido da Hakone, a valor de livros contábeis, deduzido da participação societária mantida na própria AGV. Como consequência desta incorporação reversa, a Companhia passou a ser controladora direta da Ipalog e da Tetris, bem como controladora indireta da Open Market, sendo que essas duas últimas conduzem operações de logística na Colômbia. O acervo líquido contábil da Hakone, de acordo com os valores dos livros contábeis, utilizado também para aumento de capital social na Companhia (Nota 22 (a)), é como segue:

	26 de setembro de 2025
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	11.125
Tributos a recuperar	22
Partes relacionadas	5.519
Investimentos	335.051
	351.717
Passivo	
Contas a pagar	(7)
Debêntures (Nota 19)	(283.205)
Partes relacionadas	(25)
	(283.237)
Acervo líquido incorporado	**68.480**

Incorporação da Ipalog: Em 03 de novembro de 2025, com vistas a simplificar a estrutura societária da Companhia, a AGV procedeu com a incorporação da Ipalog. A referida incorporação foi efetuada com data-base de 31 de outubro de 2025, a valor de livros contábeis. Durante o processo de incorporação, no entanto, a AGV identificou determinados erros nos registros contábeis da Ipalog, procedendo assim com uma revisão ampla das práticas contábeis adotadas pela empresa. Este processo resultou em ajustes de determinados ativos e passivos desta empresa. Os referidos ajustes totalizaram um efeito líquido de R$3.941 (perda), a qual foi reconhecida em contrapartida à reserva de lucros, no patrimônio líquido da incorporadora quando da incorporação. O acervo líquido contábil negativo da Ipalog da data da incorporação era como segue:

	31 de outubro de 2025
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1.815
Contas a receber	7.384
Outros créditos	7
Imobilizado (Nota 10)	11.901
Intangível	194
	21.301
Passivo	
Fornecedores	(688)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(6.714)
Obrigações trabalhistas	(1.372)
Outras contas a pagar	(564)
Partes relacionadas	(15.904)
	(25.242)
Acervo líquido negativo incorporado	**(3.941)**

Adicionalmente, importante destacar que a participação societária na Ipalog havia sido adquirida pela Hakone simultaneamente à sua incorporação por parte da Companhia. O termo de fechamento desta aquisição pela Hakone foi executado em 2 de julho de 2025, tendo sido registrado um ágio preliminar de R$37.814 (Notas 10 e 13), apurado com base no patrimônio líquido contábil da Ipalog em 30 de setembro de 2025, demonstrado como segue:

Valor atribuído às quotas representativas de 100% do capital social da Ipalog	33.873
Patrimônio líquido contábil negativo da Ipalog em 30 de setembro de 2025	3.941
Ágio preliminarmente apurado	**37.814**

Combinação de negócios entre empresas sob controle comum não tem previsão nas práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto, as transações com a finalidade de reorganização societária, como conduzido pelo Grupo AGV ao longo de 2025, anteriormente descritas, foram reconhecidas pela Companhia, de acordo com o valor histórico de custo. **Contexto operacional das novas controladas da AGV após a conclusão do processo de reestruturação societária: Tetris:** A Tetris é uma sociedade anônima simplificada, constituída sob a lei colombiana, com sede social em Carrera 68B nº 17-25, Bogotá, Colômbia, fundada em 23 de novembro de 2016 e tem duração indeterminada. O objeto social da Empresa é o desenvolvimento de qualquer atividade comercial lícita. A Empresa exerce controle sobre a Open Market desde 28 de dezembro de 2016, após adquirir inicialmente uma participação de 79,99%, que depois foi ampliada para 100% de participação societária. **Open Market:** A Open Market foi constituída em 12 de abril de 1984, e tem por objeto social o transporte público terrestre por via rodoviária, o recebimento, transporte, armazenagem, distribuição, comercialização e movimentação de todos os tipos de mercadorias móveis e intermediação em seu transporte e acondicionamento e/ou embalagem final de produtos. A empresa tem prazo de duração determinado até 27 de dezembro de 2116. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025 são as primeiras apresentadas após a conclusão deste processo de reestruturação societária. **Reforma Tributária sobre o consumo:** A Lei Complementar nº 214/2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISSQN, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações futuras até 2032. A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora anterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: **Revisão de Preços e Margens:** A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. **Fluxo de Caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. **Sistemas e Processos Internos:** A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. **Contratos e Acordos Comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais necessitarão de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. **Análise de Créditos Tributários:** A transição para o novo sistema gerará a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. **Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, consequentemente, seu patrimônio líquido. A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: • Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Empresa. • Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. • Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. • Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. • Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas. A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro, portanto, a Companhia está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas futuramente pela Companhia, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Administração. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais – 2.1. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O Grupo AGV preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. **Base de Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da AGV e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e estão sendo elaboradas e apresentadas pela primeira vez em decorrência da obtenção de controle de controladas em conexão com o processo de reestrutura societária conduzido ao longo do exercício de 2025, conforme divulgado na nota explicativa 1. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo AGV controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo AGV tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo AGV (investidor). O Grupo AGV avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo AGV obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que o Grupo AGV deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo AGV, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo AGV. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo AGV perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **Combinações de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. O Grupo AGV determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input – entrada de recursos adquirido em outputs – saídas de recursos, e os inputs – entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs – saída de recursos. Ao adquirir um negócio, o Grupo AGV avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo AGV que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 09 de abril de 2026. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da controladora e de apresentação do consolidado é o Real. As controladas Tetris e Open Market, por sua vez, tem como moeda funcional o peso colombiano. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. a) *Transações e saldos em moeda estrangeira:* As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. b) *Empresas do Grupo AGV:* Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e os correspondentes elementos das demonstrações do resultado (receitas, custos e despesas) são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. **2.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subse-

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

AGV Logística S.A.

quentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas; • Contas a receber de clientes. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia possui política de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme detalhado na nota 8. A estimativa do contas a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. As premissas utilizadas dentro do modelo são: • Probabilidade de não conformidade; • Gravidade da perda; • Taxa de financiamento; • Taxa de recuperação especial; e • Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **ii) Passivos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Notas 15 e 19. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Nota 3; • Imobilizado – Nota 2.9; • Ativos intangíveis – Nota 2.8. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia determina sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8. Ativos intangíveis: a) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment (Nota 13). **b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9. Imobilizado:** Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Benfeitorias em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Controladora:	**2025 e 2024 (anos)**
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5
Consolidado:	**2025 (anos)**
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	15 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	4

As benfeitorias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguéis. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre o valor das alienações e o respectivo valor contábil do ativo alienado e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social – correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam vigentes no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.12. Benefícios a empregados: a) Participação nos lucros:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **a) Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do balanço. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **c) Demais receitas e despesas:** São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.15. Plano de opção de ações (Stock option):** O custo dos serviços prestados pelos beneficiários do plano de opção de ações (Stock option) é reconhecido como despesa ao longo do período de vesting, em base linear, com contrapartida em patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital – plano de opções". A Companhia revisa periodicamente suas estimativas quanto ao número de instrumentos que se espera que venham a adquirir direito ao exercício, considerando principalmente a taxa de rotatividade dos participantes. **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. Essas alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025 e não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.17. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements – PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures – MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas (ainda sem norma CPC equivalente): Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

AGV Logística S.A.

ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados em âmbito privado por partes não relacionadas, eles não são elegíveis para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seus pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nos negócios da Companhia se um ativo não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. **a) Risco de mercado:** *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:* Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). **c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento: Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

			Controladora
Em 31/12/2025	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Fornecedores	60.666	–	–
Empréstimos e financiamentos	15.254	16.667	–
Debêntures a pagar	–	155.892	115.714
Passivo de arrendamento	39.455	60.681	143.030
Total	**115.375**	**233.240**	**258.744**

			Consolidado
Em 31/12/2025	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Fornecedores	121.726	–	–
Empréstimos e financiamentos	15.254	16.667	–
Debêntures a pagar	–	155.892	115.714
Passivo de arrendamento	81.420	76.687	165.544
Total	**218.400**	**249.246**	**281.258**

			Controladora
Em 31/12/2024	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Fornecedores	32.588	3.228	–
Passivo de arrendamento	57.683	52.595	263.142
Total	**90.271**	**55.823**	**263.142**

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

				2025	2024
		Controladora		Consolidado	Controladora
Ativos	**Hierarquia**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	15.883	15.883	38.479	38.479
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	184.106	184.106	373.610	373.610
Partes relacionadas (Nota 27)	Nível 2	13.303	13.303	13.303	13.303
Outros ativos	Nível 2	8.609	8.609	26.024	26.024
Total		**221.901**	**221.901**	**451.416**	**451.416**

				2025	2024
		Controladora		Consolidado	Controladora
Passivos	**Hierarquia**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	Nível 2	60.666	60.666	121.726	121.726
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	Nível 2	31.921	31.921	31.921	31.921
Debêntures a pagar (Nota 19)	Nível 2	271.606	271.606	271.606	271.606
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	243.166	243.166	323.651	323.651
Dividendos a pagar	Nível 2	–	–	–	–
Receita diferida	Nível 2	649	649	649	649
Total		**608.008**	**608.008**	**749.553**	**749.553**

5. Instrumentos financeiros por categoria

		2025	2024
Ativos financeiros	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	15.883	38.479	59.017
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	184.106	373.610	174.104
Partes relacionadas (Nota 27)	13.303	13.303	17.874
Outros ativos	8.609	26.024	3.802
Total	**221.901**	**451.416**	**254.797**

		2025	2024
Passivos financeiros	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Custo amortizado			
Fornecedores	60.666	121.726	35.816
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	31.921	31.921	–
Debêntures a pagar (Nota 19)	271.606	271.606	–
Passivo de arrendamento (Nota 12)	243.166	323.651	270.054
Dividendos a pagar	–	–	4.223
Receita diferida	649	649	9.464
Outros passivos	–	–	–
Total	**608.008**	**749.553**	**319.557**

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Contas a receber de clientes			
Contrapartes com classificação externa de crédito			
A	139.739	297.054	110.928
B	31.542	63.960	44.798
C	13.003	14.856	18.756
Total	**184.284**	**375.870**	**174.482**

Risco A – Baixo Risco de Inadimplência Sacados ("clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de clientes que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. **Risco B – Médio Risco de Inadimplência** Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. **Risco C – Alto Risco de Inadimplência** Sacados que já foram constituídos em provisão para perdas de crédito esperadas e que terão processos judiciais arrolados para tratativas. A qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo foram classificados de acordo com o mapeamento das escalas de rating da Fitch. Desta forma, a maior parte destes depósitos se enquadra entre as classificações AAA e A-, onde reflete a menor expectativa de risco de inadimplência.

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo			
A	–	–	3
A-	–	–	44.277
AA-	–	–	216
B	–	–	3.699
BB+	–	–	10.311
BBB	14.519	37.115	–
BB	1.364	1.364	–
F2	–	–	511
Total	**15.883**	**38.479**	**59.017**

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Recursos em banco e em caixa	1.751	2.198	4.428
Aplicações financeiras de curto prazo	14.132	36.281	54.589
Total	**15.883**	**38.479**	**59.017**

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas e CDBs de liquidez diária com taxa média de 101% do CDI (97,5% em 2024). Na Colômbia, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez diária, remuneradas à uma taxa média de 8,11% a.a.

8. Contas a receber de clientes

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Contas a receber de clientes	184.284	375.870	174.482
Provisão para perdas de crédito esperadas	(178)	(2.260)	(378)
Total	**184.106**	**373.610**	**174.104**

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 78 dias (73 dias em 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, um cliente representava mais que 10% (12% em 2024) das receitas totais da Companhia. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
A vencer	179.364	352.439	167.409
Vencidos:			
Até 30 dias	4.488	18.754	5.919
De 31 a 60 dias	181	681	183
De 61 a 90 dias	39	256	82
De 91 a 120 dias	5	51	338
De 121 a 180 dias	9	282	149
De 181 a 365 dias	44	1.096	143
Acima 365 dias	154	2.311	259
Total	**184.284**	**375.870**	**174.482**

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	2025		2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Em 31 de dezembro (saldo inicial)	378	378	1.096
Processo de reestruturação societária Tetris (Nota 1)	–	1.217	–
Baixa registrada durante o exercício	(378)	(378)	5.507
Provisão para perdas durante o exercício	178	1.043	(6.225)
Em 31 de dezembro (saldo final)	**178**	**2.260**	**378**

A constituição e a reversão da provisão para perdas de crédito esperadas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

		2025	2024
9. Tributos a recuperar	Controladora	Consolidado	Controladora
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (b)	7.302	30.858	1.377
INSS a recuperar	–	–	405
INSS retenção – lei 9.711/98	731	731	971
IRPJ/CSLL – ressarcimento (a)	–	–	4.395
Programa de integração social – PIS	110	110	211
Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS	507	507	974
Contribuição social sobre lucro – CSLL (b)	2.539	2.539	261
ICMS a recuperar	2.102	2.102	1.082
Outros	3	3	133
Total	**13.294**	**36.850**	**9.809**
Circulante	13.294	36.850	8.838
Não circulante	–	–	971
Total	**13.294**	**36.850**	**9.809**

(a) Em 2024, tratava-se de pedido de habilitação de créditos de IRPJ e de CSLL sobre Selic reconhecidos por decisão transitada em julgado no processo judicial – mandado de segurança nº 5006776-60.2019.4.03.6105, conforme Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021 em 16/08/2024. (b) Em 2025, em decorrência das incorporações das empresas citadas na Nota 1, a Companhia preparou sua apuração de imposto de renda e contribuição social levando em consideração os eventos especiais de incorporação. Sendo assim, as antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuadas ao longo de 2025 foram mantidas no ativo circulante, as quais serão futuramente compensadas com os próprios tributos ou com outros tributos de natureza federal. No consolidado em 2025, o saldo inclui antecipações/adiantamentos de imposto de renda na Colombia, cujos percentuais de antecipação aumentaram no exercício.

10. Investimentos em controladas (Controladora)

	Tetris	Investimento AFAC	Ipalog	Total
Incorporação de empresas (Nota 1)	286.347	10.890	37.814	335.051
(-) Reclassificação para o intangível (*)	–	–	(37.814)	(37.814)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(14.718)	–	–	(14.718)
(-) Conversão de investidas no exterior	(8.629)	–	–	(8.629)
Saldo em 31/12/2025	**263.000**	**10.890**	**–**	**273.890**

(*) Quando da aquisição da participação societária da Ipalog por parte da Hakone, foi apurado ágio preliminar de R$37.814, o qual foi inicialmente atribuído à lucratividade futura por parte da administração da Hakone e, portanto, classificada contabilmente na rubrica de investimentos. Por outro lado, quando da incorporação da Ipalog pela AGV (Nota 1), o ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2025, os principais saldos contábeis das controladas da Companhia eram como segue:

	Controlada direta Tetris	Controlada indireta Open Market
Balanço patrimonial resumido		
Ativo circulante	6.386	251.649
Ativo não circulante (a)	268.698	177.754
(-) Passivo circulante	(1.194)	(154.487)
(-) Passivo não circulante	–	(40.329)
(=) Patrimônio líquido	**273.890**	**234.587**

(a) Na Tetris, está representado substancialmente pelo valor do investimento mantido na Open Market (Nota 1).

	Controlada direta Tetris	Controlada indireta Open Market
Demonstração resumida do resultado		
Receita líquida de vendas	–	197.062
Custo dos serviços prestados	–	(173.226)
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(6.674)	(35.256)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.426)	–
Tributos sobre o lucro	(86)	2.994
Prejuízo do período	**(15.186)**	**(8.426)**

11. Imobilizado

							Controladora
	Veículos	**Máquinas e equipamentos de armazenagem**	**Móveis e utensílios**	**Equiptos. de inform. e telecom.**	**Benf. em propr. de terceiros**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	98	47.543	2.557	12.265	29.504	71	92.038
Adições (a)	–	2.522	249	3.627	6.778	3.010	16.186
Transferência	–	1.177	–	5	1.818	(3.000)	–
Baixas, líquidas	–	(21)	(34)	(9)	(7)	(81)	(152)
Depreciação	(23)	(7.493)	(401)	(4.350)	(7.769)	–	(20.036)
Em 31 de dezembro de 2024	**75**	**43.728**	**2.371**	**11.538**	**30.324**	**–**	**88.036**
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	152	88.727	7.781	43.845	80.594	–	221.099
Depreciação acumulada	(77)	(44.999)	(5.410)	(32.307)	(50.270)	–	(133.063)
Saldo contábil, líquido	**75**	**43.728**	**2.371**	**11.538**	**30.324**	**–**	**88.036**
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	75	43.728	2.371	11.538	30.324	–	88.036
Incorporação (Nota 1)	–	4.408	477	1.268	5.748	–	11.901
Adições (a)	–	4.055	376	2.876	9.163	3.345	19.815
Transferência	–	914	206	218	1.840	(3.178)	–
Baixas, líquidas	–	(24)	–	(78)	–	–	(102)
Depreciação	(24)	(7.779)	(419)	(4.499)	(8.236)	–	(20.957)
Em 31 de dezembro de 2025	**51**	**45.302**	**3.011**	**11.323**	**38.839**	**167**	**98.693**
Em 31 de dezembro de 2025							
Custo	152	99.499	8.980	47.791	97.996	167	254.585
Depreciação acumulada	(101)	(54.197)	(5.969)	(36.468)	(59.157)	–	(155.892)
Saldo contábil, líquido	**51**	**45.302**	**3.011**	**11.323**	**38.839**	**167**	**98.693**

Na controladora, a despesa de depreciação, no montante de R$20.957 em 31 de dezembro de 2025 (R$20.036 – 31 de dezembro de 2024), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: R$19.364 em "Custo dos serviços prestados" (R$18.650 em 31 de dezembro de 2024), e R$1.593 (R$1.386 em 31 de dezembro de 2024) em "Despesas administrativas e comerciais". No consolidado, a despesa de depreciação, no montante de R$27.278 em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida no resultado da seguinte forma: R$25.205 em "Custo dos serviços prestados", e R$2.073 em "Despesas administrativas e comerciais".

							Consolidado
	Veículos	**Máquinas e equipamentos de armazenagem**	**Móveis e utensílios**	**Equiptos. de inform. e telecom.**	**Benf. em propr. de terceiros**	**Outros**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2025	75	43.728	2.371	11.538	30.324	–	88.036
Reestruturação societária – Tetris (Nota 1)	13.619	25.384	3.020	10.008	23.971	3.220	79.222
Incorporação – Ipalog (Nota 1)	–	4.408	477	1.268	5.748	–	11.901
Adições (a)	–	5.195	544	4.509	13.264	5.145	28.657
Transferência	–	3.363	206	218	1.840	(5.627)	–
Baixas, líquidas	–	(344)	–	(97)	–	(425)	(866)
Depreciação	(1.163)	(9.117)	(617)	(5.527)	(10.854)	–	(27.278)
Conversão de moeda	1.020	2.031	233	795	1.907	216	6.202
Em 31 de dezembro de 2025	**13.551**	**74.648**	**6.234**	**22.712**	**66.200**	**2.529**	**185.874**
Em 31 de dezembro de 2025							
Custo	46.201	173.306	17.699	79.264	162.657	2.529	481.656
Depreciação acumulada	(32.650)	(98.658)	(11.465)	(56.552)	(96.457)	–	(295.782)
Saldo contábil, líquido	**13.551**	**74.648**	**6.234**	**22.712**	**66.200**	**2.529**	**185.874**

(a) As principais aquisições, tanto na controladora quanto no consolidado, visam aumentar a eficiência e a capacidade de armazenamento, melhor gestão dos estoques, e garantir a plena disponibilidade de recursos para atender às necessidades dos novos clientes da Companhia.

12. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento – As movimentações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são demonstradas conforme quadro abaixo:

Direito de uso de ativos – Imóveis		2025	2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Em 31 de dezembro (saldo inicial)	232.681	232.681	236.636
Reestruturação societária – Tetris (Nota 1)	–	72.280	–
Adições	–	9.990	–
Baixas	–	(6.089)	–
Remensuração	13.018	24.622	36.977
Amortização	(43.672)	(63.311)	(40.932)
Efeito de conversão de moeda	–	5.480	–
Em 31 de dezembro (saldo final)	**202.027**	**275.653**	**232.681**

Passivo de arrendamento – Imóveis

		2025	2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Saldo inicial	270.054	270.054	268.670
Reestruturação societária – Tetris (Nota 1)	–	80.566	–
Remensuração	13.018	24.622	36.977
(-) Pagamento de principal	(39.906)	(56.085)	(35.593)
(-) Pagamento de juros	(23.795)	(25.360)	(24.367)
(+) Provisão de juros	23.795	23.795	24.367
(+) Conversão de moeda	–	6.059	–
Em 31 de dezembro	**243.166**	**323.651**	**270.054**
Circulante	39.455	81.420	35.397
Não circulante	203.711	242.231	234.657
Em 31 de dezembro	**243.166**	**323.651**	**270.054**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exigibilidade dos passivos de arrendamento é como segue:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

AGV Logística S.A.

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
2025	–	–	35.397
2026	39.455	81.420	33.865
2027	36.440	48.501	33.769
2028 em diante	167.271	193.730	167.023
Total	**243.166**	**323.651**	**270.054**

Créditos de PIS/COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de arrendamentos na ocorrência de seus pagamentos. Em 31 de dezembro de 2025, o potencial crédito de PIS/COFINS sobre o fluxo de pagamento futuro é de R$22.493 na controladora (R$24.980 em 2024).

13. Intangível

Controladora	Ágio	Marca (*)	Relações Contratuais com Clientes (*)	Acordo de Não Compet. (*)	Software	Carteira de Clientes (*)	Projeto Intangível (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2023								
Saldo inicial	123.831	–	–	–	2.443	–	10.619	136.893
Adições	–	–	–	–	1.545	–	8.221	9.766
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–
Baixa	–	–	–	–	(72)	–	–	(72)
Amortização	–	–	–	–	(1.059)	–	(6.476)	(7.535)
Em 31 de dezembro de 2024	**123.831**	**–**	**–**	**–**	**2.857**	**–**	**12.364**	**139.052**
Custo	126.451	12.669	25.018	15.365	18.118	6.580	48.995	253.196
Amortização acumulada	(2.620)	(12.669)	(25.018)	(15.365)	(15.261)	(6.580)	(36.631)	(114.144)
Saldo contábil líquido	**123.831**	**–**	**–**	**–**	**2.857**	**–**	**12.364**	**139.052**
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	123.831	–	–	–	2.857	–	12.364	139.052
Incorporação (Nota 1)	–	–	–	–	194	–	–	194
Adições	–	–	–	–	2.492	–	6.248	8.740
Transferência de investimento (Nota 10)	37.814	–	–	–	–	–	–	37.814
Amortização	–	–	–	–	(1.105)	–	(5.673)	(6.778)
Em 31 de dezembro de 2025	**161.645**	**–**	**–**	**–**	**4.438**	**–**	**12.939**	**179.022**
Custo	161.645	–	–	–	5.543	–	18.612	185.800
Amortização acumulada	–	–	–	–	(1.105)	–	(5.673)	(6.778)
Saldo contábil líquido	**161.645**	**–**	**–**	**–**	**4.438**	**–**	**12.939**	**179.022**

(*) Em 2025 a Companhia registrou o encontro de contas entre custo e amortização acumulada de intangíveis totalmente amortizados.

Consolidado	Ágio	Software	Intangíveis Tetris	Permissão de trânsito	Projeto Intangível (a)	Total
Saldo inicial	123.831	2.857	–	–	12.364	139.052
Reestruturação societária – Tetris (Nota 1)	–	–	12.538	5.489	–	18.027
Incorporação de empresas – Ipalog	–	194	–	–	–	194
Adições	–	2.492	37.500	–	6.248	46.240
Transferência de investimento	37.814	–	–	–	–	37.814
Amortização	–	(1.105)	(1.441)	–	(5.673)	(8.219)
Impairment	–	–	(14.487)	–	–	(14.487)
Conversão de moeda	–	–	–	426	–	426
Em 31 de dezembro de 2025	**161.645**	**4.438**	**34.110**	**5.915**	**12.939**	**219.047**
Custo	161.645	5.543	35.551	5.915	18.612	227.266
Amortização acumulada	–	(1.105)	(1.441)	–	(5.673)	(8.219)
Saldo contábil líquido	**161.645**	**4.438**	**34.110**	**5.915**	**12.939**	**219.047**

(a) Tanto na controladora quanto no consolidado, o projeto se refere a dispêndio com atividades de desenvolvimentos, manutenções ou aprimoramentos de sistemas próprios que tem como objetivo construir ferramentas de integração com os sistemas de nossos clientes, atendendo as necessidades especificas durante o processo rotineiro de suas operações e com prazo de amortização de dois anos. Em 31 de dezembro de 2025, na controladora e no consolidado, a amortização dos ativos intangíveis, no montante de R$6.778 e R$8.219, respectivamente (2024 – R$7.535 na controladora), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) Em "Custo dos serviços prestados": R$1.651 na controladora e no consolidado (2024 – R$2.678 na controladora), e (ii) Em "Despesas administrativas e comerciais": R$5.127 (2024 – R$4.857) na controladora e R$6.568 no consolidado. **Teste de impairment:** Em 31 de dezembro de 2025, a controladora efetuou o teste de impairment do ágio com o apoio de especialistas, tendo sido a AGV considerada uma única Unidade Geradora de Caixa. Para o referido teste, as seguintes principais premissas foram aplicadas: i) Taxa de desconto (WACC) nominal de 13,99% a.a.; ii) Inflação de longo prazo de 3,8% a.a.; e iii) PIB de 2,7%. Como resultado deste trabalho, a Companhia conclui que não é necessário qualquer ajuste por impairment em 31 de dezembro de 2025. Se a taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (14,99% ao invés de 13,99%), a Companhia ainda não precisaria registrar uma provisão para impairment. No consolidado, foi registrado impairment de R$14.487 em 31 de dezembro de 2025.

14. Fornecedores

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Fornecedores gastos gerais	44.239	99.799	26.068
Fornecedores de transporte – autônomos	272	272	416
Fornecedores de transporte – transportadoras	11.870	17.370	8.612
Fornecedores de imobilizado	4.285	4.285	720
Total	**60.666**	**121.726**	**35.816**
Passivo circulante	60.666	121.726	32.588
Passivo não circulante	–	–	3.228
Total	**60.666**	**121.726**	**35.816**

15. Empréstimos e financiamentos (Controladora e consolidado)

	Natureza e indexação	2025	2024
Banco Itaú S.A.	Cédula de crédito bancário – 13,96% a.a.	5.845	–
Banco Bradesco S.A.	Res. 4131 – Euros + 4,77 a 5,42% a.a.	25.347	–
Banco Santander S.A.	Conta garantida – 25,64% a.a.	729	–
Total		**31.921**	**–**

Os empréstimos e financiamentos estão classificados no balanço patrimonial como segue:

	2025	2024
Circulante	15.254	–
Não circulante	16.667	–
Total	**31.921**	**–**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2025
Em 31 de dezembro de 2024	–
Incorporação de empresas – Ipalog (Nota 1)	6.714
(+) Captação de novos empréstimos	25.000
(-) Pagamento de principal	(553)
(-) Pagamento de juros	(33)
(+) Variação cambial	23
(+) Provisão de juros	770
Em 31 de dezembro de 2025	**31.921**

Em 31 de dezembro de 2025, a exigibilidade dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2025
2026	15.254
2027	16.667
Total	**31.921**

Garantias: Os empréstimos e financiamentos não possuem garantias em 31 de dezembro de 2025, tampouco os contratos possuem cláusulas exigentes (covenants).

16. Salários e encargos sociais

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Provisão para férias	14.515	22.199	14.260
Bônus a pagar	6.200	14.783	6.750
Salários a pagar	–	200	612
INSS a recolher	2.029	2.029	1.579
FGTS a recolher	1.150	1.150	1.135
IRRF a recolher	1.038	1.038	1.329
Seguro desemprego (cesantia) e indenizações a pagar	–	14.112	–
Outros	899	2.425	443
Total	**25.831**	**57.936**	**26.108**

17. Tributos a pagar

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
ICMS Parcelamento	926	926	457
COFINS	2.469	2.469	2.222
ICMS	2.138	2.138	3.695
Contribuição Patronal	839	839	916
PIS	535	535	481
ISS	605	605	739
IRPJ	2.169	2.169	–
CSLL	772	772	–
Impostos retidos na fonte de fornecedores (*)	–	10.509	–
Outros	829	4.901	1.849
Total	**11.282**	**25.863**	**10.359**

(*) Refere-se a impostos retidos na fonte de fornecedores. Os tributos a pagar estão classificados no balanço patrimonial como segue:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Circulante	10.587	25.168	10.359
Não circulante	695	695	–
Total	**11.282**	**25.863**	**10.359**

18. Receita diferida (Controladora e consolidado): Em 29 de julho de 2022, a Companhia firmou dois contratos com um mesmo cliente, onde ficou acordado entre as partes o recebimento antecipado dos valores relacionados aos investimentos da operação de Consumer & Vision Care. Ambas as operações vinham sendo prestadas na cidade de Extrema-MG desde abril de 2023, até que em 2025, o cliente descontinuou um dos contratos, gerando a devolução de R$3.524 e baixa contra resultado do exercício (ganho), no montante de R$2.668, neste mesmo exercício. Esta devolução de numerário foi registrada em contrapartida a conta de receita diferida, com efeitos no passivo circulante e não circulante. Houve ainda apropriação do contrato remanescente contra o resultado do exercício, no montante de R$2.623. A apropriação é feita mensalmente e registrada como parte da receita do respectivo contrato celebrado com o cliente. Abaixo o saldo do contrato que ainda tem parcela a ser amortizada:

	2025	2024
Circulante	288	3.576
Não circulante	361	5.888
Total	**649**	**9.464**

19. Debêntures a pagar (Controladora e consolidado)

	Encargos	Vencimento	2025
Debêntures não conversíveis	100% DI + 2.75% a.a.	Parcelas semestrais, vencíveis a partir de junho de 2027	271.606
Total			**271.606**

Em 07 de agosto de 2025, a Companhia assinou o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", por meio do qual a AGV assumiu os compromissos relativos ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Unica, para Distribuição Pública, da Hakone Participações Societárias S.A.", no valor de R$ 270.000, equivalente a 270.000 (duzentas e setenta mil) debêntures, ao valor de R$1.000,00 (Mil reais) cada, a qual foi objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022 e demais legislações aplicáveis. As seguintes garantias reais foram constituídas pela AGV e 3PL em relação às debêntures originalmente emitidas pela Hakone: i) Alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos Acionistas e de emissão da AGV e 3PL, que devem representar, no mínimo, 88% (oitenta e oito por cento) do capital social destas empresas (incluindo, sem limitação, ações ordinárias, ações preferenciais ou de qualquer classe), ordinárias ou preferenciais, presentes e futuras, de titularidade dos Acionistas e/ou que venham a ser detidas, recebidas, conferidas, subscritas e/ou adquiridas pelos Acionistas, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, incluindo eventuais ações decorrentes de desmembramentos ou grupamentos das ações, consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária, aumento de capital que venham a ser de propriedade dos Acionistas ou, sob qualquer outra forma, quer substituam as ações originalmente alienadas fiduciariamente aos Debenturistas; ii) Cessão de certos direitos creditórios em garantia, equivalentes a 70% do saldo devedor das obrigações garantidas, bem como que o fluxo mensal de tais garantias nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data da verificação mensal, tenham correspondido ao valor mínimo de R$30.000. **Vencimento antecipado, garantias e Covenants:** O vencimento antecipado das debêntures pode ocorrer por diversos motivos, destacando-se os listados a seguir: i) Inadimplemento, pela Companhia, de obrigação pecuniária decorrente das debêntures, não sanado em até dois dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento; ii) Declaração de vencimento antecipado de dívidas financeiras da Companhia, contraídas por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R$10.000; iii) Pagamento ou distribuição, pela Companhia, de quaisquer recursos aos seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros até a primeira data de amortização, ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; iv) Não manutenção pela Companhia do índice obtido pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia em patamar menor ou igual a: (a) 3,5x (três vezes e meia) com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) 3,0x (três vezes) com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; e (c) 2,0x (duas vezes) com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027, mediante verificações anuais, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e do relatório dos Auditores Independentes. A primeira verificação ocorreu no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tendo sido o referido covenant plenamente cumprido. O Grupo AGV não tem nenhuma indicação de que terá dificuldade em cumprir com estes covenants nos próximos exercícios. A movimentação das debêntures a partir da incorporação da Hakone é como segue:

	2025
Em 31 de dezembro de 2024	–
Incorporação da Hakone (Nota 1)	283.205
(-) Pagamento de juros	(23.205)
(+) Provisão de juros	11.606
Em 31 de dezembro de 2025	**271.606**

Em 31 de dezembro de 2025, a exigibilidade das debêntures é como segue:

	2025
2027	78.749
2028	77.143
2029	115.714
Total	**271.606**

20. Provisões para contingências – A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, previdenciários e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.085	3.894	1.293
Total	**2.085**	**3.894**	**1.293**

A movimentação das provisões para contingências é como segue:

	2025 Controladora Trabalhistas (a)	2025 Controladora Tributárias e Cíveis	2025 Controladora Total	2025 Consolidado Trabalhistas (a)	2025 Consolidado Tributárias e Cíveis	2025 Consolidado Total	2024 Controladora Trabalhistas (a)	2024 Controladora Tributárias e Cíveis (b)	2024 Controladora Total
Em 31 de dezembro (saldo inicial)	1.293	–	1.293	1.293	–	1.293	821	1.761	2.582
Reestruturação societária (Nota 1)	–	–	–	1.678	–	1.678	–	–	–
Adição	2.085	–	2.085	3.894	–	3.894	1.198	38	1.236
Reversão de provisão	(1.293)	–	(1.293)	(2.971)	–	(2.971)	(726)	(1.799)	(2.525)
Em 31 de dezembro (saldo final)	**2.085**	**–**	**2.085**	**3.894**	**–**	**3.894**	**1.293**	**–**	**1.293**

(a) Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. **Perdas possíveis não provisionadas:** Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante em 31 de dezembro de 2025 de R$127.772 (R$95.417 em 2024) na controladora,e R$95.417 em 2024) na controladora, e R$95.417 em 2024) na controladora,e R$131.304 no consolidado, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais processos incluídos neste montante são os seguintes: Processo tributário 10830.726211/2018-94 – União Federal, no valor de R$49.837 (2024 – R$46.759), contingência possível, refere-se: terço de férias/demais verbas. Além de haver robusta prova documental de que os créditos fazem referência aos pagamentos classificados como "terço de férias", "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente", "aviso prévio indenizado" e "retenções na cessão de mão-de-obra", a jurisprudência (i) está pacificada, de forma favorável, em relação à não tributação dos "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente" e do "aviso prévio indenizado", (ii) está consolidada, de forma favorável, em relação à não tributação do "terço de férias" e (iii) está consolidada, de forma favorável, de que a imposição de retificação das GFIPs para reconhecimento dos créditos é ilegal. Por fim, a compensação dos créditos da retenção previdenciária incidente sobre as notas de prestação de serviços decorre de expressa previsão em lei. Processo tributário 1008626-02.2018.8.26.0053 – SEFAZ SP, valor de R$27.793 (2024 – R$26.154), contingência possível, trata-se de Ação Anulatória visando ao cancelamento dos débitos de ICMS objeto do Auto de Infração nº 4.096.830-3. A autuação fiscal visa à cobrança de débitos de ICMS referentes ao período de 2012, 2013 e janeiro/2014, sob o argumento de que a Empresa teria se apropriado indevidamente de créditos do imposto destacado nas notas fiscais de remessa simbólica de produtos emitidas por contribuintes localizados em outras Unidades da Federação. CDA nº 1265142955 AIIM nº 40968303 em discussão na execução fiscal nº 1500608-23.2019.8.26.0659.

21. Imposto de renda e contribuição social – Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Arrendamento mercantil	13.415	16.113	12.707
Provisão para gastos diversos	6.008	11.901	1.058
Provisão para pagamento de fretes	4.036	4.036	2.928
Provisão para bônus	2.108	2.108	2.295
Provisões para contingências	709	709	440
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	1.675	1.675	–
Outros	730	2.166	326
Total	**28.681**	**38.708**	**19.754**

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Em 01 de janeiro	19.754	19.754	16.940
Reestruturação societária – Tetris (Nota 1)	–	11.868	–
Efeito de conversão de moeda (variação cambial)	–	921	–
Movimentação de provisões para contingências e diversas	8.927	6.165	2.814
Em 31 de dezembro	**28.681**	**38.708**	**19.754**

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização dos respectivos benefícios fiscais por meio do lucro tributável futuro. Os valores estimados de recuperação pelos próximos anos são os seguintes:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
2025	–	–	7.716
2026	15.883	21.435	2.437
2027	2.636	3.558	2.437
2028 em diante	6.721	13.715	7.164
Total	**25.240**	**38.708**	**19.754**

Despesa de imposto de renda e contribuição social: Os tributos sobre o resultado da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota nominal de imposto, como segue:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.021)	(14.840)	64.490
Crédito (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculado à alíquota nominal (34%)	4.087	5.046	(21.927)
Equivalência patrimonial	(5.004)	–	–
Exclusões (adições) permanentes (*)	(1.576)	(4.049)	2.312
Outros	–	(671)	277
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(2.493)**	**326**	**(19.338)**
Imposto de renda e contribuição social corrente (*)	(11.420)	(5.839)	(22.152)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.927	6.165	2.814
Total	**(2.493)**	**326**	**(19.338)**
Alíquota efetiva	**21%**	**(2%)**	**30%**

(*) Em 2025, em decorrência dos eventos especiais de incorporação de empresas, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social correntes considerando duas diferentes datas de corte, motivo pelo qual houve descolamento da alíquota efetiva de 2025 quando comparada ao resultado acumulado do exercício.

22. Patrimônio líquido (Controladora) – a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R$295.268 (R$209.563 em 2024), dividido em 9.051.524 mil ações ordinárias (481.017 mil em 2024) e 1.171 mil (1.171 mil em 2024) ações preferenciais. Em 29 de junho de 2024, ocorreu a cisão parcial da FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi cindido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., passando este a ser o novo acionista controlador da Companhia. Ambas as empresas são pertencentes ao mesmo grupo econômico. Em 2025, conforme descrito na Nota 1, a Companhia completou sua reestruturação societária, cujo reflexo foi o aumento de capital no montante de R$85.705, com emissão de 8.570.507 mil novas ações ordinárias. Com o referido aumento de capital e emissão de novas ações, a distribuição das ações representativas do capital social da Companhia ficou como segue:

2025	Tipo de ação Ordinárias	Preferenciais	Total
Vinci Capital Partners IV B FI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	4.380.937	567	4.381.504
GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento em Participações	2.299.992	298	2.300.290
GEF Latam Logística 1 Fundo de Investimento em Participações – Coinvestimento	1.284.411	166	1.284.577
Osmar Cossi Junior	912.394	118	912.512
Maurício Pires Motta	108.618	14	108.632
Guilherme Jacyntho	32.586	4	32.590
Fabrício Ferrari Silveira	32.586	4	32.590
Total	**9.051.524**	**1.171**	**9.052.695**

2024 Acionista	Tipo de ação	Quantidade
CL Brasil Holding Ltda.	Ordinárias	481.017
CL Brasil Holding Ltda.	Preferenciais	1.171
Total		**482.188**

b) Capital autorizado: Por meio da assembleia geral extraordinária da Companhia, ocorrida em 07 de novembro de 2025, ficou estabelecido o capital autorizado de R$ 1, valor este até o qual o conselho de administração poderá aumentar o capital social da Companhia sem necessidade de reforma do Estatuto Social, para emissão das ações a serem subscritas pelos acionistas em caso de exercício dos bônus de subscrição emitidos pela Companhia (Nota 22 (c)). **c) Bônus de subscrição:** Por meio da assembleia geral extraordinária da Companhia, ocorrida em 07 de novembro de 2025, foi aprovada a emissão de três bônus de subscrição, os quais foram atribuídos como vantagem adicional aos acionistas Vinci Capital Partners IV B FI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento Em Participações e GEF Latam Logística 1 Fundo de Investimento em Participações – Coinvestimento, e que conferem a estes acionistas a subscrição de quantas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia forem necessárias para diluir a participação detida pelos acionistas Osmar Cossi Junior, Mauricio Pires Motta, Guilherme Jacyntho e Fabrício Ferrari Silveira, em montante equivalente ao da perda indenizável incorrida, conforme estabelecido em contrato de compra e venda de ações e outras avenças, firmado entre os acionistas da Companhia em 10 de outubro de 2024. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados e aumentar capital. **c) Reserva de capital:** Refere-se a avaliação a valor justo das ações da Companhia emitidas no momento da aquisição da Companhia com os acionistas não controladores. **d) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso para utilização como aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do prejuízo apurado no exercício, não houve registro do dividendo mínimo obrigatório. Por outro lado, em 18 de junho de 2025, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a distribuição de R$ 56.000 a título de dividendos à então acionista CL Brasil Holding Ltda., em conexão à reestruturação societária com troca de acionistas controladores, descrita na Nota 1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram propostos R$10.724 como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(6.045)	45.152
(-) Reserva legal (5%)	–	(2.258)
Base de cálculo	–	42.894
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	10.724
Dividendos	**–**	**10.724**

(a) Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos do exercício no montante total de R$10.724, sendo o valor de R$6.501 pagos no decorrer de 2024 e o saldo remanescente pago em 2025. **e) Plano de opção de ações:** Em 12 de novembro de 2025, foram assinados contratos de outorga de opções de compra de 4.050.414 ações preferenciais da Companhia, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, com determinados membros da Diretoria da Companhia, elegíveis de acordo com os requerimentos do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Em contrapartida à outorga das opções, o beneficiário deverá pagar à Companhia o valor de 2% do preço de exercício da opção de R$6,28 (Seis reais e vinte e oito centavos) por ação, divididas em quatro tranches anuais, vencíveis entre maio de 2026 e outubro de 2029. As opções foram mensuradas a valor justo na data de outorga, utilizando modelo de precificação de opções, com o modelo de Black-Scholes. O valor justo das referidas opções, a ser apropriado contabilmente a partir de janeiro de 2026, é de R$2.880. A tabela a seguir demonstra a quantidade de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2025:

Prazo de carência	Quant. de ações outorgadas	Valor justo opção em Reais	Despesa em R$
12 meses	2.292.422	R$ 0,70	1.620
24 meses	1.012.604	R$ 0,71	723
36 meses	534.430	R$ 0,72	384
48 meses	210.958	R$ 0,72	153
Total	**4.050.414**		**2.880**

f) Resultado por ação (Controladora): *Básico e diluído*

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período (Plano de opção de ações). Dessa forma, está sendo apresentado abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada:

	2025 Básico	2025 Diluído (*)	2024 Básico e diluído
(Prejuízo) lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(14.514)	(14.514)	45.152
Média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais (milhares)	3.339.024	3.339.699	482.188
Lucro por ação (básico e diluído) em R$	**(0,0043)**	**(0,0043)**	**0,0936**

(*) Em virtude de o plano de opção de ações ter sido aprovado em 12 de novembro de 2025, seu impacto no cálculo médio ponderado de ações em circulação com efeito diluidor em 31 de dezembro de 2025 não foi significativo.

23. Receita líquida dos serviços prestados – A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

2025	Controladora Armazenagem	Controladora Transporte	Controladora Total	Consolidado Armazenagem	Consolidado Transporte	Consolidado Total
Receita bruta	445.375	300.438	745.813	551.966	384.848	936.814
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(56.003)	(58.359)	(114.362)	(56.003)	(58.359)	(114.362)
Receita líquida dos serviços prestados	**389.372**	**242.079**	**631.451**	**495.963**	**326.489**	**822.452**

2024 – Controladora	Armazenagem	Transporte	Total
Receita bruta	420.511	286.994	707.505
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(54.745)	(56.848)	(111.593)
Receita líquida dos serviços prestados	**365.766**	**230.146**	**595.912**

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Custo de fretes terceirizados	(164.339)	(164.339)	(150.248)
Depreciação e amortização	(71.407)	(98.808)	(68.503)
Despesa com pessoal	(236.566)	(312.716)	(206.539)
Despesa com utilidades	(41.971)	(53.307)	(37.025)
Serviço de terceiros	(33.184)	(102.709)	(29.183)
Despesas processuais	(2.692)	(2.692)	(1.154)
Insumos	(25.578)	(25.578)	(17.041)
Outros	(4.980)	(21.710)	(5.075)
Seguros	(11.367)	(20.097)	(6.117)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

AGV Logística S.A.

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Total	**(592.084)**	**(801.956)**	**(520.885)**
Custo dos serviços prestados	(523.220)	(691.118)	(466.624)
Despesas gerais e administrativas	(66.720)	(106.066)	(51.028)
Despesas comerciais	(2.144)	(4.772)	(3.233)
Total	**(592.084)**	**(801.956)**	**(520.885)**

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Resultado da venda de ativo imobilizado	105	105	14
Recuperação de despesas	278	278	2.247
Outras receitas operacionais	53	3.773	7.838
Total	**436**	**4.156**	**10.099**

26. Resultado financeiro

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
IOF	(1.101)	(1.101)	(486)
Juros sobre contas a pagar	(3.121)	(3.121)	(2.841)
Juros sobre arrendamento (Nota 12)	(23.795)	(23.795)	(24.367)
Juros sobre debêntures (Nota 19)	(11.606)	(11.606)	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(770)	(770)	–
Outras despesas financeiras	(1.540)	(4.751)	(259)
Despesas financeiras	**(41.933)**	**(45.144)**	**(27.953)**
Descontos obtidos	47	57	40
Juros ativos	1.357	1.648	1.472
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	3.423	3.947	5.805
Receitas financeiras	**4.827**	**5.652**	**7.317**

26. Resultado financeiro

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Resultado financeiro, líquido	**(37.106)**	**(39.492)**	**(20.636)**

27. Transações com partes relacionadas (Controladora e consolidado) – As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
Salários e outros benefícios de curto prazo	6.156	6.156	1.532
Total	**6.156**	**6.156**	**1.532**

b) Empréstimos a receber de partes relacionadas

	2025 Controladora	2025 Consolidado	2024 Controladora
3PL Brasil Logística S.A.	11.969	11.969	17.874
Outros	1.334	1.334	–
Total	**13.303**	**13.303**	**17.874**

Em 23 de março de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento inicial em 23 de novembro de 2019 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2024, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 29 de agosto de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia e a 3PL, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$2.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 5º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total a pagar era de R$ 11.969 (2024 – R$ 17.874), tendo sido provisionados os juros no montante de R$ 1.095 (2024 – R$ 1.094), conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. A movimentação com empréstimos a partes relacionadas está demonstrada abaixo:

	Empréstimos	Cost Sharing	Total
Em 31 de dezembro de 2023	16.072	708	16.780
(+) Provisão de juros	1.094	–	1.094
Em 31 de dezembro de 2024	**17.166**	**708**	**17.874**
(+) Provisão de juros	1.095	–	1.095
(-) Recebimento de principal	(7.000)	–	(7.000)
Em 31 de dezembro de 2025	**11.261**	**708**	**11.969**

c) Saldos a receber de alienação do investimento

	2025	2024
3PL (a)	272	272

(a) Saldo incluído na rubrica de outros ativos, no ativo circulante.

d) Mútuo a receber – Ipalog	**Mútuo a receber**
Em 31 de dezembro de 2024	–
(+) Concessão de empréstimos a partes relacionadas	15.904
(-) Encontro de contas pela incorporação da Ipalog (Nota 1)	(15.904)
Em 31 de dezembro de 2025	**–**

e) Dividendos a pagar	**Dividendos**
Em 31 de dezembro de 2023	28.352
(-) Pagamento/Antecipação	(34.853)
(+) Constituição	10.724
Em 31 de dezembro de 2024	**4.223**
(+) Constituição	56.000
(-) Encontro de contas pela incorporação da Hakone (Nota 1)	(4.223)
(-) Pagamento	(56.000)
Em 31 de dezembro de 2025	**–**

O saldo de dividendos a pagar por acionista em 31 de dezembro era como segue:

	2025	2024
CL Brasil Holding Ltda.	–	4.223
Total	**–**	**4.223**

28. Cobertura de seguros (Consolidado) – A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. Os estoques de terceiros em nosso poder são suportados por apólice anual de seguros contratada pela Companhia. Os valores/volumes são apurados anualmente na renovação da apólice. A Companhia também pode operar com o seguro do Cliente, neste caso exige-se o certificado DDR (Dispensa do Direito de Regresso) que comprova a cobertura. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Diretoria
Mauricio Pires Motta
Matheus Trinca Fernandes

Contador
Fabio Soares de Oliveira – CRC nº 1SP 254.004/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGV Logística S.A. – Vinhedo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AGV Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação do valor recuperável de ágio (Nota explicativa 13):** Conforme divulgado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, saldo de ágio de R$161.645 mil, representando 16% e 13% do total do ativo da controladora e do consolidado, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia avalia, anualmente, o valor recuperável do ágio para determinar se houve perda no valor recuperável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. *Como nossa auditoria tratou esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ágio, incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável do ágio; (ii) o envolvimento de especialistas em finanças corporativas para avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatórios de analistas; (iii) comparação dos orçamentos preparados e aprovados pela Companhia no exercício anterior com seus valores reais, com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparação do valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ágio; (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 9 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F
Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC SP 161.745/O

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

3PL Brasil Logística S.A.

CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.525	20.525
Contas a receber de clientes	8	52.561	72.367
Tributos a recuperar	9	2.167	614
Despesas antecipadas		1.533	3.004
Outros ativos circulantes		3.082	2.213
Antecipação de dividendos	18	3.456	–
		72.324	**98.723**
Não circulante			
Depósitos judiciais		58	18
Imposto de renda e CSLL diferidos	17	4.907	3.592
		4.965	**3.610**
Imobilizado	11	18.890	21.265
Direito de uso de ativos	12	114.133	51.492
Intangível	10	23.599	23.797
		156.622	**96.554**
		161.587	**100.164**
Total do ativo		**233.911**	**198.887**
Passivo	**Nota**	**2025**	**2024**
Circulante			
Fornecedores	13	13.113	12.129
Passivo de arrendamento	12	27.305	20.997
Salários e encargos sociais	14	5.937	7.102
Tributos a pagar	15	4.108	5.154
Partes relacionadas	24	11.969	17.874
Dividendos a pagar	18	1.334	1.334
Outros passivos circulantes		272	4.368
		64.038	**68.958**
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	95.617	35.943
Provisão para contingências	16	1.446	388
		97.063	**36.331**
Total do passivo		**161.101**	**105.289**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		71.138	71.138
Reserva de capital		468	468
Reserva legal		1.204	1.771
Reserva de retenção de lucros		–	20.221
Total do patrimônio líquido		**72.810**	**93.598**
Total do passivo e patrimônio líquido		**233.911**	**198.887**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	**2025**	**2024**
Receita líquida dos serviços prestados	19	210.304	235.704
Custo dos serviços prestados	20	(189.672)	(199.017)
Lucro bruto		**20.632**	**36.687**
Despesas gerais e administrativas	20	(6.880)	(7.093)
Despesas comerciais	20	(66)	(470)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	879	1.222
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**14.565**	**30.346**
Receitas financeiras	22	1.723	1.790
Despesas financeiras	22	(15.838)	(6.465)
Resultado financeiro, líquido		**(14.115)**	**(4.675)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**450**	**25.671**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	23	(2.009)	(7.530)
Diferido	23	1.315	(1.809)
		(694)	**(9.339)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(244)**	**16.332**
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia	24	(0,004)	0,250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	2025	**2024**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(244)	16.332
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(244)**	**16.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	**Reserva de Capital**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2023	71.138	468	954	8.585	–	81.145
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.332	16.332
Destinação dos Lucros						
Constituição reserva legal (5%)	–	–	817	–	(817)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–	–	–	(3.879)	(3.879)
Lucros retidos	–	–	–	11.636	(11.636)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**71.138**	**468**	**1.771**	**20.221**	**–**	**93.598**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(244)	(244)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(244)	–	244	–
Distribuição de dividendos (Nota 18)	–	–	(323)	(20.221)	–	(20.544)
Em 31 de dezembro de 2025	**71.138**	**468**	**1.204**	**–**	**–**	**72.810**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	2025	**2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	450	25.671
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização (Nota 10, Nota 11 e Nota 12)	38.992	39.157
Perda na alienação de ativo imobilizado	54	133
Constituição de provisão para contingências	1.058	104
Reversão da provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8)	(238)	(68)
Juros e variações monetárias (Nota 12 e 24)	14.840	6.290
Redução (aumento) nas contas de ativo		
Contas a receber de clientes	20.044	(13.643)
Tributos a recuperar	(1.553)	(324)
Depósitos judiciais	(40)	(5)
Outros ativos operacionais	(869)	923
Despesas antecipadas	1.471	(3.004)
Aumento (redução) nas contas de passivo		
Fornecedores, incluindo partes relacionadas	984	2.498
Salários e encargos sociais	(1.165)	(4.226)
Tributos a pagar	(3.055)	2.249
Outros passivos operacionais	(4.096)	1.004
Juros pagos	(13.745)	(5.196)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(7.530)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**53.132**	**44.033**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(5.896)	(3.873)
Aquisições de intangível	(53)	(341)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.949)**	**(4.214)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimo para partes relacionadas (Nota 24)	(7.000)	–
Amortização de arrendamentos (Nota 12)	(27.183)	(31.694)
Pagamento de dividendos (Nota 24)	(24.000)	(4.845)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(58.183)**	**(36.539)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.000)**	**3.280**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	20.525	17.245
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	**9.525**	**20.525**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A 3PL Logística S.A. ("Companhia" ou "3PL"), foi constituída em 7 de outubro de 2015 e está localizada em Cajamar-SP. É uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de bens de consumo, (f) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (g) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (h) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (i) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. Reestruturação societária: Como parte do processo de reorganização dos negócios de logística do Grupo Solística, em 29 de junho de 2024, ocorreu a cisão dos investimentos da até então controladora da Companhia, a FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da 3PL foi transferido para o controle acionário integral da CL Brasil Holding Ltda. ("CL Brasil"), ambas empresas do mesmo grupo econômico. Não houve alteração no capital social e a nova controladora CL Brasil passou a deter as ações ordinárias e preferenciais da Companhia (Nota 18(a)). Com esta movimentação societária, a Companhia passou, portanto, a ser controlada integralmente pela CL Brasil, que por sua vez, era controlada pela NK362 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK362"), que por fim, era controlada pela Hakone Participações Societárias S.A. ("Hakone"). Dando sequência à reestruturação societária iniciada em 2024, em 18 de setembro de 2025, tanto a CL Brasil quando a sua controladora direta, a NK362, foram incorporadas pela Hakone, com base nos valores de livros contábeis. Em 25 de setembro de 2025, a Hakone teve seu patrimônio líquido cindido em favor da recém constituída Hakone II Participações Societárias S.A. ("Hakone II"), que passou a deter um capital social na ordem de R$ 72.934, equivalente exclusivamente à participação societária na 3PL. Desta forma, a 3PL passou a ser controlada diretamente pela Hakone II. Em 07 de novembro de 2025, a 3PL incorporou de forma reversa a sua controladora Hakone II, promovendo a redistribuição de suas ações ordinárias e preferenciais de forma proporcional às ações anteriormente detidas pelos acionistas da Hakone II (Nota 18 (a)). A referida incorporação não gerou qualquer incremento patrimonial na 3PL, uma vez que o único ativo anteriormente detido pela Hakone II era o próprio investimento na Companhia. Reforma Tributária sobre o consumo: A Lei Complementar nº 214/2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISSQN, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações futuras até 2032. A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora anterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária exigirá uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. Sistemas e Processos Internos: A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais necessitarão de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. Análise de Créditos Tributários: A transição para o novo sistema gerará a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, consequentemente, seu patrimônio líquido. A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: - Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Companhia. - Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. - Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. - Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. - Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas. A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro, portanto, a Companhia está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas futuramente pela Companhia, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Administração. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais – 2.1. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 13 de março de 2026. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração subsequente:* Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas; • Contas a receber de clientes. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia possui política de provisão para perdas esperadas, conforme detalhado na Nota 8. A estimativa do contas a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*–Continuação As premissas utilizadas dentro do modelo são: • Probabilidade de não conformidade; • Gravidade da perda; • Taxa de financiamento; • Taxa de recuperação especial; e • Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos) Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Nota 3 • Imobilizado – Nota 2.9 • Ativos intangíveis – Nota 2.8. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**–Continuação Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia determina sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Direito de uso de ativos: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

3PL Brasil Logística S.A.

arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8. Ativos intangíveis:** a) Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* (Nota 10). b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9. Imobilizado:** Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Benfeitorias em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2025 e 2024 (anos)
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5

As benfeitorias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguéis. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, quando houver algum indicativo de mudanças nas condições de uso desses ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre o valor das alienações e o respectivo valor contábil do ativo alienado e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas” na demonstração do resultado. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam vigentes no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**–-Continuação Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.12. Benefícios a empregados:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) Prestação de serviços: A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do balanço. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) Demais receitas e despesas: São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2025: **• Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **• Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. Essas alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025 e não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.16. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* – PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: .. Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures – MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). .. Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas (ainda sem norma CPC equivalente): Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados em âmbito privado por partes não relacionadas, eles não são elegíveis para aplicação do IFRS 19. **. Alterações ao CPC 40 (R1) e CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: .. Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. .. Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. .. Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. .. Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seus pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: .. Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos. .. Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. .. Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos –** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nos negócios da Companhia se um ativo não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de serem exercidos. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. a) Risco de mercado: *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:* Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	13.113	–	–
Passivo de arrendamento	27.305	60.591	35.026
Outros passivos	272	–	–
Partes relacionadas	11.969	–	–
	52.659	**60.591**	**35.026**

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	12.129	–	–
Passivo de arrendamento	25.027	17.454	23.205
Outros passivos	4.368	–	–
Partes relacionadas	17.874	–	–
	59.398	**17.454**	**23.205**

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Ativos	Hierarquia	Valor contábil 2025	Valor justo 2025	Valor contábil 2024	Valor justo 2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	9.525	9.525	20.525	20.525
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	52.561	52.561	72.367	72.367
Outros ativos	Nível 2	3.082	3.082	2.213	2.213
		65.168	**65.168**	**95.105**	**95.105**

Passivos	Hierarquia	Valor contábil 2025	Valor justo 2025	Valor contábil 2024	Valor justo 2024
Fornecedores	Nível 2	13.113	13.113	12.129	12.129
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	122.922	122.922	56.940	56.940
Dividendos a pagar	Nível 2	1.334	1.334	1.334	1.334
Partes relacionadas	Nível 2	11.969	11.969	17.874	17.874
Outros passivos	Nível 2	272	272	4.368	4.368
		149.610	**149.610**	**92.645**	**92.645**

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2025	2024
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.525	20.525
Ativos ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	52.561	72.367
Partes relacionadas	3.456	2.545
Outros ativos	3.082	5.218
	68.624	**100.655**

Passivos financeiros	2025	2024
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	13.113	12.129
Dividendos a pagar	1.334	1.334
Passivo de arrendamento	122.922	56.940
Partes relacionadas	11.969	17.874
Outros passivos	272	1.335
	149.610	**89.612**

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Contas a receber de clientes	2025	2024
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
A	35.344	46.629
B	12.846	18.548
C	4.507	7.564
	52.697	**72.741**

Risco A – Baixo Risco de Inadimplência: Sacados (“clientes”) vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de clientes que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. **Risco B – Médio Risco de Inadimplência:** Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração dos processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas dos documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. **Risco C – Alto Risco de Inadimplência:** Sacados que já foram constituídos em provisão para perdas de crédito esperadas e que terão processos judiciais arrolados para tratativas.

Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo	2025	2024
A-	–	11.475
AA-	–	94
B	–	1.605
BB	9.279	–
BBB	246	–
BB+	–	7.261
F2	–	90
	9.525	**20.525**

Classificamos a qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo de acordo com o mapeamento das escalas de rating da Fitch. Desta forma, a maior parte destes depósitos se enquadra entre as classificações BB e BBB, com baixa expectativa de risco de inadimplência.

7. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Recursos em bancos e em caixa	1.159	1.789
Aplicações financeiras de curto prazo	8.366	18.736
	9.525	**20.525**

As aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas e CDBs de liquidez diária que rendem 101% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (65% em 2021).

8. Contas a receber de clientes	2025	2024
Contas a receber de clientes	52.697	72.741
Provisão para perdas de crédito esperadas	(136)	(374)
	52.561	**72.367**

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 78 dias (74 dias em 2024). A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2025	2024
A vencer	52.208	67.542
Vencidos:		
Até 30 dias	301	4.059
De 31 a 60 dias	38	317
De 61 a 90 dias	16	100
De 91 a 120 dias	7	66

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

3PL Brasil Logística S.A.

	2025	2024
De 121 a 180 dias	38	171
De 181 a 365 dias	45	154
Acima 365 dias	44	332
	52.697	**72.741**

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Em 31 de dezembro de 2023	**442**
(+) Constituição de provisão	5.332
(-) Reversão de provisão	(5.400)
Em 31 de dezembro de 2024	**374**
(+) Constituição de provisão	2.859
(-) Reversão de provisão	(3.097)
Em 31 de dezembro de 2025	**136**

Em 31 de dezembro de 2025, cinco clientes representavam 40% das receitas totais (em 31 de dezembro de 2024, três clientes representavam 32% das receitas totais).

9. Tributos a recuperar	2025	2024
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	49	49
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	1.449	243
Programa de integração social – PIS	11	11
Contribuição social sobre o lucro – CSLL	546	111
ICMS a recuperar	5	189
IRRF sobre aplicações financeiras	4	–
INSS a recuperar	103	11
	2.167	**614**

10. Intangível	Ágio	Software	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	23.105	554	131	23.790
(+) Aquisição	–	6	335	341
(-) Baixa	–	(40)	–	(40)
(-) Amortização	–	(187)	(107)	(294)
Saldo contábil líquido	**23.105**	**333**	**359**	**23.797**
Em 31 de dezembro de 2024				
(+) Custo	23.105	2.049	466	25.620
(-) Amortização acumulada	–	(1.716)	(107)	(1.823)
	23.105	**333**	**359**	**23.797**
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	23.105	333	359	23.797
(+) Aquisição	–	53	–	53
(-) Amortização	–	(134)	(117)	(251)
Saldo contábil líquido	**23.105**	**252**	**242**	**23.599**
Em 31 de dezembro de 2025				
(+) Custo	23.105	2.102	466	25.673
(-) Amortização acumulada	–	(1.850)	(224)	(2.074)
	23.105	**252**	**242**	**23.599**

A amortização dos ativos intangíveis, no montante de R$251 em 31 de dezembro 2025 (R$294 – 31 de dezembro de 2024), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R$130 em "Custo dos serviços prestados" (R$112 em 31 de dezembro de 2024), e (ii) R$121 em "Despesas administrativas e comerciais" (R$182 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o teste de impairment do ágio com o apoio de especialistas, tendo sido a 3PL considerada uma única Unidade Geradora de Caixa. Para o referido teste, as seguintes principais premissas foram aplicadas: i) Taxa de desconto (WACC) nominal de 13,99% a.a.; ii) Inflação de longo prazo de 3,8% a.a.; e iii) PIB de 2,7%. Como resultado deste trabalho, a Companhia concluiu que não é necessário qualquer ajuste significativo por impairment em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, em conexão com o processo de reorganização dos negócios de logística que foi conduzido pelo então acionista controlador da Companhia, conforme mencionado na Nota 1, o valor recuperável do ágio foi analisado com base no valor apresentado em compromisso firme recebido de terceiro. Em tal análise, não foram identificados indícios de que o valor recuperável estaria abaixo do valor contábil. Portanto, não houve necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. Imobilizado	Veículos	Máquinas e equipamentos de armazenagem	Móveis e Utensílios	Equipamento de informática e de telecomunicação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	100	12.445	1.232	5.200	5.982	1.857	26.816
(+) Aquisições	47	570	123	750	2.314	69	3.873
(+/-) Transferência	–	766	136	212	812	(1.926)	–
(-) Baixas, líquidas	–	(27)	(19)	(47)	–	–	(93)
(-) Depreciação	(33)	(2.989)	(213)	(1.837)	(4.259)	–	(9.331)
Saldo contábil, líquido	**114**	**10.765**	**1.259**	**4.278**	**4.849**	**–**	**21.265**
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	114	10.765	1.259	4.278	4.849	–	21.265
(+) Aquisições	–	1.868	40	740	3.248	–	5.896
(-) Baixas, líquidas	–	(42)	–	–	(12)	–	(54)
(-) Depreciação	(37)	(2.835)	(214)	(1.611)	(3.520)	–	(8.217)
Saldo contábil, líquido	**77**	**9.756**	**1.085**	**3.407**	**4.565**	**–**	**18.890**

A despesa de depreciação, no montante de R$8.217 em 31 de dezembro 2025 (R$9.331 em 31 de dezembro 2024), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R$7.365 em "Custo dos serviços prestados" (R$8.614 em 31 de dezembro de 2024), e (ii) R$852 em "Despesas administrativas e comerciais" (R$717 em 31 de dezembro de 2024).

12. Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos – As movimentações de direito de uso de ativos e do passivo de arrendamento são demonstradas conforme quadro abaixo:

Direito de uso de ativos	Imóveis 2025	Imóveis 2024
Em 31 de dezembro de 2023		60.417
(+) Adição/Remensuração		20.607
(-) Amortização		(29.532)
Em 31 de dezembro de 2024		**51.492**
(+) Adição/Remensuração		93.165
(-) Amortização		(30.524)
Em 31 de dezembro de 2025		**114.133**
Passivo de arrendamento	**Imóveis 2025**	**Imóveis 2024**
Saldo inicial	56.940	68.027
(+) Adição/Remensuração	93.165	20.607
(-) Pagamento de principal	(27.183)	(31.694)
(-) Pagamento de juros	(13.745)	(5.196)
(+) Provisão de juros	13.745	5.196
Saldo final	**122.922**	**56.940**
Circulante	27.305	20.997
Não circulante	95.617	35.943
	122.922	**56.940**

	2025	2024
2025	–	20.997
2026	27.305	14.787
2027	29.997	12.515
2028	30.594	5.846
2029	27.582	2.795
2030	7.444	–
	122.922	**56.940**

13. Fornecedores	2025	2024
Fornecedores gastos gerais	10.646	9.846
Fornecedores de transporte – transportadoras	2.031	1.917
Fornecedores de imobilizados	373	237
Fornecedores de transporte – autônomos	63	129
	13.113	**12.129**

14. Salários e encargos sociais	2025	2024
Provisão para férias e encargos sociais	4.507	4.699
Salários a pagar	98	1.177
INSS a recolher	631	505
FGTS a recolher	356	384
IRRF a recolher	153	183
Outros	192	154
	5.937	**7.102**

15. Tributos a pagar	2025	2024
ICMS	357	1.778
PIS/COFINS	1.015	1.188
CPRB	256	383
Outros	199	999
ISS	196	264
IRPJ	1.526	470
CSLL	559	72
	4.108	**5.154**

16. Provisão para contingências – A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2025	2024
Trabalhistas (a)	1.446	388
	1.446	**388**

(a) Referem-se basicamente a cobrança de horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, bem como todos os reflexos, como férias, 13º salário, FGTS.

	Trabalhistas (a)
Em 31 de dezembro de 2023	284
(+) Constituição de provisão	608
(-) Reversão de provisão	(504)
Em 31 de dezembro de 2024	**388**
(+) Constituição de provisão	1.460
(-) Reversão de provisão	(402)
Em 31 de dezembro de 2025	**1.446**

Perdas possíveis não provisionadas**:** Em 31 de dezembro de 2025 existem outros processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$1.141 (R$925 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo apresenta-se como segue:

	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Provisões de fretes	691	652
Provisões de bônus e metas	–	329
Arrendamentos	2.988	1.853
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL	343	–
Outras provisões	885	758
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	**4.907**	**3.592**

A expectativa da administração é que as diferenças temporárias sejam realizadas até 2030.

18. Patrimônio líquido – **a) Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$71.138, dividido em 64.389 milhões de ações ordinárias e 820 mil ações preferenciais. Conforme divulgado na Nota 1, um processo de reestruturação societária foi conduzido pela Companhia e suas controladoras, o que resultou na incorporação das empresas "holdings" que detinham participação na Companhia. Este processo, no entanto, não resultou em nenhum incremento patrimonial ou emissão de novas ações, uma vez que o único ativo que as holdings possuíam era o próprio investimento na Companhia. Por outro lado, houve uma redistribuição proporcional das ações ordinárias e preferenciais entre os sócios da Hakone II, que passaram a ter participação direta na Companhia. A nova distribuição das ações representativas do capital social da Companhia, após a referida reestruturação societária, é como segue:

	Quantidade de ações 2025		
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Vinci Capital Partners IV B FI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	31.164	397	31.561
GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento Em Participações	16.361	208	16.569
GEF Latam Logística 1 Fundo de Investimento em Participações – Coinvestimento	9.137	116	9.253
Osmar Cossi Junior	6.490	83	6.573
Maurício Pires Motta	773	10	783
Guilherme Jacyntho	232	3	235
Fabrício Ferrari Silveira	232	3	235
	64.389	**820**	**65.209**

Em 31 de dezembro de 2024, todas ações ordinárias e preferenciais eram de titularidade da CL Brasil Holding Ltda., como demonstrado a seguir:

	2024	
Acionista	**Tipo de ação**	**Quantidade**
CL Brasil Holding Ltda.	Ordinárias	64.389
CL Brasil Holding Ltda.	Preferenciais	820
		65.209

b) Capital autorizado: Por meio da assembleia geral extraordinária da Companhia, ocorrida em 07 de novembro de 2025, ficou estabelecido o capital autorizado de R$ 1, valor este até o qual o conselho de administração poderá aumentar o capital social da Companhia sem necessidade de reforma do Estatuto Social, para emissão das ações a serem subscritas pelos acionistas em caso de exercício dos bônus de subscrição emitidos pela Companhia (Nota 18 (c)). **c) Bônus de subscrição:** Por meio da assembleia geral extraordinária da Companhia, ocorrida em 07 de novembro de 2025, foi aprovada a emissão de três bônus de subscrição, os quais foram atribuídos como vantagem adicional aos acionistas Vinci Capital Partners IV B FI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento Em Participações e GEF Latam Logística 1 Fundo de Investimento em Participações – Coinvestimento, e que conferem a estes acionistas a subscrição de quantas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia forem necessárias para diluir a participação detida pelos acionistas Osmar Cossi Junior, Mauricio Pires Motta, Guilherme Jacyntho e Fabrício Ferrari Silveira, em montante equivalente ao da perda indenizável incorrida, conforme estabelecido em contrato de compra e venda de ações e outras avenças, firmado entre os acionistas da Companhia em 10 de outubro de 2024. **d) Reserva legal**: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados e aumentar o capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do prejuízo verificado pela Companhia, a reserva legal foi utilizada para absorção do referido prejuízo, na ordem de R$ 244. **c) Reserva de capital:** Refere-se a avaliação a valor justo das ações da Companhia, emitidas no momento da aquisição da Companhia por parte dos acionistas não controladores. **d) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso para utilização em aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do prejuízo apurado no exercício, não houve registro do dividendo mínimo obrigatório. Por outro lado, em 18 de junho de 2025, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a distribuição de R$ 24.000 a título de dividendos intermediários à então acionista CL Brasil Holding Ltda., em conexão à reestruturação societária com troca de acionistas controladores descrita na Nota 1. Por outro lado, em decorrência do prejuízo verificado em 2025, as reservas de retenção de lucros e legal, no montante de R$ 20.544, foram insuficientes para pagamento destes dividendos intermediários. Desta forma, o valor remanescente de R$ 3.456, foi registrado na conta de antecipação de dividendos, no ativo circulante, e será futuramente abatido de novas deliberações de dividendos, à conta dos novos acionistas, uma vez que a CL Brasil Holding Ltda. foi encerrada em decorrência de sua incorporação. Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante total de R$3.879, conforme demonstrado abaixo:

	2024
Lucro líquido do exercício	16.332
(-) Reserva legal (5%)	(817)
Base de cálculo	15.515
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.879

d) Resultado por ação – Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do exercício; o resultado diluído por ação é calculado de maneira substancialmente similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período, que não é o caso para a Companhia. Dessa forma, apresentamos abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(244)	16.332
Quantidade de ações (milhares)	65.209	65.209
Lucro líquido (prejuízo) por ação – básico e diluído – em R$	(0,004)	0,250

19. Receita líquida dos serviços prestados – A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

			2025
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	171.597	75.933	247.530
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(21.585)	(15.641)	(37.226)
Receita líquida dos serviços prestados	150.012	60.292	210.304

			2024
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	186.952	92.082	279.034
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(24.329)	(19.001)	(43.330)
Receita líquida dos serviços prestados	162.623	73.081	235.704

20. Abertura dos custos e despesas por natureza

	2025	2024
Custo de fretes terceirizados	(49.722)	(60.758)
Depreciação e amortização	(38.990)	(39.157)
Despesa com pessoal	(73.966)	(74.021)
Despesa com utilidades	(12.959)	(12.966)
Serviço de terceiros	(9.907)	(9.213)
Despesas processuais	(721)	(515)
Insumos	(5.989)	(5.839)
Seguros	(1.639)	(1.762)
Outras despesas	(2.725)	(2.349)
Total	**(196.618)**	**(206.580)**
Custo dos serviços prestados	(189.672)	(199.017)
Despesas gerais e administrativas	(6.880)	(7.093)
Despesas comerciais	(66)	(470)
Total	**(196.618)**	**(206.580)**

21. Outras receitas operacionais, líquidas	2025	2024
Recuperação de despesa	685	1.242
Outras receitas (despesas) operacionais	194	(20)
Total	**879**	**1.222**

22. Resultado financeiro líquido	2025	2024
Despesas financeiras		
IOF	(106)	(70)
Juros com partes relacionadas (Nota 24.b)	(1.094)	(1.094)
Juros sobre contas a pagar	(628)	(77)
Juros sobre arrendamentos	(13.745)	(5.196)
Outras despesas financeiras	(265)	(28)
Despesa financeira	**(15.838)**	**(6.465)**
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	13	1
Juros ativos	149	274
Rendimento de aplicações financeiras	1.561	1.515
Receita financeira	**1.723**	**1.790**
Resultado financeiro líquido	**(14.115)**	**(4.675)**

23. Despesa de imposto de renda e contribuição social – O imposto sobre o resultado da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota nominal, como a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	450	25.671
Imposto calculado à alíquota nominal (34%)	(153)	(8.728)
Participação dos administradores	–	(428)
Outras adições permanentes	(541)	(370)
Outras exclusões permanentes	–	187
Despesa de imposto de renda e contribuição social lançada no resultado do exercício	**(694)**	**(9.339)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.009)	(7.530)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.315	(1.809)
Total	**(694)**	**(9.339)**
Alíquota efetiva	154%	36%

24. Saldos e transações com partes relacionadas – As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os diretores. Em 2025, em decorrência da reestruturação societária descrita na Nota 1, a diretoria foi alocada a outra empresa do Grupo, portanto, a Companhia não efetuou pagamentos aos diretores em 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração ao pessoal-chave está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Salários e outros benefícios de curto prazo	–	712
Total	**–**	**712**

b) Empréstimos a pagar para partes relacionadas

	2025	2024
AGV Logística S.A.	11.969	17.874
Total	**11.969**	**17.874**

Em 23 de março de 2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento inicial em 23 de novembro de 2019 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2024, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 29 de agosto de 2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 6º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R$2.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2021 e incidência de juros de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31 de dezembro de 2026, conforme 5º aditivo celebrado em 14 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total a pagar era de R$ 11.969 (2024 – R$ 17.874), tendo sido provisionados os juros no montante de R$ 1.095 (2024 – R$ 1.094), conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. As movimentações com empréstimos de partes relacionadas e das despesas compartilhadas, estão demonstradas abaixo:

	Empréstimos	Cost Sharing	Total
Em 31 de dezembro de 2023	16.074	706	16.780
(+) Provisão de juros	1.094	–	1.094
Em 31 de dezembro de 2024	17.168	706	17.874
(+) Provisão de juros	1.095	–	1.095
(-) Pagamento	(7.000)	–	(7.000)
Em 31 de dezembro de 2025	11.263	706	11.969

b) Contas a pagar por aquisição de ações	2025	2024
AGV Logística S.A.	272	272
Total	**272**	**272**

Em 1º de setembro de 2017, foram adquiridas pela Companhia 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão e de titularidade da AGV Logística S.A., por R$272, para manutenção em tesouraria. **c) Antecipação de dividendos e dividendos a pagar**

	Antecipação de dividendos	Dividendos a pagar
Em 31 de dezembro de 2023	–	2.300
(-) Pagamento/Antecipação	–	(4.845)
(+) Constituição	–	3.879
Em 31 de dezembro de 2024	–	1.334
(+) Constituição	20.544	–
(-) Pagamento/Antecipação	(24.000)	–
Em 31 de dezembro de 2025 (a)	3.456	1.334

(a) Apresentado como antecipação de dividendos, no ativo circulante, a ser compensado com distribuição de dividendos aos acionistas em 2026. (a) Apresentado como antecipação de dividendos, no ativo circulante, a ser compensado com distribuição de dividendos aos acionistas em 2026. **25. Cobertura de seguros –** A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. Os estoques de terceiros em nosso poder são suportados por apólice anual de seguros contratada pela Companhia. Os valores/volumes são apurados anualmente na renovação da apólice. A Companhia também pode operar com o seguro do cliente, neste caso exige-se o certificado DDR (Dispensa do Direito de Regresso) que comprova a cobertura. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Diretoria

Mauricio Pires Motta
Matheus Trinca Fernandes

Contador

Fabio Soares de Oliveira – CRC nº 1SP 254.004/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
3PL Brasil Logística S.A. – Cajamar-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 3PL Brasil Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 13 de março de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027623/F
Antonio Humberto Barros dos Santos
Sócio Contador CRC SP-161745/O

nstech S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.759	6.557	191.992	144.607
Contas a receber	7	–	–	233.358	196.108
Estoques		–	–	904	1.464
Impostos a recuperar	8	1.932	2.498	7.274	19.989
Adiantamentos	9	220	15	4.694	8.896
Despesas antecipadas		675	4	9.058	6.096
Outros ativos		–	–	6.012	7.801
		22.586	**9.074**	**453.292**	**384.961**
Não circulante					
Aplicação financeira		–	–	821	849
Partes relacionadas		5.898	544	12	66
Depósitos judiciais	19	–	–	2.919	1.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	138	–	2.117	15.443
Outros ativos		–	–	184	359
Investimentos	10	1.348.443	1.259.794	619	2.753
Direito de uso	11	–	–	15.882	21.138
Imobilizado	12	–	–	25.660	25.632
Intangível	13	16.943	25.067	1.355.434	1.318.314
		1.371.422	**1.285.405**	**1.403.650**	**1.385.809**
Total do ativo		**1.394.008**	**1.294.479**	**1.856.940**	**1.770.770**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	14	831	255	63.328	50.842
Contas a pagar de combinação de negócios	15	–	–	39.101	80.439
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	94.232	26.534
Passivos de arrendamentos	11	–	–	3.859	7.886
Salários e encargos a pagar	17	–	–	89.972	79.558
Impostos e contribuições a recolher	8	16	7	12.801	12.780
Outras contas a pagar	18	21.020	66.535	62.280	78.505
		21.867	**66.797**	**365.573**	**336.544**
Não circulante					
Contas a pagar de combinação de negócios	15	–	–	60.399	59.025
Partes relacionadas		1.080	1.083	–	–
Empréstimos e financiamentos	16	35.027	–	49.438	88.786
Passivos de arrendamentos	11	–	–	14.201	15.114
Obrigações tributárias	8	–	–	1.955	2.871
Provisão de contingências	19	–	–	9.911	14.288
IRPJ e CSLL diferidos	20	5.758	8.440	–	28.484
Dividendos a pagar	18	97.780	–	98.981	–
Outras contas a pagar	18	–	–	20.942	7.105
		139.645	**9.523**	**255.827**	**215.673**
Patrimônio líquido					
Capital social	21	71.373	66.873	71.373	66.873
Reserva de capital	21	563.174	571.761	563.174	571.761
Ajuste de avaliação patrimonial		548.819	545.511	548.819	545.511
Reserva legal		698	698	698	698
Reserva de lucros		48.432	33.316	48.432	33.316
Acionistas não controladores		–	–	3.041	394
		1.232.496	**1.218.159**	**1.235.537**	**1.218.553**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.394.008**	**1.294.479**	**1.856.940**	**1.770.770**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

	Controladora								Consolidado		
	Capital social		Reserva de capital						Patrimônio líquido atribuível aos		
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de Avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**69.394**	**(12.618)**	**643.380**	**(2.218)**	**471.437**	**698**	**23.836**	**–**	**1.193.909**	**746**	**1.194.655**
Integralização e aumento de capital social	4.181	5.916	–	–	–	–	–	–	10.097	–	10.097
Ações em tesouraria	–	–	–	(71.932)	–				(71.932)	–	(71.932)
Reserva de benefício fiscal	–	–	(785)	–	–	–	–	–	(785)	–	(785)
Aquisição de participação de acionista minoritário	–	–	–	–	12.261	–	–	–	12.261	–	12.261
Instrumento de combinação de negócios	–	–	3.316	–	61.679	–	–	–	64.995	–	64.995
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	134	–	–	–	134	–	134
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	9.480	9.480	951	10.431
Perda de capital participação não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.303)	(1.303)
Destinação para reservas	–	–	–	–	–	–	9.480	(9.480)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**73.575**	**(6.702)**	**645.911**	**(74.150)**	**545.511**	**698**	**33.316**	**–**	**1.218.159**	**394**	**1.218.553**
Integralização e aumento de capital social	–	4.500	–	–	–	–	–	–	4.500	–	4.500
Ações em tesouraria	–	–	–	(8.587)	–	–	–	–	(8.587)	–	(8.587)
Cancelamento de ações em tesouraria	–	–	(82.737)	82.737	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(97.773)	–	(97.773)	–	(97.773)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	864	–	–	–	864	–	864
Mudança de percentual de participação em coligada/controlada	–	–	–	–	2.443	–	–	–	2.443	–	2.443
Ganho (perda) de capital na participação não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.201	1.201
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	112.889	112.889	1.446	114.335
Destinação para reservas	–	–	–	–	–	–	112.889	(112.889)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**73.575**	**(2.202)**	**563.174**	**–**	**548.818**	**698**	**48.432**	**–**	**1.232.496**	**3.041**	**1.235.542**

Demonstrações do Resultado do Exercício

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	23	–	–	1.155.978	952.467
Custo dos serviços prestados	24	–	–	(403.821)	(340.187)
Lucro bruto		**–**	**–**	**752.157**	**612.280**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas e marketing	24	–	(16)	(159.784)	(35.343)
Despesas administrativas	24	(907)	(3.786)	(193.650)	(259.147)
Amortização de ativos- aquisições	24	(8.124)	(8.180)	(62.146)	(113.488)
Outras despesas, líquidas	24	1	–	(2.473)	(17.308)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	24	–	–	(172.280)	(145.226)
Resultado de equivalência patrimonial	10	118.980	12.498	162	239
Lucro operacional		**109.949**	**516**	**161.985**	**42.007**
Receita financeiras	25	1.259	7.081	30.642	18.119
Despesas financeiras	25	(1.140)	(650)	(53.330)	(33.691)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**110.068**	**6.947**	**139.297**	**26.435**
IRPJ e CSLL correntes	20	–	(249)	(40.598)	(32.166)
IRPJ e CSLL diferidos	20	2.821	2.781	15.635	16.162
Lucro líquido do exercício		**112.889**	**9.480**	**114.335**	**10.431**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		112.889	9.480	112.889	9.480
Não controladores		–	–	1.447	951
		112.889	**9.480**	**114.335**	**10.431**
Quantidade de ações em milhares		68.922	70.124	68.922	70.124
Quantidade média de ações em milhares		69.624	69.650	69.624	69.650
Lucro por ação em Reais (básico e diluído)		1,55	0,18	1,57	0,19

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**112.889**	**9.480**	**114.335**	**10.431**
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	864	134	864	134
Ajustes de avaliação patrimonial				
Aquisição de participação de acionista minoritário	–	12.261	–	12.261
Instrumento patrimonial de combinação de negócios	–	61.679	–	61.679
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**113.752**	**83.554**	**115.199**	**84.505**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL		110.068	6.947	139.298	26.435
Ajustes ao lucro					
Depreciações	12	–	–	9.199	8.444
Amortizações	13	8.124	8.318	83.168	77.181
Amortizações de direito de uso	11	–	–	8.168	2.747
Baixa do ativo imobilizado e intangível	12/13	–	–	–	46.916
Provisão para contingências	19	–	–	(4.377)	(1.455)
Perdas (ganhos) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	–	–	9.718	6.519
Impairment	13	–	–	–	54.956
Juros sobre contratos de arrendamentos	11	–	–	2.135	2.148
Juros passivos sobre contratos de empréstimos	16	(414)	–	17.083	8.103
Juros passivos s/ combinação de negócios	15	–	–	17.415	5.828
Perda remensuração de investimentos em aquisição de controladas (ágio)	10	–	–	–	24.416
Perda em operação de swap		–	–	(1.831)	–
Equivalência patrimonial	10	(118.980)	(12.498)	(162)	(239)
Variações nos ativos:					
Contas a receber	7	–	–	(46.968)	(59.239)
Partes Relacionadas		(5.357)	(470)	54	(50)
Estoques		–	–	560	(163)
Impostos a recuperar	8	566	(462)	12.716	(5.962)
Adiantamentos	9	(204)	(15)	4.202	(2.087)
Despesas antecipadas		(671)	244	(2.962)	(3.319)
Depósitos judiciais	19	–	–	(1.664)	(582)
Outros ativos		–	–	7.205	(2.838)
Variações nos passivos:					
Fornecedores	14	576	221	12.432	(14.973)
Partes relacionadas		–	–	–	(8)
Salários e encargos a pagar	17	–	–	9.107	12.565
Obrigações tributárias	20	(130)	(80)	(21.331)	7.738
Outros passivos	18	(42.195)	(8.066)	(24.157)	9.498
		(48.618)	**(5.861)**	**229.008**	**202.579**
Pagamentos de juros sobre empréstimos	16	–	–	(12.501)	(4.729)
IRPJ e CSLL pagos		–	(248)	(20.001)	(33.581)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais das atividades de investimento		**(48.618)**	**(6.109)**	**196.506**	**164.269**
Caixa inicial decorrente da combinação de negócios		–	–	18.495	361
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	–	–	(75.643)	(39.234)
Aquisição de participação de controladas	15	–	–	(90.153)	(109.050)
Aplicações financeiras		–	–	28	(13)
Recebimento de dividendos		76.891	98.056	–	–
Aumento de capital em controladas		–	(26.087)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	21	(46.426)	(32.127)	–	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento das atividades de financiamento		**30.466**	**39.842**	**(147.273)**	**(147.936)**
captação de empréstimos e financiamentos	16	35.027	–	45.027	110.838
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	414	–	(21.259)	(24.309)
Pagamento de passivos de arrendamentos	11	–	–	(9.092)	(7.631)
Pagamento de juros de aquisição de participação de controladas	15	–	–	(12.437)	(6.880)
Juros sobre recompra de ações	21	(8.587)	–	(8.587)	–
Aquisição de ações em tesouraria		–	(35.932)	–	(35.932)
Integralização e aumento do capital social	21	4.500	5.916	4.500	5.916
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**31.354**	**(30.016)**	**(1.848)**	**42.002**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**13.202**	**3.717**	**47.385**	**58.335**
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do período	6	6.557	2.840	144.607	86.272
No final do período	6	19.759	6.557	191.992	144.607

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A nstech S.A. ("nstech", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo. A nstech e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de soluções tecnológicas voltadas à gestão, integração e monitoramento do transporte de cargas. O modelo de negócios do Grupo é predominantemente estruturado em receitas recorrentes oriundas de contratos de licenciamento de software (SaaS), bem como receitas transacionais e de serviços tecnológicos associados. As soluções do Grupo incluem funcionalidades de gestão de transporte (TMS), monitoramento e gerenciamento de riscos, *compliance* e processamento de transações, disponibilizadas por meio de arquitetura tecnológica modular, com integração entre sistemas e compartilhamento estruturado de dados. A Companhia vem avançando em um processo contínuo de integração tecnológica e padronização de suas soluções no âmbito de iniciativa estratégica denominada TNS – *Transportation Network System*, que tem por objetivo estruturar um ambiente digital integrado para conexão dos participantes da cadeia logística. O Grupo atua principalmente no Brasil e mantém presença internacional, incluindo a controlada Log Risk, S. de L.V. de C.V., no México, observando as práticas de governança corporativa e conformidade regulatória aplicáveis às jurisdições em que opera. A estratégia operacional contempla a integração progressiva das soluções adquiridas, padronização das bases de dados e modernização da infraestrutura tecnológica, com foco em eficiência operacional e escalabilidade. **Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 – Combinações de negócios:** As aquisições descritas abaixo estão alinhadas à estratégia de expansão do portfólio de soluções e fortalecimento da atuação do Grupo no setor de tecnologia aplicada ao transporte e logística. **(i) Aquisição de controle da Gasola Serviços de Internet S.A. ("Gasola"):** Em 30 de junho de 2025, a controlada Buonny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 100% das ações da Gasola Serviços de Internet S.A., tendo o fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Gasola atua no desenvolvimento, exploração, licenciamento e comercialização de software para gestão e automatização de abastecimento de combustíveis. **(ii) Aquisição de controle da Runtec Informática Ltda. ("Runtec"):** Em 30 de outubro de 2025, a controlada Buonny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda. celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição de 100% das quotas da Runtec Informática Ltda., com fechamento da transação ocorrido na mesma data. A Runtec atua no desenvolvimento, exploração e comercialização de softwares voltados ao monitoramento da cadeia logística de entregas. **Reorganização societária:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas reorganizações societárias entre entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, com o objetivo de simplificação estrutural, redução de custos administrativos e ganho de eficiência operacional. O critério utilizado para avaliação das entidades incorporadas foi o valor contábil do patrimônio líquido, conforme registrado nos balanços patrimoniais levantados na data-base indicada nos respectivos Laudos de Avaliação, aprovados nas alterações contratuais correspondentes. **(i)** ***Incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda.:*** Em 31 de março de 2025, foi aprovada a incorporação da Log.One Tecnologia da Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R$ 1.146, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. ***(ii) Incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda.:*** Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da ATUA Sistemas de Informação Ltda., de acordo com o laudo de avaliação a valor contábil, o patrimônio líquido representava R$ 15.896, sendo a KMM Soluções Tecnológicas Ltda. a incorporadora. ***(iii)*** **Incorporação da GBM Malha Norte Ltda., GBM Malha Sul Ltda.:** Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da GBM Malha Norte Ltda. e da GBM Malha Sul Ltda., que apresentavam, respectivamente, patrimônio líquido de R$ 320 e R$ 385 na data-base do laudo de avaliação, sendo a GBM Consultoria e Tecnologia Ltda. a incorporadora. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que estabeleceu a regulamentação inicial da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo institui um Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual"), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência subnacional, os quais substituirão tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a bens e serviços definidos em lei. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026, com período de transição em que coexistirão o sistema atual e o novo modelo. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e monitora eventuais impactos à medida que as normas se tornem suficientemente detalhadas para mensuração. Com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram reconhecidos efeitos nos relatórios individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em 21 de novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade do Grupo. As principais práticas contábeis (Nota 2.5) aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 07 de abril de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos gerados em transações de combinações de negócios e instrumentos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto operações de arrendamento mercantil e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar ou valor em uso. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base na sua respectiva moeda funcional, que é o Real. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer outra moeda que não a moeda funcional (R$), são registadas às taxas de câmbio vigentes na data da transação. No final de cada exercício, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes no final do exercício. Itens não monetários registrados pelo valor justo denominado em moeda estrangeira são convertidos às taxas vigentes na data na qual o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transação. Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **2.5 Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações nos elementos de controle mencionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor de custo. **Participação de não controladores:** A Companhia adotou como prática mensurar a participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não há controladas direta ou indiretas que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores. **Estrutura societária:** A seguir são apresentadas as principais aquisições realizadas pela Companhia no exercício, por meio de suas controladas diretas, as quais resultaram na ampliação de sua estrutura societária e na consolidação de novas empresas ao grupo:

Estrutura Organizacional (Controladas)	Denominação	Atividade principal	Participação 31/12/2025		Participação 31/12/2024	
ATSLOG Tecnologia Ltda.	ATSLOG	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	100,00%	Direta	100,00%
BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda.	BGM	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	100,00%	Direta	100,00%
BPS Tecnologia de Segurança Ltda.	BPS	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Brasil Risk Gerenciamento de Riscos Ltda.	BRK	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Buonny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda.	Buonny	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
CHP Soluções Ltda.	Trafegus	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Mag Editora e Promotora de Eventos Ltda.	Mag Editora	Mídia	Direta	100,00%	Direta	100,00%
nstech FS Ltda.	nstech FS	Gestão de empresas	Direta	96,40%	Direta	96,40%
nstech GR Ltda.	nstech GR	Gestão de empresas	Direta	100,00%	Direta	100,00%
nsteck MK Ltda.	nsteck MK	Gestão de empresas	Direta	92,67%	Direta	92.67%
Onisys na Estrada Software S.A.	Onisys	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Opentech Sistemas de Gerenciamento de Riscos Ltda.	Opentech	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Trizy Tecnologia em Logística Ltda.	Trizy	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	92,66%	Direta	92,66%
Atua Sistemas Ltda. (d)	Atua	Desenvolvimento e implantação de software	–	–	Indireta	100,00%
Btrans Informática Ltda.	Btrans	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
CT6 Tecnologia Ltda.	Comprovei	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
DATAMEX Tecnologia da Informação Ltda.	DATAMEX	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
nspedágio Soluções para Pedágio Ltda.	nspedágio	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. (g)	Frete Rápido	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	70,00%	–	–
Fusion Software e Serviços Ltda.	Fusion	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
GBM Consultoria & Tecnologia Ltda. (a)	GBM Consultoria	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

nstech S.A.

Estrutura Organizacional (Controladas)	Denominação	Atividade principal	Participação 31/12/2025		Participação 31/12/2024	
GBM Logística Sudeste Ltda.	GBM Logística	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
GBM Malha Norte Ltda. (a)	GBM Malha Norte	Desenvolvimento e implantação de software	–	–	Indireta	100,00%
GBM Malha Sul Ltda. (b)	GBM Malha Sul	Desenvolvimento e implantação de software	–	–	Indireta	100,00%
Gridnet Tecnologia Ltda.	Gridnet	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Hivelog Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	Hivelog	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
KMM Soluções Tecnológicas S.A.	KMM	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log Risk, S. de L.V. de C.V.	Log Risk	Gerenciamento de riscos	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log.one Tecnologia da Informação Ltda. (e)	Log.one	Desenvolvimento e implantação de software	–	–	Indireta	100,00%
NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda.	NS Kote	Marketplace	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Qualp Portal de Internet Ltda.	Qualp	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
RoutEasy Serviços de Assessoria Logística S.A.	RoutEasy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Signa Consultoria e Sistemas Ltda.	Signa	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Tecchapeco Sistemas Ltda.	Multisoftware	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
nstech IP Instituição de Pagamento S.A.	nstech IP	Pagamento eletrônico (e-frete)	Indireta	93,87%	Indireta	93,87%
Gasola Serviços de Internet S.A. (c)	Gasola	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	
Runtec Informática Ltda. (f)	Runtec	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	
Iamtech Tecnologia da Informação Ltda.	Iamtech	Averbação eletrônica	Indireta	50%	Indireta	50,00%

(a) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Norte Ltda. (b) Na mesma data, 30 de junho de 2025, a nstech, também por meio de sua controlada GBM Consultoria e Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da GBM Malha Sul Ltda. (c) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Buonny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Gasola Serviços de Internet S.A. (d) Em 31 de maio de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Atua Sistemas Ltda. (e) Em 30 de junho de 2025, a nstech, por meio de sua controlada KMM Tecnologia Ltda., incorporou 100% do capital social da Log One Tecnologia Ltda. (f) Em 31 de outubro de 2025, a nstech, por meio de sua controlada Buonny Projetos e Serviços Ltda., adquiriu 100% do capital social da Runtec Informática Ltda. (g) A Frete Rápido Desenvolvimento De Tecnologia Logística S.A., do qual a nstech exerceu, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o direito de opção de compra da participação societária de out outros acionistas no percentual de 40%, adicionada com a opção exercida no exercício de 2024, totalizando então, 70%, o que a coloca na condição de controlada. O valor da opção exercida totaliza R$ 7.5. **2.6 Resumo das principais políticas contábeis: a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros: Classificação:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes – Nota 7. • Perda por redução do valor recuperável (*impairment*) – Nota 13. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia, para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no mesmo grupo de contas. Uma análise da idade do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser data ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuírem contas a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, como também quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de gerenciar sua exposição aos riscos de mercado, especialmente aqueles decorrentes de variações nas taxas de juros e de câmbio. Esses instrumentos incluem, quando aplicável, contratos de câmbio a termo, opções e swaps, sendo que, de forma geral, o Grupo opera com derivativos do tipo swap relacionados a operações de natureza 4131, sem a aplicação de contabilidade de hedge (hedge accounting). Os instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data de contratação e, subsequentemente, remensurados ao valor justo ao final de cada período de reporte. As variações no valor justo, influenciadas principalmente por mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e demais variáveis de mercado, são reconhecidas diretamente no resultado do período. O valor justo dos derivativos reflete, entre outros fatores, a marcação a mercado (mark-to-market) desses instrumentos na data-base das demonstrações financeiras. Os derivativos com valor justo positivo são reconhecidos como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são reconhecidos como passivos financeiros. A baixa desses instrumentos ocorre quando os direitos contratuais expiram ou quando os contratos são liquidados. Para fins de apresentação, os derivativos são classificados como ativos ou passivos circulantes ou não circulantes com base no prazo remanescente de vencimento. São classificados como não circulantes aqueles com liquidação prevista superior a 12 meses e para os quais não se espera realização ou liquidação no curto prazo; os demais são classificados no circulante. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, devido às estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que Companhia espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva original. **d) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **e) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas e receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Em relação as controladas estas são as taxas fiscais para os bens do ativo imobilizado:

Classe	Período
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 – 5 anos

Os métodos, taxas e vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente, ou quando qualquer evidência de deterioração do valor for identificada antes do período de um ano, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **g) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia teve a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h) Perda por redução do valor recuperável (*impairment*):** A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de *impairment* de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos. A Companhia baseia seu cálculo de *impairment* nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que neste caso são os grupos empresariais adquiridas pela nstech, ou seja, as UGCs são as empresas às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 10 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano. As perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. Para os ativos não financeiros, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data e balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por *impairment* anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, a companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para *impairment* no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por *impairment* relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado um *impairment*, nas demonstrações financeiras consolidadas, devido ao valor recuperável menor que o valor contábil do ágio registrado na aquisição da nstech IP, identificado através do teste de *impairment* anual. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **j) Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **k) Combinação de negócios:** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (compra vantajosa). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e que se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **l) Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Receita de risk monitoring e background check:** As receitas de *risk monitoring* e *brackground check* compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento, que transferem aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes às notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita fintech:** As receitas auferidas pela controlada IPC Administração SA: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e *Supply Chain* e • Plataforma online de formação logística. **m) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **n) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos corrente:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (i.e., diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, enquanto os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos são reconhecidos na medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. O ativo fiscal diferido é inte-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **nstech S.A.**

gralmente apresentado no ativo não circulante, independente da expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo valor líquido. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social de determinadas controladas, que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de receita	% presumido
Serviços	32%
Vendas	8%
Receitas financeiras	100%
Outras receitas	100%

A Log Risk, sediada no México, possui dois tipos de impostos: o imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. **2.6.1 Adoção de normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas: 2.6.1.1 Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025:** No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("*International Accounting Standards Board – IASB*") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21	Alterações no tratamento nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.	01/01/2025
Alterações ao CPC 37 (R1)/IFRS 1	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS28	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto inicial das normas internacionais de contabilidade.	01/01/2025
Alterações ao ICPC 09 (R3)/IAS27/28/ IFRS 10/11	Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e método de equivalência patrimonial.	01/01/2025
Alterações ao OCPC 10	OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações apresentadas nestas demonstrações financeiras. **2.6.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alteração aos CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 (R1)/IFRS 7	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
Alteração à IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	01/01/2027
Alteração ao CPC 26 (R1)/ IFRS 18	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras	01/01/2027

Atualmente, a Administração está efetuando uma avaliação dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Estimativas e premissas contábeis significativas** – A Companhia segue os preceitos estabelecidos no IAS 8 como base para a elaboração de suas políticas contábeis, assim como métricas de mercado, seja por meio de dados públicos, como índices divugados por órgãos de relevância, incluindo o Banco Central (BACEN), B3, Receita Federal e demais institutos ou autarquias cuja relevância e credibilidade é amplamente reconhecida pelo mercado. Adicionalmente, para temas cujos modelos precisam ser elaborados, a nstech utiliza benchmarking de mercado, dentro da indústria na qual atua, ou ainda, através da literatura técnica disponível, o que se incluem artigos técnicos publicados sobre o crivo de Instituições reconhecidas. . As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são os seguintes: **a) Mensuração dos instrumentos financeiros:** O Grupo mensura seus ativos financeiros ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de "inputs" que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na Nota 4, são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido com base em dados observáveis em mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia. Quando possível, os dados utilizados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para determinar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. **b) Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes:** O Grupo, para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 7. **c) Determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem a experiência histórica e as expectativas sobre o futuro das condições do setor de construção civil no Brasil e no exterior e das suas operações. O Grupo calcula a depreciação utilizando o método linear. Ao final do exercício, a Companhia revisou as vidas úteis estimadas (Nota 2.6e) dos itens significativos do ativo imobilizado, e não identificou mudanças significativas. **d) Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. **e) Determinação da taxa de desconto incremental utilizada na mensuração das obrigações com arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa de juros implícita no arrendamento. As taxas de desconto incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda a estrutura de capital da Companhia e as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato. **f) Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** Quando aplicável, as provisões para perdas em processos judiciais contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada possível ou remota. Uma provisão para perda em processos judiciais é reconhecida quando a perda for considerada provável e o montante puder ser confiavelmente estimado. Processos judiciais e outras obrigações similares serão liquidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Normalmente, a ocorrência desses eventos não é de controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a uma variedade de graus de incerteza legal e interpretativa, requerendo que a Administração faça estimativas significativas e exerça julgamentos. **g) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia. As divulgações associadas a estes temas estão incluídas na Nota 15. **h) Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar:** O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisto ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributáveis suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 20).

Diretoria

Vasco Carvalho Oliveira Neto – Diretor Presidente

Eduardo Romeu Ferraz – Diretor Financeiro

Contador

Rodrigo Moralez – CRC SP 244.417/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
nstech S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da nstech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP 168.728/O-4

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Adonai Química S.A.

CNPJ nº 02.703.755/0001-88

Relatório Anual da Administração

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS).

São Paulo, 16 de abril de 2026. **A Diretoria.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante		**8.667**	**19.143**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.858	14.145
Clientes	5	4.707	4.303
Estoque		366	244
Tributos a recuperar		462	–
Outros créditos		519	443
Despesas antecipadas		755	8
Não circulante	8	**323.755**	**341.207**
Partes relacionadas	6	4.757	4.757
Depósitos judiciais	15	3.491	3.036
Imobilizado	7	3.142	3.193
Intangível	8	312.365	330.221
Total do ativo		**332.422**	**360.350**
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**2025**	**2024**
Circulante		**63.875**	**56.062**
Empréstimos e financiamentos	9	9.665	18.643
Fornecedores	10	2.524	7.952
Obrigações trabalhistas	11	2.593	2.422
Obrigações tributárias	11	1.132	5.258
Contas a pagar	12	968	11.514
Dividendos a pagar	16.4	45.095	8.286
Compromisso com poder concedente	13	1.898	1.988
Não circulante		**58.035**	**61.552**
Empréstimos e financiamentos	9	4.444	13.461
Partes relacionadas	14	33.300	28.700
Provisão para contingências	15	6.913	6.187
Contas a pagar	12	250	418
Compromisso com poder concedente	13	13.128	12.786
Patrimônio líquido	16	**210.512**	**242.737**
Capital social		165.191	150.000
Reservas de lucros		13.621	61.037
Adiantamento para futuro aumento de capital		31.700	31.700
Total do passivo e patrimônio líquido		**332.422**	**360.350**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	17	**112.994**	**150.714**
(–) Custo de prestação de serviços	18	(60.315)	(63.555)
(=) Lucro bruto		**52.679**	**87.159**
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	19	(30.960)	(26.465)
Outras receitas/(despesas) operacionais	20	1.904	(1.529)
		(29.056)	**(27.995)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**23.623**	**59.164**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	21	(5.618)	(8.224)
Receitas financeiras	21	1.233	2.020
Variações cambiais líquidas	21	497	303
		(3.888)	**(5.901)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**19.735**	**53.263**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	23.a	(6.865)	(18.377)
		(6.865)	**(18.377)**
(=) Lucro líquido do exercício		**12.870**	**34.886**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**12.870**	**34.886**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**12.870**	**34.886**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a integralizar	AFAC – Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**150.000**		**–**	**3.434**	**4.397**	**26.605**	**–**	**184.436**
Integralização de capital social	–	–	–	–	–	–		–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	31.700					**31.700**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	34.886	**34.886**
Constituição de reservas	–	–	–	1.744	2.486	–	(4.230)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(8.286)	**(8.286)**
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	–	22.370	(22.370)	**–**
Juros s/Capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**150.000**	**–**	**31.700**	**5.178**	**6.883**	**48.976**	**–**	**242.737**
Integralização de capital social	15.535	(344)	–	–	–	–	–	15.191
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	12.871	12.871
Constituição de reservas	–	–	–	644	917	–	(1.561)	–
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	–	8.253	(8.253)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(3.057)	(3.057)
Dividendos adicionais ano anterior	–	–	–	–	–	(48.976)	–	(48.976)
Dividendos do ano atual	–	–	–	–	–	(8.253)	–	(8.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**165.535**	**(344)**	**31.700**	**5.822**	**7.800**	**–**	**–**	**210.512**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Das atividades operacionais	**2025**	**2024**
Lucro líquido antes das provisões tributárias	**19.735**	**53.264**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	17.989	15.307
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	4.241	175
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	3.601	5.707
Provisão/(estorno) para demandas judiciais	725	2.169
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	–	–
Ajuste a valor presente compromisso poder concedente	1.429	1.387
Atualização Contrato de Arrendamento	(747)	(644)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(404)	2.365
Estoque	(122)	18
Tributos a recuperar	(462)	1.948
Outros créditos	(75)	(94)
Despesas antecipadas	(747)	114
Depósitos Judiciais	(455)	(540)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(5.427)	(39)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.422)	(3.668)
Outras contas a pagar	(10.713)	2.259
Compromisso com poder concedente	(1.176)	(1.001)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**24.970**	**78.727**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.399)	(17.559)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**16.571**	**61.168**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(3.599)	(28.744)
Venda de Imobilizado	23	130
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.576)**	**(28.614)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(21.596)	(27.055)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	–	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(21.596)**	**(27.055)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	31.700
Conta corrente captados ou recebidos	4.600	(7.201)
Distribuição de dividendos	(8.286)	(22.640)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos com acionistas	(3.686)	**1.859**
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	**(12.287)**	**7.358**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.145	6.787
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.858	14.145
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(12.287)**	**7.358**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Adonai Química S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua Sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, Sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 Sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de concorrência nº 27/97 proposta nº 24, celebrado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela APS. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do APS nº 1272 realizada em 19 de abril de 2007. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação contempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.500,00 m3, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 nº 60, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade estática instalada de 106.900m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 16 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada na liquidação de créditos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas contábeis no resultado. **3. Sumário das principais políticas contábeis: a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante da Autoridade Portuária de Santos – APS (antiga CODESP). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – ativo imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e) Intangível:** A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão, a Companhia considera que não há consonância entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão) e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 – ativo intangível. **f) Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura:** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. **g) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **h) Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **i) Outorga a. Outorga - contribuição fixa:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$ 146 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% aa. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **b. Outorga - contribuição variável:** A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária vigente e pelo período de atracação dos navios no berço. **j) Tributação Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: **• Imposto Sobre Serviços (ISS):** alíquota de 5%; **• Programa de Integração Social (PIS):** alíquota 1,65%; **• Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS):** alíquota de 7,6%. **Impostos sobre o lucro:** Para os exercícios de 2025 e 2024 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **k) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: **• Ativos contingentes**: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **l) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **m) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n) Instrumentos financeiros Ativo financeiro Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) 1 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais: • A Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • A Sociedade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; • Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **• Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11** - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **• IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; **• Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. **p) Impactos da Reforma Tributária - Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: **• CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; **• IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; **• Imposto Seletivo (IS):** Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; **• Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Ø Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto** A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº5 sobre PECLD de contas a receber, nº 6 tributos a recuperar, nº 10 vida útil do ativo imobilizado e nº 17 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa	8	9
Bancos	128	7
Aplicações financeiras (1)	1.722	14.129
	1.858	**14.145**

(1) O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, que rendem em média 101 a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Adonai Química S.A.

5. Clientes:

	2025	2024
Clientes	4.707	4.303
	4.707	**4.303**

A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2025	2024
A vencer	2.759	3.984
Vencidos até 30 dias	1.948	–
Vencidos de 1 a 120 dias	–	319
	4.707	**4.303**

6. Partes relacionadas: São reportadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado. **Contas Correntes ativos:**

Descrição	Prazo	2025	2024
Fca Com. Ext. e Logística Ltda. **(1)**	Indeterminado	4.757	4.757
		4.757	**4.757**

(1) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. **Remuneração da Administração** Em 2025 e 2024, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore:

	2025	2024
Remuneração da Administração	803	826
	803	**826**

7. Imobilizado:	Período de depreciação	2025	2024
Computadores e periféricos	5 anos	4.046	3.599
Móveis e utensílios	10 anos	1.462	1.384
Veículos	5 anos	151	149
Instalações	10 anos	1.098	984
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	356	356
Máquinas e equipamentos	5 anos	2.293	2.057
Ferramentas	10 anos	18	166
Subtotal custo do ativo imobilizado		**9.424**	**8.696**
Depreciação acumulada	–	(6.282)	(5.503)
Ativo imobilizado líquido		**3.142**	**3.193**

7.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Custo – 2025	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Computadores e periféricos	3.600	176	(3)	273	4.046
Máquinas e Equipamentos	2.057	236	–	–	2.293
Móveis e utensílios	1.384	76	(3)	5	1.462
Veículos	149	2	–	–	151
Instalações	984	72	–	42	1.098
Ferramentas	166	18	–	(166)	18
Benfeitoria em imóveis de 3°	356	–	–	–	356
	8.696	580	**(6)**	**154**	**9.424**

Custo – 2024	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Computadores e periféricos	3.316	290	(1)	(5)	3.600
Máquinas e Equipamentos	262	150	–	1.645	2.057
Móveis e utensílios	1.029	288	(1)	68	1.384
Veículos	501	3	–	(355)	149
Instalações	40	8	–	936	984
Ferramentas	3	163	–	–	166
Benfeitoria em imóveis de 3°	356	–	–	–	356
	5.507	**902**	**(2)**	**2.289**	**8.696**

7.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

Depreciação – 2025	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Computadores e periféricos	(2.171)	(584)	3	–	(2.752)
Máquinas e Equipamentos	(1.737)	(56)	–	–	(1.793)
Móveis e Utensílios	(558)	(115)	1	(1)	(673)
Veículos	(116)	(4)	–	–	(120)
Instalações	(886)	(15)	–	5	(896)
Ferramentas	(3)	(15)	–	16	(2)
Amortização Imóveis de 3°	(32)	(14)	–	–	(46)
	(5.503)	**(803)**	**4**	**20**	**(6.282)**

Depreciação – 2024	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Computadores e periféricos	(1.656)	(522)	1	6	(2.171)
Máquinas e Equipamentos	(71)	(35)	–	(1.631)	(1.737)
Móveis e Utensílios	(387)	(107)	–	(64)	(558)
Veículos	(469)	(2)	–	355	(116)
Instalações	(5)	(10)	–	(871)	(886)
Ferramentas	–	(3)	–	–	(3)
Amortização Imóveis de 3°	(18)	(14)	–	–	(32)
	(2.606)	**(693)**	**1**	**(2.205)**	**(5.503)**

8. Intangível:	Período de amortização	2025	2024
Licença de uso/ software	5 anos	1.793	1.217
Direitos de exploração – Concessão	24,5 anos	21.443	19.667
Bens de concessão	24,5 anos	456.187	433.676
Instalações – Concessão	10 anos	450	70
Máquinas e Equipamentos – Concessão	10 anos	4.982	4.623
Computadores e Periféricos – Concessão	5 anos	24	24
Veículos – Concessão	5 anos	355	355
Móveis e Utensílios – Concessão	10 anos	83	85
Projetos de TI em andamento	–	23	1.175
Bens de concessão em andamento – Concessão	–	327	24.779
Subtotal custo do ativo intangível		**485.667**	**485.671**
Amortização acumulada	–	(173.302)	(155.450)
Ativo intangível líquido		**312.365**	**330.221**

8.1. Movimentação do custo do Intangível

Descrição	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Licença de Uso/Software	1.217	295	–	281	1.793
Direitos de arrendamento – Concessão	37.909	1.580	–	–	39.489
(–) AVP – Direito de Arrendamento	(18.242)	(832)	1.029	–	(18.045)
Benf. área Arrend. de terceiros – Concessão	433.676	914	(4.636)	26.233	456.187
Instalações – Concessão	70	–	–	380	450
Máquinas e Equipamentos – Concessão	4.623	193	–	166	4.982
Computadores e Equip. Eletrônicos – Concessão	24	–	–	–	24
Móveis e utensílios – Concessão	85	–	–	(2)	82
Veículos	355	–	–	–	355
Projeto TI em andamento	1.175	609	–	(1.761)	23
Bens em Concessão em andamento	24.779	1.006	(8)	(25.450)	327
Total	**485.671**	**3.765**	**(3.615)**	**(153)**	**485.667**

8.2. Movimentação da amortização do Intangível

	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
(–)Licença de Uso/Software	(894)	(210)	–	–	(1.104)
(–)Benf. Área arrend. Terceiros – Concessão	(142.692)	(16.211)	383	–	(158.520)
(–)Instalações – Concessão	(3)	(10)	–	(5)	(18)
(–)Maq. e Equipamentos – Concessão	(4.404)	(34)	–	(16)	(4.454)
(–)Maq. Computadores e Eq. Eletrônicos – Concessão	(24)	–	–	–	(24)
(–)Móveis e utensílios – Concessão	(56)	(2)	–	1	(57)
(–)Veículos	(355)	–	–	–	355
(–)Direito de Exploração – Concessão	(7.022)	(1.748)	–	–	(8.770)
Total	**(155.450)**	**(18.215)**	**383**	**(20)**	**(173.302)**

9. Empréstimos e financiamentos:	Prazo inicial	2025	2024
Finame Safra **(1)**	60 meses	146	640
Financiamento ROF 4131 – 1030 **(2)**	16 meses	–	8.435
Financiamento BTG 68/22 (3)	60 meses	13.963	23.029
Total		**14.109**	**32.104**
Circulante		9.665	18.643
Não circulante		4.444	13.461

(1) Financiamento por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) BNDES para aquisição de sistema de carregamento de combustíveis, com taxa de juros SELIC - juros de 4,99% a.a., acima da taxa média SELIC acumulada, apurada pelo BACEN, 60 meses de prazo para pagamento e um ano de carência para principal; **(2)** Financiamento por meio do banco Santander Operação 4131/1030 no valor de R$ 44.000 a ser pago em 16 prestações com vencimentos trimestrais, iniciando a primeira em 12/11/2021 e a última em 23 de julho de 2025 com taxa flutuante juros equivalentes à taxa CDI + 2,25408% ao ano.; **(3)** Financiamento por meio do banco BTG Pactual S.A., no valor de R$ 40.000 a ser pago em 9 parcelas com vencimentos semestrais, iniciando a primeira em 28/03/2023 e a última em 29 de março de 2027 com taxa flutuante juros equivalentes à CDI, para investimentos na Bacia 8.

9.1. Garantias:

Item	Instituição financeira	Garantias
(1)	BNDES	Alienação fiduciária
(2)	Santander	*Standby Letter of Credit*
(3)	BTG	Avalistas

9.2. Covenants Financeiros A Companhia possui covenants financeiros relacionados Cédula de Crédito Bancário CCB68/22 que exigem a manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado dentro dos limites contratuais: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Emitente ≤ 2,5x, a partir de 2022; Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Avalista ≤ 3,5x (a partir de 2023) e ≤ 2,5x (a partir de 2024). O não cumprimento desses indicadores pode implicar o vencimento antecipado da dívida, conforme previsto contratualmente. A Companhia monitora regularmente tais indicadores e, na data-base destas demonstrações financeiras, encontra-se em conformidade com os referidos covenants.

Descrição	2025	2024
Lucro/Prejuízo Líquido	12.870	34.886
(+) Tributos sobre o lucro	6.865	18.377
(+) Resultado financeiro	3.888	5.901
(+) Amortizações e Depreciações Operacionais	17.988	15.307
EBITDA	**41.611**	**74.471**

Cálculo da Dívida Líquida e Índice

Descrição	2025
Dívida Bruta	15.792
Dívida Líquida	**13.963**
EBITDA	41.611
Dívida Líquida / EBITDA	**0,34x**

O índice Dívida Líquida/EBITDA apurado em 31 de dezembro de 2025 foi de **0,34x**, portanto **substancialmente inferior ao limite contratual de 2,5x**, evidenciando ampla folga financeira em relação ao covenant estabelecido. Dessa forma, a Companhia encontra-se **em plena conformidade com os covenants financeiros** previstos contratualmente. Observa-se que o EBITDA apresentou redução no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado ao exercício anterior, refletindo, principalmente, a diminuição do resultado líquido no período. Ainda assim, a Companhia mantém nível de alavancagem bastante conservador.

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante

Descrição	2025	2024
2026	–	9.017
2027	4.444	4.444
Subtotal – passivo não circulante	**4.444**	**13.461**

10. Fornecedores:

Descrição	2025	2024
Fornecedores nacionais	2.524	7.952
	2.524	**7.952**

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 1 ano. A abertura por vencimento do saldo a pagar encontra-se demonstrado a seguir:

	2025	2024
A vencer até 30 dias	2.179	3.195
A vencer até 60 dias	92	838
A vencer até 90 dias	–	799
A vencer até 120 dias	–	791
A vencer mais de 120 dias	–	2.097
Vencidos	**253**	**232**
	2.524	**7.952**

11. Obrigações tributárias e trabalhistas:	2025	2024
Provisão para férias e encargos	1.867	1.819
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	555	467
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	139	136
Outros	32	–
Total obrigações trabalhistas – circulante	**2.593**	**2.422**
Impostos sobre Serviço (ISS)	485	802
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	277	693
INSS Retido na Fonte a Recolher	37	32
Programa de Integração Social (PIS)	60	150
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	187	187
PIS/COFINS/CSLL Retido	58	50
Parcelamentos Federais	–	1.418
Parcelamento Municipal	–	855
IRPJ/CSLL a Recolher	–	1.071
Outros	28	–
Total obrigações tributarias – circulante	**1.132**	**5.258**
Total circulante	3.725	7.680
Total não circulante	–	–
Total obrigações trabalhistas e tributárias	**3.725**	**7.680**

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos:

Descrição	2025	2024
2025	–	68
(=) Parcelamento PIS	**–**	**68**
2025	–	312
(=) Parcelamento COFINS	**–**	**312**
2025	–	822
(=) Parcelamento IRPJ	**–**	**822**
2025	–	216
(=) Parcelamento CSLL	**–**	**216**
2025	–	855
(=) Parcelamento ISS	**–**	**855**
(=) Total Parcelamentos	**–**	**2.273**

12. Contas a pagar:	2025	2024
Aluguéis a pagar	11	16
Seguros a pagar	13	11
Outras contas diversas	944	11.486
Total circulante	**968**	**11.513**
Indenizações a pagar	250	418
Total não circulante	**250**	**418**
Total	**1.218**	**11.931**

13. Compromisso com o poder concedente:	2025	2024
APS (Antiga Codesp) – contribuição (1)	143	318
Contribuição – outorga	30.718	30.887
(–) Ajuste à valor presente	(15.835)	(16.431)
	15.026	**14.774**
Circulante	1.898	1.988
Não circulante	13.128	12.786

(1) A contribuição a APS refere-se aos custos de movimentação, **á**gua, energia elétrica e tarifas portuárias.

14. Partes relacionadas:

Contas Correntes passiva	2025	2024
Concais S.A. (1)	33.300	28.700
	33.300	**28.700**

(1) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. **15. Provisão para demandas judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão.

	2025	2024
Trabalhistas	3.759	3.286
Administrativo	3	128
PIS Exigibilidade Suspensa	562	495
COFINS Exigibilidade Suspensa	2.589	2.278
	6.913	**6.187**
Depósitos judiciais – Trabalhistas	(3.491)	(3.036)
	3.422	**3.151**

15.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Trabalhistas	Administrativo	Total Ações	Pis e COFINS Exigibilidade Suspensa	Depósitos judiciais	Valor total
Saldos em 2024	**3.286**	**128**	**3.415**	**2.773**	**(3.036)**	**3.151**
Adições/reversões	473	(125)	348	378	(455)	**271**
Saldos em 2025	**3.759**	**3**	**3.763**	**3.151**	**(3.491)**	**3.422**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital Social No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou aumento de capital no montante de **R$ 15.535**, mediante subscrição dos acionistas **Carlos Cesar Floriano**, no valor de **R$ 7.923**, e **Alípio José Gusmão dos Santos**, no valor de **R$ 7.612**, sendo que deste último, o montante de **R$ 344** permanece pendente de integralização na data-base. Em decorrência desse aumento, o capital social subscrito passou de **R$ 150.000**, em 31 de dezembro de 2024, para **R$ 165.535**, em 31 de dezembro de 2025, estando **parcialmente integralizado**. O capital social está representado por **1.620.263 ações ordinárias nominativas,** (1.500.000 ações em 2024). Adicionalmente, no exercício, houve **alteração na participação societária**, conforme demonstrado a seguir: **Composição do Capital Social – 2025**

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social (R$)	%
Carlos Cesar Floriano	749.814	76.771	46,28%
Kadosh Participações Ltda.	213.600	21.360	13,18%
Aba Infraestrutura e Logística S.A.	150.040	15.004	9,26%
Alípio José Gusmão dos Santos	239.769	25.696	14,80%
Formitex Empreendimentos e Part. Ltda.	267.040	26.704	16,48%
Total	**1.620.263**	**165.535**	**100%**

Composição do Capital Social – 2024

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social (R$)	%
Carlos Cesar Floriano	674.980	67.498	45,00%
Kadosh Participações Ltda.	213.600	21.360	14,24%
Aba Infraestrutura e Logística S.A.	150.040	15.004	10,00%
Alípio José Gusmão dos Santos	180.840	18.054	12,06%
Formitex Empreendimentos e Part. Ltda.	280.540	28.054	18,70%
Total	**1.500.000**	**150.000**	**100%**

16.2. Dividendos e reservas Após realizadas todas as amortizações e provisões legais, o lucro líquido será destinado como segue: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal n° 6.404 de 1976; **b)** 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para atender encargos trabalhistas e previdenciários eventuais; **c)** 25% (cinco por cento) serão para pagamento de dividendos das ações preferenciais existentes; **d)** 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção do arrendamento contratado com a APS em decorrência e com fundamento da Concorrência n° 27/97, até atingir 10% (dez por cento) do capital social subscrito.

Destinações Reservas estatutárias	%	Valor (R$)
Lucro do exercício		**12.870**
Reserva Legal	**5,00%**	(644)
Subsaldo		**12.226**
Dividendos obrigatórios	**25,00%**	(3.057)
Subsaldo		**9.169**
Reserva especial (para atender Encargos Trabalhistas Previdenciários)	5,00%	(458)
Reserva Especial (para Restituição do Capital até limite de 10%)	5,00%	(458)
Reserva de retenção de lucros		**8.253**

16.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.870	34.886
(–) Reserva legal	(644)	(1.744)
(–) Prejuízos acumulados	–	–
Base de cálculo dos dividendos	12.226	33.142
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.056	8.286
Dividendos Adicionais	48.976	–
Dividendos do ano	8.253	–
Residual anterior	8.286	22.640
Liquidados no respectivo exercício	(23.476)	(22.640)
Total de dividendos a pagar	**45.095**	**8.286**

16.4. Movimentação de Dividendos a Pagar

	ABA	Alípio	Carlos Cesar	Kadosh	Formitex	Total
Saldo em 31/12/2023	**2.729**	**3.104**	**9.956**	**3.665**	**3.186**	**22.640**
(+) Constituição dividendos a pagar 2024	829	999	3.728	1.180	1.550	8.286
(+) Liquidações realizadas	(2.729)	(3.104)	(9.956)	(3.665)	(3.186)	(22.640)
Saldo em 31/12/2024	**829**	**999**	**3.728**	**1.180**	**1.550**	**8.286**
(+) Constituição dividendos a pagar 2025	6.030	7.268	27.670	8.585	10.732	60.285
(–) Liquidações realizadas	(829)	(8.267)	(11.650)	(1.180)	(1.550)	(23.476)
(=) Saldo à Pagar em 2025	**6.030**	**–**	**19.748**	**8.585**	**10.732**	**45.095**

17. Receitas operacionais líquidas:	2025	2024
Armazenagem	78.039	164.351
Serviços portuários	1.272	1.045
Inertização	847	541
Serviços diversos(1)	46.754	4.900
Total receita operacional bruta	**126.912**	**170.837**
ISS	(6.346)	(8.542)
PIS e COFINS	(7.572)	(11.581)
Total impostos sobre a receita	**(13.918)**	**(20.123)**
Total da receita operacional líquida	**112.994**	**150.714**

(1) Serviços diversos compreende-se por R$ 1.710 receita de serviços operacionais e R$ 45.044 receita exportação de serviço.

18. Custos da prestação de serviços:	2025	2024
Depreciação e amortização líquidas	(15.511)	(13.173)
Pessoal e respectivos encargos	(21.419)	(19.774)
Insumos utilizados na operação	(4.307)	(8.887)
Serviços contratados de terceiros (1)	(8.659)	(13.116)
Movimentação mínima – MMC	(1.883)	(1.881)
Custos portuários – APS	(3.225)	(2.653)
Gastos gerais	(453)	(481)
Seguros	(3.679)	(2.512)
Manutenção e reparos	(1.179)	(1.078)
Total	**(60.315)**	**(63.555)**

(1)A redução da variação demonstra principalmente gastos com serviços contratados de terceiros em R$ 4.457, com locação e manutenção de equipamentos e assessoria operacional.

19. Despesas administrativas, comerciais e gerais:	2025	2024
Serviços consultoria e assessoria (1)	(12.166)	(8.357)
Pessoal, e respectivos encargos	(9.701)	(9.499)
Tributos e contribuições	(1.310)	(1.320)
Gastos gerais	(5.504)	(5.153)
Depreciação e amortização	(808)	(702)
Outras despesas	(1.467)	(1.431)
Seguros	(4)	(3)
Total	**(30.960)**	**(26.465)**

(2) A variação deve-se ao aumento de R$ 3.809 de consultoria de serviços especializados voltados ao planejamento estratégico das operações administrativas.

20. Outras receitas/(despesas) operacionais:	2025	2024
Receita de locação	163	156
Ganhos/(perdas) com imobilizado	19	(175)
Outras receitas (1)	2.069	80
Provisão/reversão para demandas judiciais e administrativas (2)	(347)	(1.590)
Total	**1.904**	**(1.529)**

(1) Outras receitas acresceram por conta de créditos previdenciários identificados em 2025 e compensados em PERDCOMP´s. (3) A variação da rubrica deve-se a redução das provisões para demandas trabalhistas, cujos processos iniciados no ano de 2024 importaram em R$ 1.590 e foram reduzidos por acordos firmados.

21. Despesas e receitas financeiras:	2025	2024
Rendimentos de aplicação financeira	435	765
Descontos obtidos	48	–
Juros e multas recebidos de clientes	210	1.046
Juros ativos	540	209
Total receitas financeiras	**1.233**	**2.020**
Juros sobre empréstimos e financiamentos (1)	(3.601)	(5.706)
Juros passivos	(166)	(396)
AVP – direito de concessão	(1.429)	(1.387)
Outros	(422)	(735)
Total despesas financeiras	**(5.618)**	**(8.224)**
Variação cambial ativa	685	483
Variação cambial passiva	(188)	(180)
Total variações cambiais líquidas	**497**	**303**
Receitas e despesas financeiras líquidas	**(3.888)**	**(5.901)**

(1) Redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos deve-se principalmente ao avanço das amortizações, que reduz os saldos devedores e por consequência, os juros incidentes. **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Gerenciamento de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Riscos de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2025	2024
Ativo circulante + não circulante	332.422	360.350
Passivo circulante + não circulante	(121.911)	(117.613)
Endividamento líquido	**210.511**	**242.737**

23. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente Adoção pelo lucro real anual Para os exercícios de 2025 e 2024 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício.

	2025	2024
Resultado antes de IRPJ e CSLL	**19.735**	**53.264**
(+) Adições	4.247	5.200
(–) Exclusões	(3.357)	(2.319)
Resultado antes das compensações	**20.625**	**56.145**
Base de cálculo da CSLL	20.625	56.145
(=) Contribuição social 9%	**(1.856)**	**(5.052)**
Resultado antes do IRPJ	**17.879**	**48.210**
(+) Adições	6.103	10.254
(–) Exclusões	(3.357)	(2.319)
Base de cálculo do IRPJ	**20.625**	**56.145**
(=) IRPJ 15%	3.094	8.422
(+) Adicional do IRPJ 10%	2.039	5.590
(–) P.A.T. (programa de alimentação do trabalhador)	(124)	(336)
(–) Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	–	(75)
(–) Benefício da Lei do Bem	–	(276)
(=) Imposto de Renda corrente	**(5.009)**	**(13.325)**
(=) Despesa de IRPJ e CSLL – corrente	**(6.865)**	**(18.377)**

No ano de 2024 foi reconhecido o valor de R$ 276 correspondente ao benefício da lei do bem relativo ao ano de 2023. Em 2025 não reconhecemos esse benefício. A redução dos impostos deve-se a proporcionalidade do lucro. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos** Em 31 de dezembro de 2025, por haver saldo zero de base negativa, não houve constituição de ativos diferidos de IRPJ e CSLL.

24. Seguros (não auditado) :
A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Bens móveis/imóveis operador	Montante de cobertura –MIL
Responsabilidade civil	Portuário e lucros cessantes	US 110.000
Seguro garantia	Contrato APS	R$ 300
Seguro garantia	Depósito recursal	R$ 116
Veículos	Cobertura danos materiais e corporais	R$ 300
Empresarial	Cobertura danos materiais e corporais	R$ 320

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Américo Relvas da Rocha - Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista - Diretor Administrativo e Financeiro
Leandro Luiz Chiachio - Diretor Técnico de Engenharia

Contador - Jose Manuel dos Santos de Freitas – CRC 1SP 220.700/0-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Adonai Química S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Adonai Química S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Adonai Química S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: **Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas n° 06 e n° 14 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2026.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador
CRC 1 SP 300564/O-7

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Shopping Center Norte S.A.

(anteriormente denominado Center Norte S.A. Construção, Empreendimentos, Administração e Participação)

CNPJ/MF nº 45.246.402/0001-09

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. ***A Administração.***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	1º/01/2024	2025	2024	1º/01/2024
Ativo circulante		*(reapresentado)*	*(reapresentado)*		*(reapresentado)*	*(reapresentado)*
Caixa e equivalente de caixa	10.132	14.960	53.424	16.955	15.141	53.996
Caixa restrito	–	4.847	4.083	–	4.847	4.083
Contas a receber de clientes	54.391	53.501	40.437	57.346	41.428	35.419
Adiantamento a fornecedores	334	1.960	3.628	913	1.960	3.651
Impostos a recuperar	2.907	2.516	439	3.143	2.527	440
Estoques	1.688	2.019	3.940	1.688	2.019	3.940
Outros ativos	931	791	2.762	1.261	1.943	2.767
Total do ativo circulante	**70.383**	**80.594**	**108.713**	**81.306**	**69.865**	**104.296**
Ativo não circulante						
Contas a receber de clientes	2.299	3.511	16.939	2.299	3.511	16.939
Depósitos judiciais	628.184	564.690	495.800	628.184	564.690	495.800
Outros ativos	–	–	5.810	–	–	5.810
	630.483	**568.201**	**518.549**	**630.483**	**568.201**	**518.549**
Investimento	751.847	–	1	744.223	–	1
Propriedade para investimento	2.193.514	1.890.012	2.213.716	2.193.514	1.890.012	2.213.716
Imobilizado	1.694	2.273	14.347	1.694	2.316	14.355
Intangível	594	1.062	773	6.840	3.968	2.079
	3.578.132	**2.461.548**	**2.747.386**	**3.576.754**	**2.464.497**	**2.748.700**
Total do Ativo	**3.648.515**	**2.542.142**	**2.856.099**	**3.658.060**	**2.534.362**	**2.852.996**

	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	1º/01/2024	2025	2024	1º/01/2024
Passivo circulante		*(reapresentado)*	*(reapresentado)*		*(reapresentado)*	*(reapresentado)*
Fornecedores	28.657	47.660	27.478	31.854	47.982	28.656
Salários e encargos	4.490	12.157	13.188	4.814	12.936	13.706
Financiamento	–	–	1.697	–	–	1.697
Impostos e contribuições	1.593	6.658	8.509	2.352	6.671	8.521
IRPJ e CSLL	20.073	13.147	23.369	22.139	13.147	23.369
Mútuo financeiro	93.341	71.467	54.415	93.341	71.467	54.415
Obrig. por aquisição de investimentos	–	–	–	1.000	–	–
Outros passivos	882	2.952	5.128	3.013	2.953	5.028
Dividendos a pagar	18.412	29.683	–	18.412	29.683	–
Adiantamento de clientes	5.377	5.377	52.816	5.377	5.377	52.816
Total do passivo circulante	**172.825**	**189.101**	**186.600**	**182.302**	**190.216**	**188.208**
Passivo não circulante						
Financiamento	–	–	141	–	–	141
Impostos e contribuições	1.488	629	2.892	1.488	629	2.892
Provisão para contingência	631.439	570.218	514.989	631.439	570.218	514.989
Outros passivos	464	831	445	464	831	445
Mútuo financeiro	421.365	247.227	303.969	421.365	247.227	303.969
IRPJ e CSLL diferidos	533.505	360.110	472.205	533.505	360.110	472.205
Provisão para perdas em investidas	–	8.475	4.574	–	470	334
Adiantamento de clientes	8.678	9.727	–	8.678	9.727	–
Total do passivo não circulante	**1.596.939**	**1.197.217**	**1.299.215**	**1.596.939**	**1.189.212**	**1.294.975**
Patrimônio Líquido						
Capital social	1.405.897	177.782	199.904	1.405.897	177.782	199.904
AFAC	246.034	–	–	246.034	–	–
Reserva legal	104.684	83.632	103.198	104.684	83.632	103.198
Reserva lucros	122.136	894.410	1.053.493	122.136	894.410	1.053.493
Dividendos adicionais propostos	–	–	13.690	–	–	13.690
	1.878.751	**1.155.824**	**1.370.284**	**1.878.751**	**1.155.824**	**1.370.284**
Participação de não controladores	–	–	–	68	(890)	(471)
Total do patrimônio líquido	**1.878.751**	**1.155.824**	**1.370.284**	**1.878.819**	**1.154.934**	**1.369.813**
Total do passivo e PL	**3.648.515**	**2.542.142**	**2.856.099**	**3.658.060**	**2.534.362**	**2.852.996**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		*(reapresentado)*
Receita operacional líquida	239.097	238.347	256.501	238.494
Custos de locação e de outros serviços	(5.800)	(1.616)	(12.721)	(1.683)
Lucro operacional bruto	**233.297**	**236.731**	**243.780**	**236.811**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(28.044)	(41.735)	(28.463)	(49.076)
Despesas de vendas	(690)	(6.933)	(690)	(7.711)
Provisão para perdas em ativos financeiros – contas a receber	(1.548)	(972)	(1.548)	(972)
Ganho com ajuste a valor justo de propriedades para investim.	512.100	448.539	512.100	448.539
Perda na aquisição de investimento	(7.682)	–	(7.682)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(19.429)	(3.901)	(27.529)	(135)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.967	(3.752)	2.214	95
Result. antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	**689.971**	**627.977**	**692.182**	**627.551**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	6.739	6.403	6.818	6.415
Despesas financeiras	(54.487)	(44.388)	(54.496)	(44.393)
Resultado financeiro, líquido	**(47.748)**	**(37.985)**	**(47.678)**	**(37.978)**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**642.223**	**589.992**	**644.504**	**589.573**
IRPJ e CSLL – corrente	(47.800)	(40.171)	(49.866)	(40.171)
IRPJ e CSLL – diferido	(173.395)	(162.243)	(173.395)	(162.243)
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	**421.028**	**387.578**	**421.243**	**387.159**
Operações descontinuadas				
Resultado das operações descontinuadas	**–**	**39.449**	**–**	**39.449**
Lucro líquido do exercício	**421.028**	**427.027**	**421.243**	**426.608**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		*(reapresentado)*
Lucro líquido do exercício	421.028	427.027	421.243	426.608
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do período	**421.028**	**427.027**	**421.243**	**426.608**
Lucro líquido do período atribuível a: Acionistas	421.028	427.027	421.028	427.027
Participação de não controladores	–	–	215	(419)
	421.028	**427.027**	**421.243**	**426.608**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		*(reapresentado)*
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas	421.028	427.027	421.028	427.027
Participação de não controladores	–	–	215	(419)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldo em 1º/01/2024 *(reapresentado)*	**199.904**	**–**	**103.198**	**1.053.492**	**13.690**	**–**	**1.370.284**	**(471)**	**1.369.813**
Cisão parcial Expo	(21.659)	–	(26.734)	(507.948)	–	–	(556.341)	–	(556.341)
Cisão parcial Novotel	(463)	–	–	–			(463)		(463)
Distribuição de dividendos	–	–	(14.183)	(27.127)	(13.690)	–	(55.000)	–	(55.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	427.027	427.027	(419)	426.608
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	–	–	–	–	–	(29.683)	(29.683)	–	(29.683)
Constituição de reserva legal	–	–	21.351	–	–	(21.351)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	375.993	–	(375.993)	–	–	–
Saldo em 31/12/2024	**177.782**	**–**	**83.632**	**894.410**	**–**	**–**	**1.155.824**	**(890)**	**1.154.934**
Transações de capital	–	–	–	554.285	–	–	554.285	970	555.255
Distribuição de dividendos adicionais	–	–	–	(309.377)	–	–	(309.377)	–	(309.377)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	421.028	421.028	215	421.243
Constituição de reserva de legal – 20%	–	–	21.051	–	–	(21.051)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	–	–	–	(99.994)	–	–	(99.994)	(227)	(100.221)
Distribuição de dividendos 2024	–	–	–	(89.050)	–	–	(89.050)		(89.050)
Transferência dos lucros do exercício	–	–	–	399.977	–	(399.977)	–	–	–
Aumento de capital social	1.228.115	–	–	(1.228.115)	–	–	–	–	–
AFAC	–	246.034	–	–	–	–	246.034	–	246.034
Saldo em 31/12/2025	**1.405.897**	**246.034**	**104.684**	**122.136**	**–**	**–**	**1.878.751**	**68**	**1.878.819**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		*(reapresentado)*
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	421.028	387.577	421.242	387.159
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	–	39.449	–	39.449
	421.028	**427.026**	**421.242**	**426.608**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.021	(2.208)	1.223	(2.208)
Equivalência patrimonial	19.429	3.901	27.529	135
Provisão para perda estimada de créditos em ativos financeiros – contas a receber	1.548	997	1.548	997
IRPJ e CSLL corrente	47.800	40.171	49.866	40.171
IRPJ e CSLL diferidos	173.395	162.243	173.395	162.243
Juros sobre mútuos e financiamento	46.260	42.337	46.260	42.337
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(512.100)	(448.539)	(512.100)	(448.539)
Perda na aquisição de investimento	7.682	–	2.682	–
Transação de capital	–	–	970	–
Provisão para contingências	(2.031)	(13.361)	(2.031)	(13.361)
Linearização dos descontos em contratos de serviços	–	27	–	27
Baixa imobilizado	448	–	447	–
Juros de aplicações financeiras	4.847	(764)	4.847	(764)
	209.327	**211.830**	**215.878**	207.646
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(1.226)	11.642	(15.940)	18.697
Adiantamento a fornecedores	1.626	1.668	1.048	1.691
Impostos a recuperar	(391)	(1.870)	(410)	(1.880)
Estoques	331	4.050	331	4.050
Depósitos judiciais	(242)	(300)	(242)	(300)
Outros ativos	(140)	(10.469)	714	(11.616)
	(42)	**4.721**	**(14.499)**	**10.642**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		*(reapresentado)*
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(19.003)	4.093	(16.184)	3.237
Salários e encargos a pagar	(7.667)	(2.744)	(8.427)	(2.484)
Impostos e contribuições	(4.206)	(17.800)	(3.482)	(17.889)
Adiantamentos de clientes	(1.049)	37.711	(1.049)	37.711
Outros passivos	(2.437)	(6.280)	(328)	(6.241)
	(34.362)	**14.980**	**(29.471)**	**14.334**
Caixa gerado pelas operações	174.922	**231.531**	171.908	**232.622**
Juros pagos sobre mútuo	(43.561)	(47.086)	(43.561)	(47.086)
Impostos pagos sobre o lucro	(40.874)	(49.153)	(40.874)	(49.153)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**90.487**	**135.292**	**87.473**	**136.383**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	–	–	3.803	–
Aumento (diminuição) de investimento	–	–	(3.421)	–
Aquisições de intangível e imobilizado	(422)	(1.423)	(3.921)	(2.905)
Aquisição de propriedade para investimento	(73.904)	(53.961)	(73.904)	(53.961)
Recebimento de dividendos	108.937	–	101.471	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**34.611**	**(55.384)**	**24.028**	**(56.866)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Caixa líquido cindido	–	(27.866)	–	(27.866)
Captação de mútuo	237.700	–	237.700	–
Pagamento de mútuo	(44.388)	(34.941)	(44.388)	(34.941)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	(565)	–	(565)
Distribuição de dividendos	(323.239)	(55.000)	(302.999)	(55.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(129.927)**	**(118.372)**	**(109.687)**	**(118.372)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.828)**	**(38.464)**	**1.813**	**(38.855)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.960	53.424	15.141	53.996
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.132	14.960	16.955	15.141
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.828)**	**(38.464)**	**1.814**	**(38.855)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: O Shopping Center Norte S.A. ("Companhia" ou "Center Norte") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo social: a administração de shopping center próprio, de centros de exposições e a exploração de um Hotel, tendo como atividade econômica preponderante a locação de suas respectivas lojas e espaços, bem como a prestação de assistência técnica e administrativa a elas relativas, podendo participar ainda em outras sociedades. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Diretoria em 7 de abril de 2026. **DIRETORIA: Flavio Fernandes** - Diretor-presidente; **Luís Fernando Da Rocha Maio** - Diretor Administrativo Financeiro; **Filipe da Silva Leandro -** Contador - CRC 1SP-340739/O-0.

Expo Center Norte S.A.

CNPJ nº 56.025.154/0001-92

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. ***A Administração.***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	2025	2024
Ativo circulante		*(reapresentado)*
Caixa e equivalente de caixa	27.693	9.941
Contas a receber	9.029	5.179
Adiantamento a fornecedores	–	2
Impostos a recuperar	24	26
Estoques	3.190	3.056
Outros ativos	131	6.366
	40.067	**24.570**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	15.470	35.238
Depósitos judiciais	66.075	7.455
	81.545	**42.693**
Propriedade para investimento	1.220.217	1.140.159
Imobilizado	8.467	10.184
Intangível	51	84
	1.310.281	**1.193.120**
Total do Ativo	**1.350.348**	**1.217.690**
Passivo circulante		
Fornecedores	4.295	4.392
Salários e encargos	2.805	2.498
Impostos e contribuições	4.275	2.189
Imposto de renda e contribuição social	4.512	14.936
Adiantamento de clientes	38.880	40.650
Partes relacionadas	6.384	–
Mútuo financeiro	543	–
Outros passivos	232	647
	61.926	**65.312**
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições	43.210	7.333
Imposto de renda e contribuição social	43.900	3.420
Adiantamento de clientes	464	–
Mútuo financeiro	5.000	–
Provisão para contingência	2.264	2.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	330.827	377.674
Provisão para perda em investimentos	34	–
Outros passivos	445	456
	426.144	**391.788**
Patrimônio Líquido		
Capital social	653.589	21.659
AFAC	117.101	–
Reserva legal	38.837	38.837
Reserva lucros	52.751	700.094
Total do patrimônio líquido	**862.278**	**760.590**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.350.348**	**1.217.690**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucro Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldo em 30/04/2024	**21.659**	**–**	**26.734**	**507.948**	**–**	**556.341**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	242.061	242.061
Constituição de reserva legal	–	–	12.103	–	(12.103)	–
Constituição de reserva de lucro	–	–	–	192.146	(192.146)	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	–	–	–	–	(9.453)	(9.453)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(28.359)	(28.359)
Saldo em 31/12/2024 *(reapresentado)*	**21.659**	**–**	**38.837**	**700.094**	**–**	**760.590**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(44.193)	(44.193)
Aumento de capital social AGE 26.12.2025	179.569	–	–	–	–	179.569
Distribuição de dividendos AGE 29.12.2025	–	117.101	–	(150.789)	–	(33.688)
Aumento de capital social AGE 29.12.2025	452.361		–	(452.361)	–	–
Absorção de reserva de prejuízo do exercício	–	–	–	(44.193)	44.193	–
Saldo em 31/12/2025	**653.589**	**117.101**	**38.837**	**52.751**	**–**	**862.278**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2025	2024 *(reapresentado)*
Receita operacional líquida	151.068	113.245
Custos de locação e de outros serviços	(50.246)	(15.484)
Lucro bruto	**100.822**	**97.761**
Despesas (receitas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(20.017)	(23.451)
Despesas com vendas	(3.299)	(6.481)
Provisão para perdas em ativos financeiros – contas a receber	8	(91)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(140.118)	306.211
Resultado de equivalência patrimonial	2.164	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11)	(24)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras e impostos	**(60.451)**	**373.925**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	6.284	598
Despesas financeiras	(4.889)	(184)
Resultado financeiro líquido	**1.395**	**414**
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**(59.056)**	**374.339**
IRPJ e CSLL – corrente	(31.984)	(24.317)
IRPJ e CSLL – diferido	46.847	(107.961)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(44.193)**	**242.061**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024 *(reapresentado)*
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44.193)	242.061
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do período	**(44.193)**	**242.061**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024 *(Reapresentado)*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44.193)	242.061
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.530	845
Provisão para contingências	(641)	2.670
Provisão para perdas em ativos financeiros – contas a receber	(8)	147
Ganho com ajuste a valor justo de propried. p/investimento	140.118	(306.211)
IRPJ e CSLL diferidos	(46.847)	107.961
Resultado de equivalência patrimonial	(2.164)	–
Juros sobre empréstimos, financiamento	–	34
Juros sobre mútuo financeiro	543	–
Baixa imobilizado	567	–
IRPJ e CSLL correntes	31.984	–
	80.889	**47.507**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.842)	9.702
Adiantamento a fornecedores	2	(2)
Tributos a recuperar	2	112
Estoques	(134)	(1.287)
Depósitos judiciais	(58.620)	(7.455)
Partes relacionadas	19.768	(35.238)
Outras ativos	47	7.622
	(42.777)	**(26.546)**
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(97)	(7.463)
Salários e encargos a pagar	307	784
Impostos e contribuições	37.963	6.369
IRPJ e CSLL	–	24.317
Adiantamentos de clientes	(1.306)	(2.496)
Pagamento de contingências	–	(2.520)
Partes relacionadas	6.384	–
Outros passivos	(425)	(1.886)
	42.826	**17.105**
IRPJ e CSLL pagos	(1.928)	(5.961)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(30)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**79.010**	**32.075**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(349)	(124)
Aquisição de propriedade para investimento	(40.607)	(2.106)
Recebimentos de dividendos	2.198	–
Caixa líq. consumido pelas atividades de investimentos	**(38.758)**	**(2.230)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa findo de cisão	–	25.369
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	(1.273)
Captação de mútuo financeiro	5.000	–
Antecipação de dividendos	6.188	(6.188)
Pagamento de dividendos	(33.688)	(37.812)
Caixa líq. gerado pelas atividades de financiamentos	**(22.500)**	**(19.904)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17.752**	**9.941**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.941	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.693	9.941
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17.752**	**9.941**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Expo Center Norte S.A. ("Companhia" ou "Expo"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, e tem por objeto o planejamento, a implantação e a operação do Expo Center Norte, visando a realização de feiras, exposições e eventos, bem como a instalação de equipamentos de apoio, exploração de receitas acessórias, incluindo gestão e exploração de estacionamento, alimentação e locação de bens e/ou serviços relacionadas ao mercado de eventos e a locação de seus espaços, podendo participar ainda em outras sociedades. O Expo Center Norte S.A. é uma controlada direta da Cidade Center Norte S.A. (CCN) e indireta da Baumgart Participações S.A. (Baumgart).
2. Base de apresentação e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
DIRETORIA: Flavio Fernandes - Diretor-presidente; **Luís Fernando Da Rocha Maio** - Diretor Administrativo Financeiro; **Filipe da Silva Leandro -** Contador - CRC 1SP-340739/O-0.

Auto Defesa Brasil Tecnologia e Monitoramento de Sistemas Eletrônicos S/A

CNPJ/MF nº 30.609.644/0001-42

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**3.255.286,19**	5.076.937,51
Contas a receber	**5.158.962,48**	25.576.866,04
Adiantamentos	**100.013,53**	44.633,50
Estoques	**389.978,63**	-
Impostos e contribuições a recuperar	**169.291,79**	157.558,27
Imposto de renda e contribuição a compensar	**240.467,91**	278.972,07
Outros ativos	**18.454,62**	34.695,91
	9.332.455,15	31.169.663,30
Não circulante		
Aplicações financeiras	**5.436.623,53**	4.269.275,47
Partes relacionadas	**10.023.445,92**	47.562.255,33
Tributos diferidos	**1.797.573,09**	1.641.283,24
Outros ativos	**15.300,00**	15.300,00
Direito de uso–arrendamentos	**11.779.271,33**	14.488.893,09
Imobilizado	**20.316.081,64**	33.822.471,21
Intangível	**8.917.891,51**	7.944.296,85
	58.286.187,02	109.743.775,19
Total do ativo	**67.618.642,17**	140.913.438,49
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	**10.285.647,86**	6.147.616,15
Empréstimos e financiamentos	**13.370.796,36**	11.297.010,22
Obrigações trabalhistas	**1.384.399,45**	1.635.275,37
Outros passivos	**2.508.641,35**	25.686,29
Impostos e contribuições a recolher	**843.533,73**	1.143.053,56
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**2.429.672,97**	6.467.263,60
Partes relacionadas	**6.148.319,94**	-
Arrendamentos a pagar	**297.438,29**	775.551,26
	37.268.449,95	27.491.456,45
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	**14.480.320,88**	27.826.222,44
Outros passivos	**36.240,40**	36.240,40
Partes relacionadas	**-**	4.419.500,94
Arrendamentos	**11.686.898,27**	13.797.494,51
Tributos diferidos	**366.732,67**	-
	26.570.192,22	46.079.458,29
Patrimônio líquido Capital social	**3.150.000,00**	15.300.000,00
Reservas de lucros	**630.000,00**	3.739.500,63
Resultado Acumulado	**-**	11.220.912,41
Resultado do exercício	**-**	37.082.110,71
	3.780.000,00	67.342.523,75
Total do passivo e patrimônio líquido	**67.618.642,17**	140.913.438,49

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Resultados do exercício	**47.273.577,68**	37.082.110,71
Total dos resultados abrangentes	**47.273.577,68**	37.082.110,71

Diretoria

Nelson Santini Neto - CPF n° 721.733.601-59 - Presidente
Marcelo Alves Nunes de Sena - Contador CRC DF 020749/O-6

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	15.300.000,00	3.739.500,63	41.217.912,41	60.257.413,04
Lucro líquido do exercício	–	–	37.082.110,71	37.082.110,71
Distribuição de lucros / dividendos	–	–	(29.997.000,00)	(29.997.000,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (reapresentado)	**15.300.000,00**	**3.739.500,63**	**48.303.023,12**	**67.342.523,75**
Lucro líquido do exercício	–	–	**47.273.577,68**	**47.273.577,68**
Distribuição de lucros / dividendos	–	–	**(98.686.101,42)**	**(98.686.101,42)**
Redução em função de cisão parcial	**(12.150.000,00)**	**(3.109.500,63)**	**3.109.500,63**	**(12.150.000,00)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**3.150.000,00**	**630.000,00**	**-**	**3.780.000,00**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receita Líquida	**116.114.077,86**	161.980.708,25
Custo dos serviços prestados	**(25.135.982,81)**	(29.394.709,90)
Custo das mercadorias vendidas	**(7.846.289,31)**	(28.812.890,41)
Depreciação e amortização	**(8.215.808,47)**	(11.573.243,27)
Lucro Bruto	**74.915.997,27**	92.199.864,67
Despesas comerciais	**(4.086.120,28)**	(5.340.983,72)
Despesas gerais e administrativas	**(35.069.102,66)**	(40.421.159,33)
Depreciação e amortização	**(2.194.219,19)**	(750.443,91)
Despesas tributárias	**(355.131,48)**	(1.115.633,61)
Outras receitas	**46.262.771,95**	25.559.411,75
Outras despesas	**(7.890,42)**	(5.426.405,00)
Lucro operacional	**79.466.305,19**	64.704.650,85
Receitas financeiras	**2.709.342,52**	1.115.841,41
Despesas financeiras	**(8.766.059,88)**	(9.111.661,79)
Resultado financeiro líquido	**(6.056.717,36)**	(7.995.820,38)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**73.409.587,83**	56.708.830,47
Provisão do IRPJ e CSLL	**(25.944.958,11)**	(21.367.940,15)
Provisão do IRPJ e CSLL diferido	**(191.052,04)**	1.741.220,39
Resultado líquido do período	**47.273.577,68**	37.082.110,71

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Resultado do exercício operações em continuidade	**47.273.577,67**	37.082.110,70
Ajustes para reconciliar os lucros ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação/amortização	**10.242.002,76**	14.539.468,99
Outras movimentações	**-**	840.734,84
Ganho do ativo imobilizado	**1.954.989,10**	25.043.564,80
Reversão de perdas estimadas para créditos de devedores duvidosos	**840.352,71**	-
Tributos diferidos, líquidos	**191.052,04**	(1.741.220,39)
Juros de empréstimos e financiamentos	**5.569.292,69**	-
Juros de arrendamento	**909.745,31**	2.891.781,56
Variações nos ativos e passivos:		
Decréscimo (acréscimo) em ativos:		
Contas a receber	**19.577.550,85**	(15.778.082,61)
Adiantamentos	**(55.380,03)**	673.984,97
Estoques	**(389.978,63)**	–
Impostos e contribuições a recuperar	**26.770,64**	(312.093,80)
Contas a receber partes relacionada	**-**	(2.871.220,43)
Outros valores a receber	**(5.426,89)**	3.299.809,72
Decréscimo (acréscimo) em passivos:		
Fornecedores	**4.138.031,71**	3.337.564,60
Obrigações trabalhistas	**25.798,86**	360.309,06
Contas a pagar partes relacionadas	**-**	2.378.195,00
Impostos e contribuições a recolher	**(299.519,83)**	20.590.892,88
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**(4.037.590,63)**	(22.408.613,64)
Provisões	**-**	5.793,00
Adiantamento e outros valores	**8.631.275,00**	(508.446,97)
Juros pagos arrendamento	**(909.745,31)**	(2.891.781,58)
Juros pagos empréstimos	**(5.043.724,51)**	-
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades operacionais	**88.639.073,51**	64.532.750,70
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições de imobilizado e intangível	**(15.681.860,04)**	(22.809.690,16)
Partes relacionadas	**37.474.760,46**	(17.537.092,35)
Aplicação financeira de longo prazo	**(1.167.348,06)**	(438.529,20)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de Investimentos	**20.625.552,36**	(40.785.311,71)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Distribuição de lucros	**(98.686.101,42)**	(29.997.000,00)
Captação de empréstimos e financiamentos	**13.892.312,05**	-
Amortização de arrendamento	**(602.492,17)**	(2.189.182,60)
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(25.689.995,65)**	(1.928.561,83)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividade de financiamentos	**(111.086.277,19)**	(34.114.744,43)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.821.651,32)**	(10.367.305,44)
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	**5.076.937,51**	15.444.242,95
No final do exercício	**3.255.286,19**	5.076.937,51
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.821.651,32)**	(10.367.305,44)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

CLG Bis Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 46.678.638/0001-87

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.575.640	1.453.113	Fornecedores	–	37.514
Partes relacionadas	3.410	3.410	Obrigações trabalhistas e tributárias	4.604	65.200
Créditos diversos	398	344	Adiantamento de clientes	–	475.537
Tributos a recuperar	81.831	41.627	Dividendos a pagar	274.352	–
Total do ativo circulante	**1.661.279**	**1.498.494**	Contas a pagar	1.309.824	–
			Total do passivo circulante	**1.588.780**	**578.252**
			Passivo não circulante		
Partes relacionadas	–	10.116.098	Obrigações com investidores – SCP	56.750.000	56.388.322
Investimentos	58.240.676	45.563.776	**Total do passivo circulante**	**56.750.000**	**56.388.322**
Imobilizado e intangível	2.181.363	–	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**		
Total do ativo não circulante	**60.422.039**	**55.679.873**	Capital social	23.000	23.000
			Reserva legal	4.600	–
			Reserva de lucros	3.716.938	188.795
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**3.744.538**	**211.795**
Total do ativo	**62.083.318**	**57.178.368**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**62.083.318**	**57.178.368**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	2.637.166	503.837	**Resultado operacional**	**4.357.642**	**(733.312)**
(-) Tributos incidentes	(96.618)	(18.390)	Despesas financeiras	(301.279)	(10)
Receita líquida	**2.540.548**	**485.447**	Receitas financeiras	36.639	449.553
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(264.640)**	**449.543**
Despesas administrativas e gerais	(645.410)	(881.464)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**4.093.002**	**(283.769)**
Despesas tributárias	(115.753)	(194.318)	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(285.907)	–
Resultado de equivalência patrimonial	2.578.257	(118.982)			
Outras receitas e despesas	–	(23.995)			
	1.817.094	**(1.218.759)**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**3.807.095**	**(283.769)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.000**	**–**	**–**	**(324.989)**	**(301.989)**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	797.553	797.553
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(283.769)	(283.769)
Destinação para reserva de lucros	–	–	188.795	(188.795)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**23.000**	**–**	**188.795**	**–**	**211.795**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.807.095	3.807.095
Constituição de reserva legal	–	4.600	–	(4.600)	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	3.802.495	(3.802.495)	–
Distribuição de lucros	–	–	(274.352)	–	(274.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**23.000**	**4.600**	**3.716.938**	**–**	**3.744.538**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a participação acionária em investidas, que são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.807.095	(283.769)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**3.807.095**	**(283.769)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.093.002	(283.769)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.578.257)	118.982
Aumento/(redução) no ativo:		
Créditos diversos	(54)	8.848.342
Tributos a recuperar	(40.204)	(26.533)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(37.514)	37.514
Obrigações trabalhistas e tributárias	(60.596)	35.484
Adiantamento de clientes	(475.537)	475.537
Contas a pagar	1.309.824	–
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**2.210.664**	**9.205.557**
Imposto de renda e contribuição social	(285.907)	–
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.924.757**	**9.205.557**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	15.290
Investimentos em coligadas e controladas	17.454	(45.670.758)
Imobilizado e intangível	(2.181.363)	–
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(2.163.909)**	**(45.655.468)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas		16.470.102
Obrigações com investidores – SCP	361.678	10.894.657
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	**361.678**	**27.364.760**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**122.527**	**(9.085.151)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.453.113	10.538.265
No final do exercício	1.575.640	1.453.113
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**122.527**	**(9.085.151)**

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Alvin Gilmar Francischetti CRC-SP 124.215/O-6

CLG Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.126.928/0001-91

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.906.433	1.158.055	Fornecedores	2.879	190.878
Contas a receber	2.199.789	1.997.239	Obrigações trabalhistas e tributárias	888.356	715.635
Tributos a recuperar	5.357	5.288	Contas a pagar	3.882.401	2.782.761
Total do ativo circulante	**5.111.579**	**3.160.582**	**Total do passivo circulante**	**4.773.636**	**3.689.273**
			Passivo não circulante		
			Obrigações com investidores – SCP	31.852.080	31.852.080
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**31.852.080**	**31.852.080**
Partes relacionadas	35.683.872	35.869.900	**Patrimônio líquido**		
Propriedade para investimento	93.040.771	93.040.771	Capital social	93.303.578	93.303.578
Total do ativo não circulante	**128.724.643**	**128.910.671**	Reserva legal	3.906.928	3.226.321
			Reserva de lucros	–	(0)
			Total do patrimônio líquido	**97.210.506**	**96.529.899**
Total do ativo	**133.836.222**	**132.071.253**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**133.836.222**	**132.071.253**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	17.981.688	15.507.342	**Resultado operacional**	**15.765.502**	**12.382.444**
(-) Descontos concedidos	(226.706)	(197.493)	Despesas financeiras	(325.505)	(133.721)
(-) Tributos incidentes	(644.404)	(562.720)	Receitas financeiras	123.563	27.512
Receita líquida	**17.110.578**	**14.747.129**	**Resultado financeiro**	**(201.942)**	**(106.209)**
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	(1.438.950)	(2.417.218)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**15.563.560**	**12.276.235**
Despesas tributárias	(556)	(11.982)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.951.430)	(1.660.380)
Outras receitas e despesas	94.430	64.514			
	(1.345.076)	**(2.364.685)**	**Lucro líquido do exercício**	**13.612.130**	**10.615.855**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**93.303.578**	**2.695.529**	**31.651**	**96.030.758**
Aumento de capital	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	10.615.855	10.615.855
Constituição de reserva legal	–	530.793	(530.793)	–
Distribuição de lucros	–	–	(10.116.714)	(10.116.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**93.303.578**	**3.226.321**	**(0)**	**96.529.899**
Lucro líquido do exercício	–	–	13.612.130	13.612.130
Constituição de reserva legal	–	680.607	(680.607)	–
Distribuição de lucros	–	–	(12.931.523)	(12.931.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**93.303.578**	**3.906.928**	**–**	**97.210.506**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 25 unidades autônomas "galpões" do Centro Logístico Guarulhos, situado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Av. Dona Carmela Dutra, Município e Comarca de Guarulhos. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.612.130	10.615.855
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**13.612.130**	**10.615.855**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.563.560	12.276.235
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(202.550)	21.439
Tributos a recuperar	(69)	(1.782)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(187.999)	128.400
Obrigações trabalhistas e tributárias	172.721	14.894
Contas a pagar	1.099.640	1.222.871
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**16.445.304**	**13.662.057**
Imposto de renda e contribuição social	(1.951.430)	(1.660.380)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**14.493.874**	**12.001.678**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Distribuição de lucros	(12.931.523)	(10.116.714)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(12.931.523)**	**(10.116.714)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	186.028	(1.633.282)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**186.028**	**(1.633.282)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.748.379**	**251.682**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.158.055	906.372
No final do exercício	2.906.433	1.158.055
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.748.378**	**251.682**

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa – CRC 1SP 228.935/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.602.628	1.901.688
Contas a receber	5.017.880	5.053.851
Impostos a recuperar	4.077	4.077
Créditos diversos	–	38.000
Total do ativo circulante	**8.624.585**	**6.997.615**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	17.222	–
Partes relacionadas	2.142.783	5.569.769
Propriedade para investimento	168.623.495	168.623.495
Total do ativo não circulante	**170.783.500**	**174.193.264**
Total do ativo	**179.408.085**	**181.190.880**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Passivo circulante		
Fornecedores	–	156.399
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.895.370	1.670.994
Contas a pagar	5.501.336	4.592.614
Partes relacionadas	649.880	
Total do passivo circulante	**8.046.586**	**6.420.008**
Patrimônio líquido		
Capital social	169.770.872	172.433.161
Reserva de capital	–	–
Reserva legal	1.590.626	2.337.711
Reserva de lucros	1	–
Total do patrimônio líquido	**171.361.499**	**174.770.872**
Total do passivo e patrimônio líquido	**179.408.085**	**181.190.880**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Receita com locação de imóveis	41.641.494	37.787.580
(-) Descontos concedidos	–	(200.719)
(-) Tributos incidentes	(1.496.756)	(1.356.091)
Receita líquida	**40.144.738**	**36.230.771**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(2.885.535)	(3.839.683)
Despesas tributárias	(1.626)	10
Outras receitas e despesas	309	299.031
	(2.886.852)	**(3.540.642)**
Resultado operacional	**37.257.886**	**32.690.129**
Despesas financeiras	(1.114.448)	(322.289)
Receitas financeiras	132.945	66.173
Resultado financeiro	**(981.503)**	**(256.117)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**36.276.383**	**32.434.012**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.463.860)	(4.120.418)
Lucro líquido do exercício	**31.812.523**	**28.313.594**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.830.990**	**144.758.005**	**4.766.198**	**–**	**173.355.192**
Aumento de capital	148.602.171	(144.758.005)	(3.844.166)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	28.313.594	28.313.594
Constituição de reserva legal	–	–	1.415.680	(1.415.680)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(26.897.914)	(26.897.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**172.433.161**	**–**	**2.337.711**	**–**	**174.770.872**
Redução de capital	(5.000.000)	–	–	–	(5.000.000)
Aumento de capital	2.337.711		(2.337.711)		–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	31.812.523	31.812.523
Constituição de reserva legal	–	–	1.590.626	(1.590.626)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(30.221.896)	(30.221.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**169.770.872**	**–**	**1.590.626**	**1**	**171.361.499**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	31.812.523	28.313.594
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**31.812.523**	**28.313.594**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	36.276.383	32.434.012
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	35.971	(732.144)
Créditos diversos	38.000	(38.000)
Impostos a recuperar	(0)	(4.077)
Depósitos judiciais	(17.222)	10.704
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(156.399)	68.282
Obrigações trabalhistas e tributárias	224.376	80.250
Contas a pagar	908.722	336.126
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**37.309.830**	**32.155.154**
Imposto de renda e contribuição social	(4.463.860)	(4.120.418)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**32.845.970**	**28.034.737**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(30.221.896)	(26.897.914)
Partes relacionadas	3.426.986	(1.720.748)
Devolução de capital social	(4.350.120)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(31.145.030)**	**(28.618.663)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**1.700.940**	**(618.427)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.901.688	2.520.115
No final do exercício	3.602.628	1.901.688
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**1.700.940**	**(618.427)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 44 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLGA – Centro Logístico Guarulhos Aeroporto, localizado na Rua Jamil João Zarif, 684, na cidade de Guarulhos, SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Claudio Kluger
Diretor CPF 294.840.928-45
Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa
CRC 1SP 228.935/O-8

CLIR Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 16.833.685/0001-97

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia.

São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.119.641	1.764.861
Contas a receber	4.022.561	3.255.729
Créditos diversos	2.332	2.332
Total do ativo circulante	**7.144.534**	**5.022.922**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	–	–
Partes relacionadas	9.544.998	9.448.496
Despesas antecipadas	–	–
Propriedade para investimento	82.951.089	82.951.089
Imobilizado	25.864	34.582
Total do ativo não circulante	**92.521.951**	**92.434.167**
Total do ativo	**99.666.485**	**97.457.089**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Passivo circulante		
Fornecedores	73.165	4.730
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.610.904	1.554.549
Contas a pagar	3.090.800	2.503.746
Total do passivo circulante	**4.774.869**	**4.063.026**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	–	–
Obrigações com investidores – SCP	2.132.061	2.132.061
Total do passivo circulante	**2.132.061**	**2.132.061**
Patrimônio líquido		
Capital social	84.171.825	84.171.825
Reserva legal	8.587.730	7.090.177
Reserva de lucros	–	–
Total do patrimônio líquido	**92.759.555**	**91.262.002**
Total do passivo e patrimônio líquido	**99.666.485**	**97.457.089**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Receita com locação de imóveis	37.207.006	34.276.089
(-) Descontos concedidos	–	(360.362)
(-) Tributos incidentes	(1.330.255)	(1.242.691)
Receita líquida	**35.876.751**	**32.673.035**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(2.309.825)	(2.877.338)
Despesas tributárias	1.026	(65.232)
Outras receitas e despesas	643.044	(973.302)
	(1.665.755)	**(3.915.871)**
Resultado operacional	**34.210.996**	**28.757.164**
Despesas financeiras	(339.671)	(146.524)
Receitas financeiras	151.046	79.477
Resultado financeiro	**(188.625)**	**(67.047)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**34.022.371**	**28.690.117**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.071.320)	(3.597.066)
Lucro líquido do exercício	**29.951.051**	**25.093.052**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**84.171.825**	**5.835.525**	**–**	**–**	**90.007.350**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	25.093.052	25.093.052
Constituição de reserva legal	–	1.254.653	–	(1.254.653)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(23.838.399)	(23.838.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**84.171.825**	**7.090.177**	**–**	**–**	**91.262.002**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	29.951.051	29.951.051
Constituição de reserva legal	–	1.497.553	–	(1.497.553)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(28.453.498)	(28.453.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**84.171.825**	**8.587.730**	**–**	**–**	**92.759.555**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.951.051	25.093.052
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**29.951.051**	**25.093.052**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	34.022.371	28.690.117
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8.718	8.718
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(766.832)	1.012.809
Créditos diversos	–	77.569
Tributos a recuperar	–	–
Depósitos judiciais	–	26.480
Despesas antecipadas	–	90.850
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	68.435	(29.350)
Obrigações trabalhistas e tributárias	56.355	150.029
Contas a pagar	587.054	533.415
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**33.976.100**	**30.560.636**
Imposto de renda e contribuição social	(4.071.320)	(3.597.066)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**29.904.780**	**26.963.571**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(28.453.498)	(23.838.399)
Partes relacionadas	(96.502)	(2.471.601)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(28.550.000)**	**(26.310.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.354.780**	**653.570**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.764.861	1.111.290
No final do exercício	3.119.641	1.764.861
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.354.780**	**653.570**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões" do "Centro Logístico Imigrantes", situado na Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Paulo/SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa CRC-1SP 228.935/O-8

CLO Rodoanel Osasco SPE S/A

CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.188.081	608.897	Fornecedores	1.910	8.738
Contas a receber	1.937.610	2.127.822	Obrigações trabalhistas e tributárias	982.742	929.666
Créditos diversos	3.234	3.234	Cauções locatícios	1.743.205	2.021.204
Total do ativo circulante	**3.128.925**	**2.739.953**	Adiantamento de clientes	256	–
			Total do passivo circulante	**2.728.113**	**2.959.608**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Partes relacionadas	687.701	343.394	Capital social	109.081.127	118.760.132
Propriedade para investimento	138.901.893	148.580.898	Reserva de capital	27.264.158	27.264.158
Total do ativo não circulante	**139.589.594**	**148.924.292**	Reserva legal	3.645.121	2.680.347
			Total do patrimônio líquido	**139.990.406**	**148.704.637**
Total do ativo	**142.718.519**	**151.664.245**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**142.718.519**	**151.664.245**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024			
			Receitas financeiras	45.042	7.351
Receita operacional líquida	23.442.584	20.560.489	**Resultado financeiro**	**(92.884)**	**(98.696)**
Despesas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**21.904.809**	**18.407.667**
Despesas administrativas e gerais	(2.365.438)	(1.969.196)	Imposto de renda e contribuição social – correntes	(2.630.037)	(2.190.880)
Despesas tributárias	(13.242)	(84.930)	Imposto de renda e contribuição social – diferidos	20.695	(105.094)
Outras receitas e despesas	933.789	–	**Lucro líquido do exercício**	**19.295.467**	**16.111.693**
	(1.444.891)	**(2.054.126)**			
Resultado operacional	**21.997.693**	**18.506.363**			
Despesas financeiras	(137.926)	(106.047)			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	**118.760.132**	**27.264.158**	**1.874.764**	**–**	**945.391**	**148.844.445**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.111.693	16.111.693
Constituição de reserva legal	–	–	805.585	–	(805.585)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(16.251.499)	(16.251.499)
Outras movimentações	–	–	(2)	–	–	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**118.760.132**	**27.264.158**	**2.680.347**	**–**	**–**	**148.704.637**
Redução de capital	(9.679.005)	–	–	–	–	(9.679.005)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	19.295.467	19.295.467
Constituição de reserva legal	–	–	964.773	–	(964.773)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(18.330.694)	(18.330.694)
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**109.081.127**	**27.264.158**	**3.645.121**	**–**	**–**	**139.990.406**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.295.467	16.111.693
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**19.295.467**	**16.111.693**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.904.809	18.407.667
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Outras movimentações	–	(2)
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	190.212	(965.934)
Créditos diversos	–	(3.101)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(6.828)	6.972
Obrigações trabalhistas e tributárias	73.772	(51.133)
Cauções locatícios recebido	(277.999)	(79.737)
Adiantamento de clientes	256	–
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**21.884.222**	**17.314.732**
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(2.630.037)	(2.190.880)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**19.254.185**	**15.123.852**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	(1.563.459)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	–	(1.563.459)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(18.330.694)	(16.251.499)
Partes relacionadas	(344.307)	1.977.500
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(18.675.001)**	**(14.273.999)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**579.184**	**(713.606)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	608.897	1.322.503
No final do exercício	1.188.081	608.897
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**579.184**	**(713.606)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLO Centro Logístico Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Renato Kluger – Diretor CPF 311.755.948-57
Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa CRC-1SP 228.935/O-8.

CLP – Rodoanel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 19.381.521/0001-64

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.816.933	1.663.812	Fornecedores	1.910	58.125
Contas a receber	1.106.845	1.046.389	Obrigações trabalhistas e tributárias	617.827	573.877
Créditos diversos	–	–	Contas a pagar	4.072.635	3.727.865
Total do ativo circulante	**3.923.778**	**2.710.201**	**Total do passivo circulante**	**4.692.372**	**4.359.867**
			Passivo não circulante		
Ativo não circulante			Partes relacionadas	204.543	254.543
Partes relacionadas	13.675.296	6.578.669	Permuta de imóveis	37.742.290	37.742.290
Propriedade para investimento	39.422.900	1.680.610	**Total do passivo circulante**	**37.946.833**	**37.996.832**
Estoque de imóveis	–	37.742.290	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	**53.098.196**	**46.001.568**	Capital social	11.751	11.751
			Reserva legal	2.350	2.350
			Reserva de lucros	14.368.668	6.340.968
			Total do patrimônio líquido	**14.382.769**	**6.355.070**
Total do ativo	**57.021.974**	**48.711.769**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**57.021.974**	**48.711.769**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	15.552.492	13.187.587	**Resultado operacional**	**13.613.997**	**8.992.666**
(-) Descontos concedidos	(574.230)	(1.167.939)	Despesas financeiras	(350.896)	(276.038)
(-) Tributos incidentes	(543.778)	(426.370)	Receitas financeiras	125.795	35.717
Receita líquida	**14.434.484**	**11.593.279**	**Resultado financeiro**	**(225.101)**	**(240.321)**
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	(854.492)	(2.595.250)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**13.388.896**	**8.752.344**
Despesas tributárias	–	(5.363)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.646.066)	(1.295.872)
Outras receitas e despesas	34.005	–	**Lucro líquido do exercício**	**11.742.830**	**7.456.472**
	(820.487)	**(2.600.613)**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.751**	**2.350**	**1.146.249**	**1.160.349**
Lucro líquido do exercício	–	–	7.456.472	7.456.472
Distribuição de lucros	–	–	(2.261.751)	(2.261.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**11.751**	**2.350**	**6.340.969**	**6.355.070**
Lucro líquido do exercício	–	–	11.742.830	11.742.830
Distribuição de lucros	–	–	(3.715.131)	(3.715.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**11.751**	**2.350**	**14.368.668**	**14.382.769**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	11.742.830	7.456.472
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**11.742.830**	**7.456.472**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	13.388.896	8.752.344
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(60.456)	(338.291)
Créditos diversos	–	35.783
Estoque de imóveis	–	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(56.215)	(295.840)
Obrigações trabalhistas e tributárias	43.950	243.895
Contas a pagar	344.770	1.139.537
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**13.660.945**	**9.537.428**
Imposto de renda e contribuição social	(1.646.066)	(1.295.872)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**12.014.879**	**8.241.556**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	454.926
Fluxo de caixa gerado nas atividades de investimento	–	454.926
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(7.146.627)	(5.340.376)
Distribuição de lucros	(3.715.131)	(2.261.751)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(10.861.758)**	**(7.602.127)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.153.121**	**1.094.355**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.663.812	569.457
No final do exercício	2.816.933	1.663.812
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.153.121**	**1.094.355**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 32 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Centro Logístico Perus Rodoanel, localizado na Raimundo Pereira de Magalhães, 18.500, Perus-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa CRC 1SP 228.935/O-8.

D.C.A. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.149.253/0001-27

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo não circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	9	155	Partes relacionadas	–	1.105.500
Partes relacionadas	3.396.470	1.002.789	**Total do passivo circulante**	**–**	**1.105.500**
Tributos a recuperar	44	44	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo circulante	**3.396.523**	**1.002.988**	Capital social	109.429.036	109.429.036
Ativo não circulante			Reserva legal	2.079.633	1.435.287
Investimentos	108.112.146	110.966.835	Reserva de lucros	–	–
Total do ativo não circulante	**108.112.146**	**110.966.835**	**Total do patrimônio líquido**	**111.508.669**	**110.864.323**
Total do ativo	**111.508.669**	**111.969.823**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**111.508.669**	**111.969.823**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Receitas/Despesas operacionais			Despesas financeiras	–	3
Despesas administrativas e gerais	(6.268)	(14.142)	Receitas financeiras	2	–
Despesas tributárias	(227)	(216)	**Resultado financeiro**	**2**	**3**
Resultado de equivalência patrimonial	14.957.166	13.819.762	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**12.886.936**	**13.805.407**
Outras receitas e despesas	(2.063.737)	–	**Lucro líquido do exercício**	**12.886.936**	**13.805.407**
	12.886.934	**13.805.403**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**31.577.302**	**75.784.698**	**2.812.052**	**–**	**(676.499)**	**109.497.552**
Aumento de capital	77.851.734	(75.784.698)	(2.067.036)	–	–	(0,00)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.805.407	–	13.805.406,64
Constituição de reserva legal	–	–	690.270	(690.270)	–	–
Absorção do prejuízo acumulado	–	–	–	(676.499)	676.499	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(12.438.637)	–	(12.438.637,26)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**109.429.036**	**–**	**1.435.287**	**–**	**–**	**110.864.322**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	12.886.936	–	12.886.936
Constituição de reserva legal	–	–	644.347	(644.347)	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(12.242.589)	–	(12.242.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**109.429.036**	**–**	**2.079.633**	**–**	**–**	**111.508.669**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A Companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo como fator preponderante a participação como investidora nos empreendimentos de seu interesse. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Daniel Pereira** – CRC-SP 128.326/O-3.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.886.936	13.805.407
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**12.886.936**	**13.805.407**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.886.936	13.805.407
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.957.166)	(13.819.762)
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	(0)	167
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações trabalhistas e tributárias	–	(6)
Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais	**(2.070.230)**	**(14.195)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(2.070.230)**	**(14.195)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	17.811.855	12.683.873
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	**17.811.855**	**12.683.873**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(12.242.589)	(12.438.637)
Partes relacionadas	(3.499.182)	(230.895)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(15.741.771)**	**(12.669.533)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(146)**	**145**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	155	10
No final do exercício	9	155
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(146)**	**145**

Dutra Logística Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 41.866.850/0001-54

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	7.709.983	10.427.595	Obrigações trabalhistas e tributárias	66.893	37.546
Contas a receber	4.010	4.010	**Total do passivo circulante**	**66.893**	**37.546**
Tributos a recuperar	103.133	47.078	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**7.817.126**	**10.478.684**	Obrigações com investidores – SCP	158.513.900	126.260.948
			Total do passivo circulante	**158.513.900**	**126.260.948**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Investimentos	175.391.611	137.295.394	Capital social	10.000	10.000
Total do ativo não circulante	**175.391.611**	**137.295.394**	Reserva legal	2.000	1.193.800
			Reserva de lucros	24.615.944	–
			Lucros acumulados	–	20.271.784
			Total do patrimônio líquido	**24.627.944**	**21.475.584**
Total do ativo	**183.208.737**	**147.774.078**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**183.208.737**	**147.774.078**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Despesas operacionais			Despesas financeiras	(825)	(30)
Despesas administrativas e gerais	(2.388.301)	(768.568)	Receitas financeiras	953.637	1.072.232
Despesas tributárias	(227)	(382)	**Resultado financeiro**	**952.813**	**1.072.202**
Resultado de equivalência patrimonial	4.888.311	23.524.056	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**3.452.597**	**24.216.560**
Outras receitas	–	389.252	Imposto de Renda e Contribuição Social	(300.237)	(340.559)
	2.499.784	**23.144.359**	**Lucro líquido do exercício**	**3.152.360**	**23.876.002**
Resultado operacional	**2.499.784**	**23.144.359**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.000**	**–**	**(2.410.418)**	**(2.400.418)**
Lucro líquido do exercício	–	–	23.876.002	23.876.002
Reserva legal	–	1.193.800	(1.193.800)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.000**	**1.193.800**	**20.271.784**	**21.475.584**
Reserva legal (estorno)	–	(1.191.800)	1.191.800	–
Lucro líquido do exercício	–	–	3.152.360	3.152.360
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**10.000**	**2.000**	**24.615.944**	**24.627.944**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico o investimento e participação nos empreendimentos próprios.

2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Daniel Pereira** – CRC-SP 128.326/O-3.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.152.360	23.876.002
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**3.152.360**	**23.876.002**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.452.597	24.216.560
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	4.888.311	23.524.056
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	(56.055)	(9.809)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	–	(100.000)
Obrigações trabalhistas e tributárias	29.347	16.581
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**8.314.200**	**47.647.388**
Imposto de renda e contribuição social	(300.237)	(340.559)
Fluxo de caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**8.013.963**	**47.306.829**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	(42.984.528)	(66.287.437)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(42.984.528)**	**(66.287.437)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com investidores – SCP	32.252.952	21.435.734
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**32.252.952**	**21.435.734**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.717.612)**	**2.455.127**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.427.595	7.972.468
No final do exercício	7.709.983	10.427.595
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.717.612)**	**2.455.127**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

GB Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 34.042.574/0001-44

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 16 de abril de 2026. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.814.519	1.745.822	Fornecedores	1.910	3.210
Contas a receber	1.943.692	1.857.108	Obrigações trabalhistas e tributárias	965.033	909.077
Créditos diversos	–	125.000	Contas a pagar	1.398.483	2.156.586
Tributos a recuperar	16.232	16.232	**Total do passivo circulante**	**2.365.426**	**3.068.873**
Total do ativo circulante	**3.774.443**	**3.744.162**	**Passivo não circulante**		
Ativo não circulante			Obrigações com investidores – SCP	29.894.332	29.894.332
Depósitos judiciais	–	400.355	Permuta de imóveis	43.794.402	43.794.402
Partes relacionadas	1.111.646	685.959	**Total do passivo não circulante**	**73.688.734**	**73.688.734**
Investimentos	–	62.955	**Patrimônio líquido**		
Propriedade para investimento	182.595.118	138.666.032	Capital social	109.603.413	109.603.413
Estoque de imóveis	–	43.794.402	Reserva legal	1.823.634	868.045
Total do ativo não circulante	**183.706.764**	**183.609.702**	Reserva de lucros	(0)	124.800
			Total do patrimônio líquido	**111.427.047**	**110.596.258**
Total do ativo	**187.481.207**	**187.353.865**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**187.481.207**	**187.353.865**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Receita com locação de imóveis	23.689.460	22.921.468		**(1.074.158)**	**(1.447.858)**
(-) Descontos concedidos	(16.661)	(889.626)	**Resultado operacional**	**21.732.888**	**19.782.290**
(-) Tributos incidentes	(865.754)	(801.694)	Despesas financeiras	(174.434)	(111.344)
Receita líquida	**22.807.046**	**21.230.148**	Receitas financeiras	140.522	90.438
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(33.912)**	**(20.906)**
Despesas administrativas e gerais	(1.128.722)	(1.502.129)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**21.698.976**	**19.761.384**
Despesas tributárias	(59.767)	(1.626)			
Resultado de equivalência patrimonial	–	57.065	Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.587.198)	(2.404.483)
Outras receitas e despesas	114.331	(1.169)	**Lucro líquido do exercício**	**19.111.778**	**17.356.901**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**200**	**7.498.069**	**7.499.269**
Aumento de capital	109.602.413	–	–	109.602.413
Lucro líquido do exercício	–	–	17.356.901	17.356.901
Constituição de reserva legal	–	867.845	(867.845)	–
Distribuição de lucros	–	–	(23.862.324)	(23.862.324)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**109.603.413**	**868.045**	**124.800**	**110.596.258**
Lucro líquido do exercício	–	–	19.111.778	19.111.778
Constituição de reserva legal	–	955.589	(955.589)	–
Distribuição de lucros	–	–	(18.280.989)	(18.280.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**109.603.413**	**1.823.634**	**(0)**	**111.427.047**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.111.778	17.356.901
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**19.111.778**	**17.356.901**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Atividades operacionais	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.698.976	19.761.384
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	–	(57.065)
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(86.584)	(67.636)
Créditos diversos	125.000	(124.152)
Depósitos judiciais	400.355	(400.355)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(1.300)	(155.001)
Obrigações trabalhistas e tributárias	55.956	80.682
Contas a pagar	(758.103)	111.344
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**21.434.300**	**19.149.201**
Imposto de renda e contribuição social	(2.587.198)	(2.404.483)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**18.847.102**	**16.744.718**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(134.684)	(675.213)
Investimentos em coligadas e controladas	62.955	5.000
Aumento de capital	–	109.602.413
Distribuição de lucros	(18.280.989)	(23.862.324)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(18.352.718)**	**85.069.876**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(425.687)	7.492.931
Obrigações com investidores – SCP	–	(109.602.413)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(425.687)**	**(102.109.482)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**68.697**	**(294.888)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.745.822	2.040.710
No final do exercício	1.814.519	1.745.822
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**68.697**	**(294.888)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLIR 2 – Centro Logístico Imigrantes 2, localizado na Estrada Galvão Bueno, 3300, São Bernardo do Campo-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 16 de abril de 2026.

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa** – CRC 1SP 228.935/O-8

Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32 – NIRE 35.300.656.067

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 10 de outubro de 2025, às 09h30, de forma exclusivamente digital através da plataforma eletrônica indicada pela **Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia"), sendo considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, 1496, 3º andar, Sala, Vila Yara, CEP 06.020-902. 2. **Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), devido a presença da acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa:** Presidente: Pedro Victor dos Santos Macedo, Secretário: Thomas Gandolfo Barth. 4. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre **(a)** a alteração da denominação social da Companhia e a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social e **(b)** a exclusão do nome fantasia da Companhia. 5. **Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiu o quanto segue: **5.1. Autorizar** a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2. Aprovar** a alteração da denominação social da Companhia, que passará de "**Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamento S.A.**" para "**iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.**". **5.3.** Em razão da alteração acima, aprovar a nova redação do artigo 1º do Estatuto Social, que passa a vigorar da seguinte forma: "***Artigo 1º.*** *A* **iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.** *("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentações que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das S.A.").*" **5.4. Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme redação do **Anexo I** à presente Ata. **5.5. Aprovar** a exclusão do nome fantasia "Zoop Brasil". 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, esta assembleia geral extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Osasco, 10 de outubro de 2025. **Mesa: Pedro Victor dos Santos Macedo** – Presidente; **Thomas Gandolfo Barth** – Secretário. **Acionista: Movilepay Holding Financeira Ltda.** Por: Pedro Victor dos Santos Macedo e Thomas Gandolfo Barth Cargos: Diretores. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 7.788/26-5 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2026

1. Data, Horário e Local: No dia 13 de março de 2026, às 9:30 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, 7º andar, Bela Vista, CEP: 01317-910, permitida também a participação via Microsoft Teams ("**Reunião**"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Marcos Marinho Lutz, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, José Maurício Pereira Coelho, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Roberto Lucio Cerdeira Filho. Participou, ainda, a Sra. Denize Sampaio Bicudo ("**Convidados**"). **3. Mesa:** Presidente: Marcos Marinho Lutz; e Secretária: Denize Sampaio Bicudo. **4. Ordem do Dia e Deliberações: 4.1.** Os Conselheiros discutiram e definiram a composição da chapa, a ser indicada pela administração, que concorrerá na eleição dos membros do Conselho de Administração a realizar-se na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **4.2.** O Conselho de Administração, após análise e confirmação da aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho à Política Corporativa de Indicação de Membros do Conselho de Administração, e das razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e na declaração de independência apresentada por cada candidato, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente, indica a seguinte chapa: *Candidatos independentes:* Eduardo de Toledo, Jorge Marques de Toledo Camargo, José Mauricio Pereira Coelho, Julio de Toledo Piza Neto, Roberto Lucio Cerdeira Filho. *Candidatos não independentes:* Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Rodrigo de Almeida Pizzinatto. **4.3.** O Conselho de Administração autoriza a divulgação da chapa ora indicada e disponibilização da qualificação e experiência dos candidatos, bem como de todos os documentos exigidos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia, junto com os demais materiais relacionados à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 13 de abril de 2026, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 02 de março de 2026. **5. Observações e Encerramento:** Todas as deliberações foram aprovadas, sem emendas ou ressalvas, pela totalidade dos membros do Conselho de Administração presentes. Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes. **6. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. Marcos Marinho Lutz; Secretária – Denize Sampaio Bicudo. Membros do Conselho de Administração: Marcos Marinho Lutz, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, José Maurício Pereira Coelho, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Roberto Lucio Cerdeira Filho. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 13 de março de 2026. **Denize Sampaio Bicudo** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.625/26-1 em 30/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Odinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** deliberar sobre o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; **2.** deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo a constituição da reserva legal e demais destinações cabíveis; **3.** deliberar sobre a distribuição de dividendos, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social; **4.** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **5.** eleição dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** deliberar sobre a a alteração do endereço da matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0001-16, para Rua Surubim, 550, conjuntos 71 e 72, Vista Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-050, bem como, da filial inscrita no CNPJ / MF sob o nº 58.317.751/0004-69, para o mesmo endereço; **2.** aprovar a atualização do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0010-07, para Rodovia PE-60, KM 10, s/n, Zona Industrial 3 (ZI-3), Suape, Distrito Industrial de Ipojuca, Ipojuca/PE, CEP 55598-078, em razão de atualização cadastral promovida pela municipalidade, sem qualquer alteração de sua localização física; **3.** deliberar sobre a proposta de alteração dos artigos 2º e 3º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a inclusão de novas atividades econômicas e atualização de informações cadastrais Companhia e de suas filiais; **4.** dar ciência, deliberar e ratificar ou não, os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; **5.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações ora deliberadas; e **6.** outros assuntos de interesse social. São Paulo, 23 de abril de 2026. ***Marilena Rodrigues Vasone*** – *Presidente.*

(23, 24 e 25/04/2026)

Movilepay Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 51.556.307/0001-04 – NIRE 35.300.619.102

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 10 de outubro de 2025, às 09h00min, de forma exclusivamente digital através da plataforma eletrônica indicada pela **MovilePay Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("**Companhia**"), sendo considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, nº 1496, 7º Andar, Lado "A", Vila Yara, CEP 06020-902. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em virtude da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Pedro Victor dos Santos Macedo; Secretário: Thomas Gandolfo Barth. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia e a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pelas acionistas da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas: **5.1** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2** Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, que passará de "**Movilepay Sociedade de Crédito Direto S.A.**" para "**iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.**". **5.3** Em razão da alteração acima, aprovar a nova redação do artigo 1º do Estatuto Social, que passa a vigorar da seguinte forma: ***"Artigo 1º. iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.*** *é constituída sob a forma de sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis ("Companhia").*" **5.4** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme redação do **Anexo I** à presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, esta Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Osasco, 10 de outubro de 2025. *(Assinaturas apartadas na próxima página)* **Mesa: Pedro Victor dos Santos Macedo** – Presidente; **Thomas Gandolfo Barth** – Secretário. **Acionistas: Movilepay Holding Financeira Ltda.** Por: Pedro Victor dos Santos Macedo Cargo: Diretor, Por: Thomas Gandolfo Barth Cargo: Diretor; **MI Pagamentos do Brasil Ltda.** Por: Pedro Victor dos Santos Macedo Cargo: Diretor, Por: Thomas Gandolfo Barth Cargo: Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 8.800/26-1 em 21/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Sunshine City Ltda.

CNPJ/MF nº 34.706.031/0001-84 - NIRE 35.235.622.698

20ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **WE 1 Holding e Participações Ltda.,** sociedade empresária limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na rua Mesquita, nº 248, 1º andar, Vila Deodoro, CEP 01544-010, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, JUCESP, sob NIRE 35.239.079.867, em sessão de 09/05/2022, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.310.625/0001-50, neste ato representada por sua sócia e diretoria **Ana Georgina Liu Ge,** brasileira, empresária, solteira, nascida em 01/10/1998, portadora da cédula de identidade RG 37048873, inscrita no CPF/MF 462.042.328-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Rodrigo Cláudio, 500, apto 101, Bairro Aclimação, CEP 01532-020. Única sócia da **Sunshine City Ltda. ("Sunshine")** sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ/MF nº 34.706.031/0001-84, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Estudantes, 24, Liberdade, CEP 01505-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 35.235.622.698, doravante designada "Sociedade", resolve alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, o que faz nos seguintes termos: **1. Da Cessão e Transferência de Quotas. 1.1.** A Sócia **WE 1 Holding e Participações Ltda.,** já qualificada, possuidora de 1.326.460 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando a importância de R$ 1.326.460,00 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta reais), neste ato CEDE e TRANSFERE, como cedido e transferido tem, a quantia de 1 (uma) quota, no valor de R$ 1,00 (um real) a Sócia Ingressante **Ana Georgina Liu Ge,** brasileira, empresária, solteira, nascida em 01/10/1998, portadora da cédula de identidade RG 37048873, inscrita no CPF/MF 462.042.328-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Rodrigo Cláudio, 500, apto 101, Bairro Aclimação, CEP 01532-020. **2. Transformação da Sunshine em Sociedade Anônima.** 2.1. Os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade decidem, sem quaisquer reservas, aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima unipessoal, sob denominação de **Sunshine City S.A.** A transformação ora aprovada não importará qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações comerciais e fiscais. Cada quota representativa do capital social da Sociedade é, neste ato, convertida em uma ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, as quais serão atribuídas ao acionista da forma estipulada abaixo, mantidas as mesmas participações no capital social da Sociedade. (a) As 1.326.459 (um milhão, trezentas e vinte e seis mil, quatrocentas e cinquenta e nove) quotas detidas pela sócia **WE 1 Holding e Participações Ltda.,** acima qualificada, ficam convertidas em 1.326.459 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A 1 (uma) quota detida pela sócia ingressante **Ana Georgina Liu Ge**, acima qualificada, fica convertida em 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Desta forma, o capital social da Sociedade passa a ser distribuído entre o acionista da seguinte forma: **Acionista: WE 1 Holding e Participações Ltda.; Ações ordinárias:** 1.326.459; **Valor (R$):** 1.326.459,00. **Ana Georgina Liu Ge; Ações ordinárias:** 1; **Valor (R$):** 1,00. **Total das Ações ordinárias:** 1.326.460. **Total do Valor (R$):** 1.326.460,00. 2.2. Os sócios declaram, assim, transformada a Sociedade, autorizando sua administradora à prática de todos os atos que se fizerem necessários para a implementação da transformação ora aprovada. **3. Eleição da Diretoria:** 1.2. A administração da Companhia permanecerá sob os cuidados da agora **Diretora Ana Georgina Liu Ge,** brasileira, empresária, solteira, nascida em 01/10/1998, portadora da cédula de identidade RG 37048873, inscrita no CPF/MF 462.042.328-94, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Rodrigo Cláudio, 500, apto 101, Bairro Aclimação, CEP 01532-020. A integrante da Diretoria foi imediatamente empossada em seu respectivo cargo, mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, o qual declara ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e, consequentemente, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. O termo de posse devidamente assinados encontram-se anexo à presente Ata (Anexo III). A Diretoria ora eleita terá um mandatos de 3 (três) anos, conforme estabelecido no artigo 13 do Estatuto Social, permanecendo no cargo até a Assembleia Geral Ordinária de 2028, caso não renuncie ou seja destituída. 3.1. Os acionistas deixam de fixar, por ora, a remuneração global anual da administração da Companhia, o que será feito oportunamente. **4. Consolidação do Estatuto Social:** 4.1. Os acionistas aprovam o projeto de Estatuto Social que constitui o Anexo I a esta ata, o qual passa a reger a Companhia. 4.2. Por fim, fica o diretor da Companhia autorizado a proceder às alterações e atualizações aplicáveis, tomando todas as medidas necessárias para efetivar as resoluções ora aprovadas. São Paulo/SP, 09 de outubro de 2025. JUCESP/NIRE nº 3530068496-6. JUCESP nº 5.017/26-9 em 14/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Da Denominação, Sede, Foro, Filiais, Objeto e Duração. Artigo 1º -Sob a denominação social de **Sunshine City S.A.,** adotando como nome fantasia a expressão **"We Coffee",** fica constituída uma sociedade anônima que se regerá por este estatuto e pela legislação vigente que lhe for aplicável. Artigo 2º - A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Estudantes, 24, Liberdade, CEP 01505-000, podendo abrir filiais, ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, a critério da diretoria. Parágrafo único: A sociedade possui as seguintes filiais: **Filial 1** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, 1682, térreo, loja 05, Jardim Paulista, CEP 01424-006, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.216.981 e CNPJ/MF 34.706.031/0002-65; **Filial 2** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mesquita, nº 248, anexo 258, Aclimação, CEP 01544-010, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.297.752 e CNPJ/MF 34.706.031/0003-46; **Filial 3** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Diogo Jácome, nº 598, Vila Nova Conceição, CEP 04512-001, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.382.237 e CNPJ/MF 34.706.031/0004-27; **Filial 4** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, Pavimento térreo e lobby, Bela Vista, CEP 01311-920, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.440.253 e CNPJ/MF 34.706.031/0005-08; **Filial 5** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1089, loja 15-P/0/SL, Jardim das Acácias, CEP 04707-900, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.675.094 e CNPJ/MF 34.706.031/0006-99; **Filial 6** – Localizada na Cidade e Estado de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Filial na Alameda Terracota, nº 545, loja 107, Cerâmica, CEP 09531-190, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.581.422 e CNPJ/MF 34.706.031/0007-70; **Filial 7** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Regente Feijó, nº 1739, loja TIL-B2/83/84-A, Vila Regente Feijó, CEP 03342-000, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.581.451 e CNPJ/MF 34.706.031/0008-50; **Filial 8** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3970, loja 102, Pinheiros, CEP 05402-918, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.672.863 e CNPJ/MF 34.708.031/0009-31; **Filial 9** – Localizada na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Pereira Barreto, nº 42, loja 0132A3, piso P1, Shopping ABC – CEP 09190-210, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.613.999 e CNPJ/MF 34.706.031/0010-75; **Filial 10** – Localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Piracema, nº 6690, loja 2082, Shopping Iguatemi Alphaville, Condomínio Shopping Center, Tamboré – CEP 06460-030, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.614.006 e CNPJ/MF 34.706.031/0011-56; **Filial 11** – Localizada na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Terminal 2, Asa C, loja 2523, Aeroporto – CEP 07190-100, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.629.216 e CNPJ/MF 34.706.031/0012-37; **Filial 12** – Filial Situada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Mesquita, nº 248, Vila Deodoro – CEP 01544-010, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.858.240 e CNPJ/MF 34.706.031/0013-18; **Filial 13** – Localizada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Domingos Agostini, nº 61 – Água Rasa – CEP 03345-030, registrada na JUCESP sob NIRE 35.906.891.883 e CNPJ/MF 34.706.031/0014-07; **Filial 14** – Filial Situada em na Cidade e Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1669, loja 2, Jardim Paulistano – CEP 01451-911, registrada na JUCESP sob NIRE 35906891891 e CNPJ/MF 34.706.031/0015-80; **Filial 15 –** Filial situAda na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, n 2073, Bela Vista, CEP 01311-940 registrada na JUCESP sob NIRE 35907307409 e CNPJ 34.706.031/0016-60; **Filial 16 -** Filial situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Otto Baumgart, n 500, quiosque 45, Shopping Center- Norte, Vila Guilherme, CEP 02049-900 registrada na JUCESP sob NIRE 35907307417 e CNPJ/MF J 34.706.031/0017-41. Artigo 3º - A sociedade terá como objeto social atividade de lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares. Filiais 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, 15 e 16 exercem a mesma atividade da matriz. Filial 2: Fabricação de produtos de padaria e confeitaria, com predominância de produção própria; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Fornecimento de alimentos preparados preponderam ente para empresas; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Atividades de lanchonetes, casas de chá sucos e similares. Parágrafo único: A sociedade, para desenvolver as suas atividades, poderá fazer uso de armazém próprio e/ou terceirizado, adoção de cozinha central (produção), cozinhas satélites (acabamento), e refeitórios satélites (consumo), em estabelecimentos próprios e local fixo fora de loja. Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Do Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social é de R$ 1.326.460,00 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta reais), divididos em 1.326.460 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e seis), ações ordinárias, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. Artigo 6º - Mediante a aprovação de acionistas representando a maioria simples do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. Artigo 7º - Cada ação ordinária terá o direito de preferência na subscrição das novas ações, qualquer que seja o motivo do aumento do capital, na proporção da participação de cada uma no capital social. **Assembleia Geral:** Artigo 8º - A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Sociedade e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. Artigo 9º - Cada Assembleia Geral terá um Presidente e um Secretário. Parágrafo 1º - Observadas as disposições legais aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente. Parágrafo 2º - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral deverão seguir aqueles estabelecidos pela legislação aplicável, ressalvado o disposto no Artigo 10 deste Estatuto, ficando desde já estabelecido que os acionistas poderão ser convocados através de carta registrada, e-mail, telegrama, com aviso de recebimento, a ser recebido com pelo menos 21 (vinte e um) dias de antecedência da data de realização de cada Assembleia Geral. Artigo 10 - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvado o disposto no Artigo 11 deste Estatuto. Artigo 11 - Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, a prática dos seguintes atos dependerá de decisão de acionistas representando maioria simples do capital votante da Sociedade: (a) alteração do Estatuto Social, que venha a afetar os direitos dos acionistas, inclusive, sem limitação, qualquer alteração do capital social da Sociedade e dos valores mobiliários por ela emitidos; (b) autorização para os administradores confessarem falência e pedirem recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade; (c) aprovação da transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade, sua dissolução ou liquidação, bem como a nomeação e destituição dos liquidantes e aprovação das contas por eles prestadas; (d) aprovação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (f) cessão, transferência, alienação, doação, ou qualquer mudança de titularidade, ônus, garantias, penhores sobre ações da Sociedade por qualquer dos Acionistas, em razão da característica personalíssima do relacionamento entre os Acionistas e finalidade da Sociedade; (g) contratação de empréstimos ou tomada de crédito pela Sociedade; (h) alienação de bens imóveis; (i) qualquer aquisição de bens dos ativos permanente e/ou circulante; (j) transacionar, fazer acordos, judicial ou extrajudicialmente, ou perante tribunais arbitrais, com credores, devedores, empregados e quaisquer outros terceiros, especialmente acordos que impliquem em renúncia de direitos pela Sociedade ou na assunção de obrigações, ou, ser parte de ações judiciais, inclusive arbitrais, exceto no caso da adoção de medidas judiciais/arbitrais que não possam ser retardadas; (k) atos que envolvam a alienação, compra, venda, locação, arrendamento, permissão, cessão da propriedade, do uso ou de qualquer outro benefício, e criação de quaisquer ônus ou gravames, sobre os bens imóveis, móveis, direitos e instalações da Sociedade; ou, (l) tomar participação direta ou indireta no capital de outra companhia e/ou mudar o percentual de tal participação. **Administração:** Artigo 12 **-** A Sociedade será administrada por uma Diretoria. Parágrafo 1º - A Diretores assumirão seus respectivos cargos dentro de no máximo 30 (trinta) dias a contar de sua nomeação, mediante assinatura dos termos de posse no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Parágrafo 2º - A Assembléia Geral, sujeito às disposições do Artigo 10 deste Estatuto, estabelecerá a remuneração anual integral dos Diretores, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade. Parágrafo 3º - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **Diretoria:** Artigo 13 - A Diretoria da Sociedade será composta por 01 (um) membro, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, com mandato de 3 (três) anos, sem designação específica. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus substitutos tomem posse, sendo permitida a reeleição. Artigo 14 - Caberá à Assembleia Geral, por maioria de votos, eleger, reeleger ou destituir os Diretores da Sociedade, fixando-lhes a remuneração individual. Parágrafo Único - Em caso de vacância no cargo de qualquer Diretor, um substituto será indicado pelo período restante para o fim do mandato do Diretor então substituído. Artigo 15 - Os Diretores, sempre em conjunto, representarão a Sociedade em quaisquer operações dentro do curso normal dos negócios, desde que respeitados os limites previstos neste Estatuto Social e nas da Assembleia Geral. Artigo 16 - São algumas das responsabilidades dos Diretores: (a) abrir, manter e encerrar contas bancárias; (b) efetuar investimentos em certificados de depósitos bancários, fundos monetários e outros investimentos a curto prazo prudentes; (c) manter registros e contas adequados e completos de todas as operações e despesas da Sociedade, e (d) preparar todos os relatórios a serem entregues aos acionistas ou a outros órgãos sociais ou que sejam exigidos por órgãos fiscais ou outras autoridades e órgãos governamentais. Artigo 17 - Os Diretores serão investidos de todos os poderes de gerência da Sociedade, a fim de assegurar o pleno desempenho de suas funções, inclusive, sem limitação: (a) a representação da Sociedade como autora ou ré em qualquer ação, judicial ou não, inclusive perante quaisquer autoridades e órgãos federais, estaduais ou municipais, inclusive, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF), e (b) a administração e direção dos negócios sociais. Artigo 18 - As procurações a serem emitidas pela Sociedade serão sempre outorgadas por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto e estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas a advogados para administrar processos judiciais ou administrativos, terão prazo máximo de 1 (um) ano. Artigo 19 - Os Diretores não poderão conceder avais, fianças ou quaisquer outras garantias em nome da Sociedade ou, em seu próprio nome por obrigações contraídas pela Sociedade, a menos que sob a expressa autorização da Assembleia Geral. Parágrafo Único - A concessão de garantias, avais e/ou fianças pela Sociedade em transações estranhas ao objeto social ou para garantir obrigações de terceiros ou de seus acionistas é expressamente proibida e será nula de pleno direito. **Do Conselho Fiscal:** Artigo 20 - O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e outros tantos suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia geral, com mandato até a primeira Assembleia geral ordinária que se realizar após sua eleição, podendo ser reeleitos. Parágrafo único: O Conselho Fiscal não funcionará de modo permanente, funcionando somente nos exercícios em que for solicitado pelos acionistas detentores de ações ordinárias. Artigo 21 - Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das atribuições que lhes são atribuídas em lei, perceberão os honorários fixados pela Assembleia geral que os eleger. **Do Exercício Social, Lucros e sua Distribuição:** Artigo 22 - Observadas as disposições deste Artigo, ao final de cada exercício social serão levantados um balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes. Artigo 23 - Após as deduções previstas em lei, incluindo reserva obrigatória para fazer frente às despesas de manutenção dos bens que compõem o patrimônio da Sociedade no exercício seguinte, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, mediante proposta da Diretoria. Artigo 24 - Os lucros líquidos regularmente apurados no balanço geral, levantado ao término do exercício, feitas as necessárias deduções das provisões e das participações, serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo Único: A sociedade poderá levantar balanço intermediário semestral ou de períodos menores e distribuir ou capitalizar os eventuais lucros neles verificados. Artigo 25 - Em caso de sucessão de um dos acionistas, a distribuição dos lucros será determinada exclusivamente pelo acionista remanescente. Artigo 26 - Os dividendos não reclamados no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua distribuição, prescreverão a favor da sociedade. **Da Liquidação da Sociedade:** Artigo 27 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação da Assembleia geral. Artigo 28 - A Assembleia geral que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e o Conselho Fiscal que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Disposições Gerais e Transitórias:** Artigo 29 - As questões omissas no estatuto serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e demais leis em vigor. São Paulo/SP, 09 de outubro de 2025.

Tempo Geração e Participação S.A.

CNPJ nº 50.195.812/0001-08 - NIRE 35300686187

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada em 02 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede social da **Tempo Geração e Participação S.A.** ("Companhia") localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, n.º 84, 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-000. **2. Convocação, Presença e Instalação**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Composição da Mesa**: Presidente: Sr. **David Barmak**; e Secretário: Sr. **Luiz Guilherme Guadagnini Baldner**. **4. Ata Em Forma De Sumário**: Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme disposto no parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Ordem Do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a aprovação, pela Companhia, da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para colocação privada, no montante total de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, Em Duas Séries, para Colocação Privada, da Tempo Geração e Participação S.A." ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a: **(a)** Companhia; **(b) Blueoak Special Situations I Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, fundo de investimento em participações constituído na forma de condomínio fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.793, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 49.744.106/0001-99, representado na forma do seu regulamento pela **Blueoak Investments Asset Ltda.**, gestora de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, n.º 400, Edifício Dacon, 12º andar, conjunto 121, Jardim Paulistano, CEP 01.454-901, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 48.392.830/0001-38 (na qualidade de "Debenturista") e a **(c)** Feira de Santana SPE I Ltda. ("Feira de Santana"); **(d)** Morro do Chapéu SPE I Ltda. ("Morro do Chapéu"), **(e)** Santa Bárbara SPE I Ltda. ("Santa Bárbara SPE I"), **(f)** Santa Bárbara SPE II Ltda. ("Santa Bárbara SPE II"); **(g)** SPE Ravi Granja VIZ – Locação de Geradores Ltda. ("Iramaia"); **(h)** VIP BA VX Locação de Gerador SPE Ltda. ("VIP BA VX"); **(i)** VIP BA XXVI Locação de Gerador SPE Ltda. ("VIP BA XXVI"); **(j)** VIP Boninal II - Locação de Geradores SPE Ltda., ("Boninal"); e **(k)** TG Bess Gridfsa SPE Ltda. ("SPE Bess" e, em conjunto com a Feira de Santana, a Morro do Chapéu, a Santa Bárbara SPE I, a Santa Bárbara SPE II, a Iramaia, a VIP BA VX, a VIP BA XXVI e Boninal, as "Fiadoras"), em benefício do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo); **(ii)** a outorga de garantia real na forma de alienação fiduciária, em favor do Debenturista, em caráter irrevogável e irretratável, de 100% (cem por cento) das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme termos e condições a serem estabelecidos no "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, as Fiadoras, o Debenturista e demais acionistas da Companhia, conforme aplicável ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo autorização para a celebração de quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando à celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do "Acordo de Investimento, Compromisso de Subscrição e Outras Avenças" ("Acordo de Investimento") e do "Acordo de Acionistas da Tempo Geração e Participação S.A." ("Acordo de Acionistas"); e **(iv)** a ratificação dos atos já praticados pelos diretores e demais representantes legais da Companhia relacionados à outorga da Alienação Fiduciária de Ações. **6. Deliberações**: Após realizada a leitura da ordem do dia e procedida à sua discussão, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas aprovar: **(i)** a realização da Emissão; **(ii)** a outorga pela Companhia, no âmbito da Emissão em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia, pelas Fiadoras no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações relativas: (a) ao pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, ou do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos presentes e/ou futuros assumidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras no âmbito e relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme definido na Escritura de Emissão) ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; (b) a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, pelas Fiadoras, na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, sem limitação, os honorários do Escriturador; e (c) ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Debenturista venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução da garantias e dos direitos descritos na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e nos demais documentos relacionado à Emissão, bem como todos e quaisquer custos, inclusive despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses do Debenturista nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Obrigações Garantidas"), da Alienação Fiduciária de Ações, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. **6.1.** Autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à outorga das Garantias da Companhia, inclusive para celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas. **6.2.** Ratificar todos os atos já praticados pelos diretores e demais representantes legais da Companhia relacionados à outorga das Garantias da Companhia. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da Mesa e por todos os presentes. Presidente: Sr. David Barmak; e Secretário: Sr. Luiz Baldner. Acionistas Presentes: (i) David Barmak; (ii) Luiz Guilherme Guadagnini Baldner; (iii) Silvio Cesar Braz Araujo; (iv) Carlos Eduardo Dourado Guerra; (v) Eduardo Albuquerque Ferreira Lima; (vi) Fernando Antônio Santiago Hunka; (vii) Fernando Antônio Estelita Guerra Junior; (viii) Grid Participações Ltda. São Paulo, 02 de abril de 2026. **Mesa: David Barmak** - Presidente; **Luiz Guilherme Guadagnini Baldner -** Secretário. **Acionistas: David Barmak; Luiz Guilherme Guadagnini Baldner; Silvio Cesar Braz Araujo; Carlos Eduardo Dourado Guerra; Eduardo Albuquerque Ferreira Lima; Fernando Antônio Santiago Hunka; Fernando Antônio Estelita; Guerra Junior; Grid Participações Ltda. -** Por Procuração Luiz Alberto Andrade Leal Junior. Jucesp nº 175.945/26-3 em 15/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Desenv Residencial SP1 Participações S.A.

CNPJ em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 21 de agosto de 2024 (Lavrada na forma de Sumário, conforme autorizado pelo artigo 130, parágrafo 1, da Lei 6404/76)

Em 21 de agosto de 2024, às 9:00hrs, na sede social Desenv Residencial SP1 Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11857, cj 122, Brooklin Paulista, CEP 04578-908. **Presenças:** Subscritores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** Presidente, Sr. Angelo Ferraretto, Secretária, Srª. Rosane Favero da Silva. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar a constituição da Desenv Residencial SP1 Participações S.A; (II) caso seja aprovado o item "I" da Ordem do Dia, aprovar o Projeto de Estatuto Social da Companhia; e (III) nomear os membros da Diretoria. **Deliberações:** Colocando em votação o item "I" da Ordem do Dia, resolve o subscritor da totalidade do capital social presente constituir a Desenv Residencial SP1 Participações S.A. Estatuto Social e Boletins de Subscrição, devidamente assinados em duplicata pelos subscritores que são parte integrante da presente ata de assembleia como Anexos I e II, respectivamente, encontravam-se sobre a mesa. Declarou, ainda, o Sr. Presidente que, em conformidade com os Boletins de Subscrição, o capital social subscrito é de R$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as 1.000 (mil) ações de emissão da Companhia nominativas e sem valor nominal serão integralizadas em moeda corrente nacional, no valor de R$ 1,00 (um real) por ação, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, nos termos dos Boletins de subscrição assinados em duplicata pelo subscritor. A seguir, colocando em votação o item "II" da Ordem do Dia, discutiu-se o Projeto do Estatuto Social da Companhia, o qual foi aprovado por unanimidade, declarando o Sr. Presidente constituída a Companhia, a reger-se segundo o Estatuto Social. Colocando em votação o item "III" da Ordem do Dia, foi eleito para integrar a Diretoria da Companhia o Sr Angelo Ferraretto, brasileiro, solteiro empresário, portador da cédula de identidade RG 32650959 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 418.087.228-50, com endereço na Rua Fernão Dias, nº 117, Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05427-010, como Diretor Presidente até a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 que ocorrerá em 2025 e que neste ato toma posse no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio. O Diretor ora eleito declara expressamente, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento por lei especial, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não está condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Para os fins do parágrafo 2º do artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações, o respectivo endereço do diretor acima mencionado será o local onde receberá as citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio. Mesa: Angelo Ferraretto – Presidente da Mesa; Rosane Favero da Silva – Secretária da Mesa. **Acionistas Presentes:** Angelo Ferraretto; VSCJ Patrimonial e Participacoes Ltda.; Vitor Guimarães Bidetti. **Visto do Advogado**: Marcel Schinzari OAB/SP 252.929. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 35.300.649.681 em 24/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Safe Ink Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 08.169.262/0001-96 - NIRE: 35220530881

12ª Alteração Contratual de Constituição por Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima

Data e Local: 23/01/2023, na sede de **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.**, inscrita no CNPJ 08.169.262/0001-96, NIRE 35300611969, na Rua Sergipe, 286, Bloco 1 - setor 1, Chácara do Solar, município de Santana de Parnaíba – SP, CEP 06530-010. **Presença:** Presentes todos os sócios, bem como todos os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia constituída. **Convocação/Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, conforme autorizam o artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 e artigos 124, § 4º, e 125 da Lei 6.404/1976. **Mesa:** Ana Lúcia Lopes Paneguini e Paulo Ricardo Moura Nocete, sendo os mesmos sócios e acionistas. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e iniciados os trabalhos, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, já sendo do conhecimento de todos o teor do estatuto social deliberaram por: **Aprovar 1)** A constituição por transformação do tipo societário, sem alteração do endereço sede, mas com adequação em seu objeto social conforme Estatuto Social, que ora se aprova também; **2)** O capital social será de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado; **3)** Eleição da diretoria, com o mandato de 3 (três) anos, tendo sido eleita como **Diretora Executiva**: **Ana Lúcia Lopes Paneguini**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 16 de fevereiro de 1968, inscrita no CPF sob o n. 162.843.798-70, portadora da Carteira de identidade n. 18.733.878-4, emitida pela SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Quatá, n. 804, apto. 142, bairro Vila Olímpia, em São Paulo/SP, CEP 04545-044; e **4)** Por não ser de funcionamento permanente e por não ter havido solicitação de acionista, não é constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a legislação e o estatuto social assim permitem. **Encerramento:** A Assembleia autorizou o arquivamento na Junta Comercial. Publicação resumida, nos termos do Art. 289 da Lei 6.404/76 e alterações da Lei 13.818/19. Santana de Parnaíba, 23 de janeiro de 2023. **Mesa: Ana Lúcia Lopes Paneguini,** Sócia e atual acionista. **Paulo Ricardo Moura Nocete,** Sócio e atual acionista. JUCESP/NIRE nº 35300611969 em 24/03/2023. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Safe Ink Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 08.169.262/0001-96 - NIRE: 35300611969

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2023

Data, Hora e Local: 16/11/2023, às 14:00 horas, na sede da **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.**, sediada na Rua Sergipe, n. 286, Bloco I, bairro Chácara do Solar, Setor 1, em Santana de Parnaíba/SP, CEP 06.530-010. **Presença:** Presentes todos os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia constituída. **Convocação/Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, conforme autorizam o artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 e artigos 124, § 4º, e 125 da Lei 6.404/1976. **Mesa:** Presidente da Mesa, a Sra. Ana Lúcia Lopes Paneguini e secretário Sr. Paulo Ricardo Moura Nocete. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberaram por: **Aprovar** 1) Abertura de filial de Safe Ink Gráfica e Editora S.A., como estabelecimento virtual, sito à Praça da Sé, s/n, CEP 01001-000, São Paulo, SP, com atividade exclusiva de Comércio Varejista de Livros, de forma eletrônica; 2) Alteração de objeto social da Sociedade para contemplar essa atividade de comércio de livros, de forma eletrônica, a qual será restrita a essa filial; 3) Alteração dos artigos 2º e 4º do Estatuto Social para contemplar as alterações aqui feitas nos itens 1 e 2 da ordem do dia, assim como a consolidação desse Estatuto Social para contemplar essas alterações. **Encerramento:** A Assembleia autorizou o arquivamento na Junta Comercial. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Publicação resumida, nos termos do Art. 289 da Lei 6.404/76 e alterações da Lei 13.818/19. Santana de Parnaíba, 16 de novembro de 2023. **Mesa: Ana Lúcia Lopes Paneguini,** Presidente. **Paulo Ricardo Moura Nocete,** Secretário. JUCESP nº 3.551/24-6 em 10/01/2024. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Safe Ink Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 08.169.262/0001-96 - NIRE: 35300611969

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de abril de 2026

Data, Hora e Local: 06/04/2026, às 10:30 horas, na sede de **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.,** Rua Sergipe, 286, Bloco 1 - setor 1, Chácara do Solar, município de Santana de Parnaíba – SP, CEP 06530-010. **Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação/Publicações:** Na forma do art. 133, *caput* e §5º, da Lei das S.A., o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, foram publicados de forma eletrônica, através da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme autoriza o art. 294, inciso III, da Lei das S.A. e, de forma de publicidade legal, em 03/05/2024 e no jornal Data Mercantil, no dia 03 de março de 2026 (Página 24), tendo sido dispensada, pelos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, a observância das formalidades (prazos e presenças) previstos nos arts. 133 e 134 da Lei das S.A. **Mesa:** Presidente da Mesa, a Sra. Ana Lúcia Lopes Paneguini e para as funções de secretário o Sr. Douglas Silva Lopes Junior. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas que representam a totalidade das ações de emissão da Companhia deliberaram, sem ressalvas, restrições ou modificações, por: **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da administração, as contas dos administradores e os demais documentos pertinentes apresentados pela administração da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2024 e de 2025, registrando que esses documentos já eram de conhecimento dos acionistas por haverem sido previamente publicados e disponibilizados para consulta na sede da Companhia. **(ii)** Ratificar, pela totalidade dos acionistas, as distribuições de dividendos, realizadas por conta dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, bem como aprovar a destinação do saldo do lucro líquido, no valor remanescente de R$ 3.511.225,25 (Três milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos) em 31/12/2025 da seguinte forma: a) Valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a conta de Reserva Legal da Companhia, com fulcro no art. 193 da Lei das S.A.; b) Dividendos propostos no valor de R$ 3.311.225,25 (Três milhões, trezentos e onze mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos) para a Conta de Dividendos a Pagar, sendo que estes valores serão distribuídos aos acionistas de acordo com as suas participações no capital da sociedade no período entre 2026 e 2028. **(iii)** Aprovar a remuneração da Diretoria no valor global de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) anuais. **Encerramento:** A Assembleia autorizou o arquivamento na Junta Comercial. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Publicação resumida, nos termos do Art. 289 da Lei 6.404/76 e alterações da Lei 13.818/19. Santana de Parnaíba/ SP, 06 de abril de 2026. **Mesa: Ana Lúcia Lopes Paneguini,** Presidente. **Douglas Silva Lopes Junior ,** Secretário. JUCESP nº 1.249.796/26-0 em 15/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Foraor Locação e Serviços Ltda.

CNPJ nº 06.244.019/0001-60 - NIRE 35.218.965.612

Extrato Ata de Reunião de Sócios para Transformação de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade

Data/Hora/Local: Em 20/12/2025, 10hs, em Santo André/SP, reuniram-se os sócios. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente, **Sr. Fabrício de Oliveira Ramos;** Secretário, **Sr. André de Oliveira Ramos**. **Deliberações aprovadas: 1. Aprovada** a transformação do tipo societário para sociedade anônima fechada, cuja denominação da sociedade será ***Foraor Locação e Serviços S.A***. **2. Aprovada** a nova redação do Estatuto Social. **3. Aprovado** o Boletim de Subscrição, discriminando o valor do capital social de R$ 802.900,00, dividido em 802.900, ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, da mesma classe e sem valor nominal. ***4.* Eleitos:** Sr. ***Fabrício de Oliveira Ramos***, brasileiro, empresário, na condição de Diretor em designação específica; Sr. ***André de Oliveira Ramos***, maior, solteiro, na condição de Diretor em designação específica; ambos com mandato de 3 anos, iniciando-se na presente data a posse. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Santo André, 20/12/2025. JUCESP/NIRE nº 3530069100-8. JUCESP nº 169.777/26-1 em 10/04/26. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Safe Ink Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 08.169.262/0001-96 - NIRE: 35300611969

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de setembro de 2025

Data e Local: 01/09/2025, na sede da **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.**, sediada na Rua Sergipe, n. 286, Bloco I, bairro Chácara do Solar, Setor 1, em Santana de Parnaíba/SP, CEP 06.530-010. **Presença:** Presentes todos os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia constituída. **Convocação/Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, conforme autorizam o artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 e artigos 124, § 4º, e 125 da Lei 6.404/1976. **Mesa:** Presidente e secretária da Mesa, a Sra. Ana Lúcia Lopes Paneguini. **Deliberações:** Instalada a Assembléia e iniciados os trabalhos, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberaram por: **Aprovar 1)** A cisão parcial da **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.**, excluindo dela para a constituição de uma nova empresa denominada **Safe Ink Digital Editora S.A**, todo o negócio e fundo de comércio concernente à filial relativa ao estabelecimento virtual, sito à Praça da Sé, s/n, São Paulo – SP, CEP 01001-000, com atividade exclusiva de comércio varejista de livros, de forma eletrônica, vertendo todo seu patrimônio cindido para essa nova empresa a ser criada, inclusive os direitos atuais e futuros obtidos no mandado de segurança nº 5005689-10.2023.4.03.6144, conforme laudo de avaliação e protocolo de justificativa apresentados, também aprovados e arquivados na sede da companhia. O valor do Patrimônio Líquido aprovado para a cessão na cisão parcial é de R$ 13.394.988,68 e deve ser transferido para a nova empresa, ao passo que para que não haja prejuízo aos acionistas da Companhia o capital social desta nova empresa será de R$ 1.000.000,00 para 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais serão distribuídas aos mesmos acionistas da sociedade, sendo que o saldo de R$ 12.394.988,68 será levado a efeito na conta contábil de reservas para a formação do patrimônio líquido da nova Companhia a ser aberta. O capital social da **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.** não será reduzido; e **2)** Eleger a diretoria, com mandato de 3 (três) anos, tendo sido eleita nesta sessão como **Diretora Executiva**: **Ana Lúcia Lopes Paneguini**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 16 de fevereiro de 1968, inscrita no CPF sob o n. 162.843.798-70, portadora da Carteira de identidade n. 18.733.878-4, emitida pela SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Quatá, n. 804, apto. 142,bairro Vila Olímpia, em São Paulo/SP, CEP 04545-044. **Encerramento:** A Assembleia autorizou o arquivamento na Junta Comercial. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Publicação resumida, nos termos do Art. 289 da Lei 6.404/76 e alterações da Lei 13.818/19. Santana de Parnaíba, 01 de setembro de 2025. **Mesa: Ana Lúcia Lopes Paneguini,** Presidente e Secretária. JUCESP nº 392.324/25-8 em 12/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Safe Ink Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 08.169.262/0001-96 - NIRE 35300611969

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

Data e Local: 23/12/2025, na sede de **Safe Ink Gráfica e Editora S.A.,** Rua Sergipe, 286, Bloco 1 - setor 1, Chácara do Solar, município de Santana de Parnaíba – SP, CEP 06530- 010. **Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação/Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, conforme autorizam o artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 e artigos 124, § 4º, e 125 da Lei 6.404/1976. **Mesa:** Presidente da Mesa, a Sra. Ana Lúcia Lopes Paneguini, que cumulou também as funções de Secretária da Mesa. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e iniciados os trabalhos, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, tendo em vista o saldo de reserva de lucros, mais os lucros do exercício apurados até 30.11.2025, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberam em distribuir a totalidade dos lucros existentes até 31.12.2025, de forma proporcional à sua participação na Sociedade, cujos pagamentos serão realizados conforme disponibilidade de caixa, entre 2026 e 2028, e por determinação da diretoria, podendo esse pagamento ser inclusive realizado em momentos distintos para cada acionista. Em relação aos lucros acumulados durante o mês de dezembro de 2025, conforme balanço a ser fechado oportunamente, os acionistas igualmente deliberam desde já pela distribuição integral em 31.12.2025, pelo mesmo critério de distribuição e pagamento dos lucros apurados até 30.11.2025. **Encerramento:** A Assembleia autorizou o arquivamento na Junta Comercial. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Publicação resumida, nos termos do Art. 289 da Lei 6.404/76 e alterações da Lei 13.818/19. Santana de Parnaíba - SP, 23 de dezembro de 2025. **Mesa: Ana Lúcia Lopes Paneguini,** Presidente e Secretária. JUCESP nº 1.038.012/26-0 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

USS Soluções Gerenciadas S.A.

CNPJ nº 01.979.936/0001-79 - NIRE 35300337689

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de março de 2026, às 10 horas, na sede social da USS Soluções Gerenciadas S.A., localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Rua Bonnard, n.º 980, Edifício 19, sala 2, Condomínio Green Valley, Alphaville, CEP 06465-134 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos Acionistas. **3. Composição da Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges e secretariados pela Sra. Camila Schön. **4. Ordem do Dia**: a) Deliberar em sede de Assembleia Geral Ordinária sobre (i) o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes; (ii) fixar a remuneração dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2025, bem como ratificar e aprovar a remuneração dos membros da Administração da Companhia efetivamente paga referente ao exercício social de 2025; **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão da matéria objeto da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou reservas: 5.1. Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem o nome dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no Art. 130, parágrafos 1º e 2º da Lei 6.404/76. 5.2. Aprovar, por unanimidade, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes, os quais foram publicados no Jornal "O Dia SP", de formato físico e digital em 13 de março de 2026. 5.3. Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia, para o exercício de 2026, em até R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), bem como ratificar e aprovar que a remuneração global anual da administração da Companhia efetivamente paga, referente ao exercício social de 2025 foi de R$ 3.138.242,26 (três milhões, cento e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos). **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges - Presidente; Camila Schön – Secretária. Barueri-SP, 30 de março de 2026. Confere com a original, lavrada em livro próprio. JUCESP nº 166.868/26-7 em 17/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.